Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Nilson Córtez Crocia de Barros

PEQUENO COMÉRCIO NO INTERIOR DO NORDESTE DO BRASIL:
ESTUDO SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE
CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA

Tese de Doutorado apresentada
à Faculdade de Filosofia a Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, por Nilson Córtez
Crocia de Barros, sob a orientação
da Profa. Dra. Rosa Ester Rossini.

SÃO PAULO

1987

Encadernado com a colaboração
da Área de Pós-Graduação em
Geografia HUMANA
GESTÃO: junho/95-maio/97

Tese de Doutorado apresentada
à Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da Universidade
de São Paulo, por Nilson Cortez
Crocia de Barros, sob a orienta
ção da Profa. Dra. Rosa Ester
Rossini.
São Paulo, Brasil, 1987.

Universidade de São Paulo
Fac. Filos. Letras e C. Humanas

São Paulo, _____ de _____ de 1987

Componentes da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rosa Ester Rossini (or.): _____
Prof. Dr. _____
Prof. Dr. _____

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I : REVISÃO DA LITERATURA	20
INTRODUÇÃO	20
1. A REFERÊNCIA UNIVERSAL	22
2. A LITERATURA DO TRABALHO AUTÔNOMO NO BRASIL	27
3. CONCLUSÕES	45
CAPÍTULO II : A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO	66
1. A PROBLEMÁTICA ESTADUAL/REGIONAL	66
1.a. PROCESSOS E PADRÕES MIGRATÓRIOS	66
1.b. A URBANIZAÇÃO E O SIGNIFICANTE PARA O OBJETO DE ESTUDO	74
1.c. ASPECTOS, ESTRUTURAIS E DE LOCALIZAÇÃO, ECONÔMICOS NO ESTADO DA PARAÍBA	83
1.c.1. HERANÇAS E PROCESSOS DE MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA	
1.c.2. ELEMENTOS DA ECONOMIA URBANA NA REALIDADE ESTADUAL	98
2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS - ESPACIAIS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	106

2.a. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO ESPACO URBANO	117
 CAPÍTULO III: O COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	 127
1. O AMBULANTE NA IMPRENSA LOCAL	127
1.a. O CICLO ANUAL DO COMÉRCIO AM BULANTE NA IMPRENSA	127
1.b. INVASÃO, EXPANSÃO E ACUIDADE DE OCASIÃO DO COMÉRCIO AM BULANTE	129
2. O AMBULANTE NO FICHÁRIO DE RE GISTRO DA PREFEITURA MUNICIPAL	137
2.a. CARACTERÍSTICAS DOS AMBU - LANTES COM REGISTRO NA MU NICIPALIDADE	139
3. A INVESTIGAÇÃO DIRETA SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE	149
3.a. O MATERIAL EMPÍRICO: EXPO- SIÇÃO E PRIMEIRA INTERPRE- TAÇÃO	149
3.a.1. O AMBULANTE E A MI- GRAÇÃO PARA CAMPINA GRANDE	157
3.a.2. ORIGEM SÓCIO-GEOGRÁ FICA FAMILIAR	166
3.a.3. CARACTERES PESSOAIS DOS RESPONSÁVEIS PE LO COMÉRCIO AMBU- LANTE E FAMILIARES.	176

3.a.4, COTIDIANO DO DESLO CAMENTO DIÁRIO E O RESIDIR DOS AMBU - LANTES	193
3.a.5; A UNIDADE DE COMÉR CIO AMBULANTE	214
3.a.6. CARACTERES SÓCIO - GEOGRÁFICOS DA CLI- ENTE LA DAS UNIDA - DES DE COMÉRCIO AM BULANTE	236
3.a.7. O AMBULANTE NO ES- PAÇO CENTRAL DA CI DADE: DISTRIBUIÇÃO POR ' RUAS E ESPECIALIZA ÇÕES	251
3.b. A NARRATIVA DO AMBULANTE ACERCA DE SUA REALIDADE	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
LISTA DE CARTAS /CARTOGRAMAS	320
LISTA DE GRÁFICOS/FIGURAS	322
LISTA DE REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS	328
LISTA DE TABELAS	331
BIBLIOGRAFIA	344
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	364
RESUMO/RESUMÉ/ABSTRACT/ZUSAMMENFASSUNG	365/72

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem o objetivo acadêmico de satisfazer a uma das exigências à concessão do grau de Doutor em Geografia, pela Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Departamento de Geografia.

O autor deste vinculou-se à pós-graduação da USP em março de 1984. No ano subsequente pode realizar cursos, é participar de demais atividades, junto a referida universidade - 1985.

A pesquisa da tese decorreu desde 1984 até 1987, quando se encerrou.

Não desejando transferir a responsabilidade do trabalho, que é do autor, deve-se contudo afirmar que o mesmo só se tornou realizável pelos diversos apoios institucionais e pessoais que recebeu. Ora diretamente, ora de maneira indireta.

A Universidade Federal da Paraíba - campus II, Centro de Humanidades, Departamento de Sociologia e Antropologia, Campina Grande - e o Ministério da Educação e Cultura/Capes, propiciaram as condições necessárias à estadia na cidade de São Paulo durante dois anos, do autor. Além disto, o inestimável estímulo, dos colegas professores, e alunos, do mencionado departamento.

Na Universidade de São Paulo pudemos dispor de ampla infra-estrutura de informações, e da orientação acadêmica da Profª Drª Rosa Ester Rossini, além do clima de discussão científica plural presente na Universidade. Uma menção particular às bibliotecas de Ciências Sociais e Geografia na USP ; da seção de São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); da UNICAMP, em Campinas; e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP).

Informações secundárias puderam ser obtidas junto às delegacias do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), em São Paulo e Recife, e também na agência local de Campina Grande, e em todas a cortesia foi regra. Interesse de difusão também encontrado na biblioteca do Museu Nacional da U. Federal do Rio de Janeiro, e no IUPERJ.

Na Prefeitura Municipal de Campina Grande, observou-se imenso interesse de colaboração, não só na colocação à disposição da pesquisa, do arquivo de ambulantes, mas também em informações adicionais. No jornal Diário da Borborema, suas coleções estiveram à disposição da pesquisa; o mesmo se afirma do Arquivo Público Municipal.

Uma lembrança especial de agradecimento aos comerciantes ambulantes, que se dispuseram a informar sobre suas condições de existência, a princípio temerosos como seria de esperar; depois, cheios de generosidade. E aos entrevistadores que participaram com tanto empenho na investigação.

A meus familiares, a imensa gratidão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra-se dividido em quatro partes, articuladas, sendo esta divisão decorrente das ações analíticas do processo da Investigação. São três capítulos, e as conclusões.

O comércio ambulante é um fato de extensão nacional de ocorrência, numa constatação mais abstrata. Pode-se o observar nas áreas centrais ou periféricas de Belém (PA), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Recife (PE), Campina Grande (PB), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), etc. A investigação presente, ciente desta ubiquidade - os ambulantes na Central do Brasil, no Rio; na Praça da Sé, na Avenida São João, em São Paulo; na Rua Duque de Caxias, no Recife; na Maciel Pinheiro, em Campina Grande... - procurou esclarecer o fenômeno, em um contexto urbano/regional específico. Com seus limites, entende-se que se possa aqui oferecer algumas generalizações que porventura se mostrem úteis a uma compreensão mais segura do fato a nível mais extenso. Os contextos diferenciados de influência das cidades, as diversidades de composição estrutural urbana no país, suas funções desiguais na organização da divisão social - territorial do trabalho, sugere preocupações condutoras a estudos sobre esferas específicas, sem que se descure das representações teóricas de fenômenos integradores, econômica e espacialmente, da realidade nacional e internacional.

Embora esta pesquisa tenha se restringido a aspectos sócio-econômico-espaciais do comércio sob estudo, es

ta redução deve ser entendida como se tratando de uma maneira, entre outras possíveis, de valorização das instâncias do fato sob foco. O pequeno comércio é um fenômeno que exige horizontes diversos para que dele se se aproxime, particularmente pela sua complexidade subjetiva.

O comércio ambulante - como micro-atividade urbana - compõe o que se chamaria "família de formas do pequeno comércio", juntamente a barracas, bodegas, bancos de feira, armarinhos, etc. O caráter essencial é o emprego do trabalho familiar, e o trabalho humano ser o decisivo nos elementos do processo de produção. Trata-se, ademais, no geral, de atividade de simples reprodução. Na esfera da mencionada "família", há intercomunicação extraordinária entre formas, assim como em se examinando uma forma, pode-se verificar as desigualdades de rendimento familiar no seu interior.

O comércio ambulante é, antes de tudo, um elemento do real urbano no contexto examinado, de forma que não se lhe aplicou, com as seqüelas metodológicas que decorreriam, a denominação de "ínfimo", ou "resíduo"; com outras palavras, faltou-nos algo, para considerar pessoas como Seu Severino, ou Dona Ana, simples instrumentos de acumulação do capital.

Procurou-se dotar metodologicamente a investigação de recursos de análise sincrônicos e diacrônicos, vinculando-os a apreensões sócio-econômicas espaciais. Quando se perseguiu, no sentido de levantar recorrências ou não de histórias profissionais - não no sentido estrito profissional, e sim de contornos mais ou menos amplos de reprodução da existência -, imagens pretéritas, ouvindo os ven

dedores ambulantes, tentou-se contemplar o estudo, em seu desenrolar, de algum esforço diacrônico. O que se fez, também, re-expondo - com base em literatura específica existente - traças sumários da formação sócio-espacial regional. Às vezes, o levantamento deste material é doloroso fazê-lo. É também quando, não raro, o investigador conscientiza-se da natureza densa, contraditória e humana do que procura compreender, e não seria ético dissimulá-la; evitá-la ou a simplificar.

Talvez em parte devido à existência de poderosas instituições de Estado, que justificam seus orçamentos através da repetição de que planejam a sociedade, e outras que se auto-justificam mediante a promessa de fazê-lo, se tenha tornado embaraçoso ver os rostos dos que acionam o que se procura compreender. O esforço da análise sincrônica conduz-os a estes embaraços. Embora com estes sempre presentes, tentou-se, ainda que um pouco, conhecer, o que já consistia numa temeridade.

Quando, deslocando-me da Paraíba para São Paulo, me eram oferecidas frutas, ou doces, na janela do ônibus por aqueles rostos, os mesmos que deixara em Campina Grande, na rua Venâncio Neiva, e via ressurgir ali, em Vitória da Conquista (BA), Governador Valadares (MG), ou mesmo talvez mais próximos, sentado na poltrona par, ao meu lado, certamente tive de perceber a grandeza daquilo sobre o que tencionava escrever, e penso que por aí me convenci de que compreendê-los era também o fazer um pouco comigo. Por aquelas infra-estruturas se deslocaram e se deslocariam ainda multidões de homens, mulheres e crianças, condutores de suas "circunstâncias" mais amplas ou mais restritas, suas "escalas".

Mais tarde, pude revê-los no "Arquivo Hospedaria dos Imigrantes", no Braz, ou mesmo aonde fosse.

É deste contexto que a arquitetura da investiga
ção se constrói, para operacionalizar a pesquisa, mas como
uma alavanca que não pretende dissimular o peso que lhe ca
be.

O espaço aqui referenciado, é um espaço social .
Metodologicamente é a configuração espacial de elementos
que expressam as sedimentações e movimentos da sociedade. É
certo que há um debate particular a este assunto, onde, por
exemplo, BARRIOS endossa opinião de CASTELS de que LEVI-
STRAUSS se enganara ao afirmar que se podia reconstruir as
pectos de uma sociedade a partir de suas pedras,¹ e advoga
uma inversão, autonomizando as dimensões políticas, econô
micas e sociais. Um enfoque de equilíbrio, aponta, à época
dos sintéticos e das telecomunicações - e mesmo sem ambi
cionar uma visão de "totalidade social" - no rumo da detec
ção cuidadosa das interatuações. O espaço não é simples re
ceptáculo, sendo também circunstância, imprime ou possibi
lita curso a fenômenos.

O comércio ambulante, como modo de trabalho autô
nomo, necessita de certas circunstâncias espaciais, e não
de um espaço quaisquer, indiferenciado, para que se dê sua
realização. Assim, se acredita na atividade do espaço.

O tempo, metodologicamente, pode ser compreendi
do como tempo cumulativo/irreversível/causal, ao que se
chamaria tempo histórico; desdobramento da referência tem
poral na abordagem dos elementos numa ótica causal, de en
cadeamento, de acumulação (envolve periodizações), e encer
ra traços probabilísticos. O tempo, como referência, pode
também ser desdobrado para apreensão da reiteração dos fe

nômenos: o cotidiano das atividades, a reiteiração semanal dos fenômenos, o calendário anual de festas, ou de emissão adicional de pagamentos, o calendário agrícola.

A abordagem científica, na medida do realizável, necessita de certa suspensão de teses. Acredita-se-a como princípio basilar do pensamento crítico. Assim se entende posto que há uma subjetividade presente aplicada ao objeto, uma nova relação sujeito/objeto, e vice-versa. Pensa-se ser um dos elementos essenciais do espírito universitário, esse princípio da liberdade do trabalho científico. Nisto, adquire valor a aparelhagem técnica da pesquisa, reunindo meios de acesso à realidade em exame, sendo eles momentos do ciclo maior da Investigação.

O exame da realidade sócio-espacial envolve con tradições de tal natureza, difíceis de acompanhar, que não se atribui aqui importância ao que parece contraditório. Faz-se referência ao uso, neste trabalho, de termos como comércio ambulante "fixado", ou "deslocável/desmontável". Trata-se apenas de uma organização do material, e da pes quisa, preliminar, que se mostrou útil.²

A Investigação operou-se em dois ramos. O primeiro orientado especificamente para o objeto do estudo, e cuja exposição de resultados está mais propriamente nos capítulos I - Revisão da Literatura - e III - O Comércio Ambulante na cidade de Campina Grande. O segundo compreendeu os estudos de enquadramento necessários, ou de situação geográfica, ao entendimento do objeto, de resultados expostos no capítulo II - A Situação geográfica do objeto de estu

Este último capítulo encerra observações sobre o já secular processo emigratório no âmbito do nordeste do país e no Estado da Paraíba, manifestado no célere declínio da importância da população do território paraibano, no total da população brasileira. Atribui-se importância de destaque aos efeitos da repadronagem espacial do país, com a emergência e consolidação do sudeste como centro econômico, na geografia da força de trabalho regional do nordeste, que se nacionaliza. Como a cidade onde se realizou o estudo é desaguadouro de fluxos migratórios de extensão estadual, cuidou-se de identificar modificações e condições nas esferas produtivas rurais, que ajudassem no entendimento destes deslocamentos. Não só isso, mas também certo contorno de reproduções em suas áreas de origem. Pode-se constatar um processo de solapamento do característico arranjo sócio-estrutural reprodutor da existência das populações rurais. Nos últimos 10 anos, a produção de cana de açúcar, no Estado, triplicou, com efeitos sensíveis sobre o mencionado arranjo, na microrregião denominada do Brejo Paraibano, de estreitas relações com a cidade de Campina Grande. Modificações desarticuladoras se tem observado na área seretaneja, a oeste da cidade citada, notadamente pelo avanço da pecuarização. A produção física do algodão (arbóreo e herbáceo), nos últimos dez anos, declina progressivamente, reduzindo-se a cerca de 1/3. O algodão, em seu declínio, expressa as ruturas na tradicional combinação de algodão + gado + cultivos alimentares.

Também como levantamento de contorno ou "situação geográfica" do objeto, note-se a avaliação que no capítulo II se fez do perfil estrutural das atividades urbanas, que, ainda sumário, permite avaliar algo da natureza

das atividades econômicas urbanas, assim como o exame de rendimentos familiares.

O primeiro ramo mencionado, compreendeu a avaliação da bibliografia referente ao assunto, e meios mais diretos de acesso ao objeto.

No pertinente à avaliação bibliográfica, que é o conteúdo do capítulo I, intentou-se uma avaliação de termos usualmente empregadas na denominação do objeto, optando-se por termos menos carregados, tais como conta própria, pequena atividade, ainda que ciente de muitos problemas que também trazem. Também se procurou situar universalmente a questão, nos limites das possibilidades do pesquisador, e entendeu-se que antes delinear ainda que insuficientemente a questão, que lhe passar ao largo.

No que respeita à bibliografia brasileira sobre o tema, pôde-se desenvolver uma avaliação que se julga satisfatória. Buscou-se imprimir aos estudos uma preocupação geográfica de talhe sócio-econômico-estrutural. Fomos, por exigências do assunto, impulsionados para além de considerações teóricas mais estritamente espaciais ou geográficas. Cremos que se mostrou de profunda fertilidade as contribuições dos estudos antropológicos, no presente trabalho.

Recordo-me que uma tarde, no ano de 1984, ao retornar das minhas atividades na Universidade Federal da Paraíba ao fim do expediente, vi uma velha senhora que se encaminhava para um casebre construído escorado a uma parede de antigo armazém, desativado, na rua que fora pretérita saída de Campina Grande para Patos (sertão). Saudada por sua neta, a senhora retirou uma pequena boneca de plástico da sacola, e a presenteou. Hipotetizamos sobre a aquisição do presente. Esta, e outras imagens - como a do ambu

lante negociando dinheiro a juros, a funcionário público-, apresentavam-se com frequência, sempre que se mostrava necessário retomar com realismo o assunto sob estudo, ora re-examinando o material, ora relativizando generalizações teóricas. Na verdade, não só de imagens nos servíamos para isto. Podia ser deles, cliente, na Consolação, para ir à Universidade de São Paulo, e passar-lhes ao lado, na Estação de trem de São Cristóvão, no caminho do prédio aristocrático do Museu Nacional (RJ). De modo que se acredita ser a observação, sábia companheira, e propiciadora de uma organicidade produtiva.

Para a abordagem mais próxima do objeto, usaram-se os seguintes meios: exame da imprensa escrita; levantamento de informações no cadastro de ambulantes da Prefeitura Municipal de C. Grande; entrevistas; e observações diretas de campo. Os resultados se acham no capítulo III.

O exame da imprensa escrita compreendeu uma identificação de referência de capa ao assunto comércio ambulante, o que se prejudicou indicar importância atribuída ao assunto pelo órgão de comunicação, após o que se examinou a matéria interna do jornal, porventura existente. O jornal escolhido, foi o Diário da Borborema, publicação local, e o diário de maior vendagem na cidade. O período observado está compreendido entre 01.09.84 e 30.06.86.

Procedeu-se o levantamento de informações, sobre o comércio ambulante, no registro específico disponível na Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal. Examinaram-se 141 fichas, obtendo-se índice mais alto de aproveitamento de informações, da ordem de 84%, por conta de lapsos de preenchimento das mesmas. Os resultados obtidos foram produtivos não somente por fornecer um quadro preli

minar/provisório - o levantamento e a sistematização de seus dados se fizeram para a elaboração do projeto de pesquisa - do que se estudava, mas também se mostraram úteis na crítica aos resultados da pesquisa do campo.

A observação direta de campo foi recurso - com o apoio de cartas - de identificação de padrões de localização do comércio ambulante, assim como do seu movimento cotidiano, material e formas das instalações.

As entrevistas, com uso do questionário, foram aplicadas, por um lado com os responsáveis pelas unidades de comércio ambulante, e por outro com o cliente das unidades mencionadas.

Para acesso à clientela, optou-se pelo momento da compra, solicitando à mesma resposta a quatro questões. Aplicaram-se 80 questionários, distribuídos pelos dias da semana, de modo a captar alterações na clientela.

Com responsáveis pelas unidades de comércio ambulante aplicaram-se 70 questionários. A população objeto da investigação consistiu nas unidades ambulantes localizadas no centro da cidade. Para lhe estimar o número, realizou-se um levantamento via contagem direta, acusando o valor de 363 unidades. Sabe-se que entre o começo e fim da contagem, o número real pode, provavelmente, ter oscilado. Há oscilações de um dia para outro ou ao longo do ano, por razões diversas. Além disto, uma amostra probabilística no estrito sentido estatístico, verificou-se irrealizável, posto que não se pode associar, por exemplo, um número (ou símbolo qualquer) a elementos móveis, em diversas casas; mobilidade esta que inviabilizaria uma escolha de unidades - não bastasse o número incerto do universo - por alternância regular. Observe-se ainda que não se dispunha de medi

das de variabilidade interna, que ajudassem na determina
ção da amostra.

A população incluiu tanto as unidades fixadas - isto é, os ambulantes cujas instalações não são removidas à noite -, como as barracas desmontáveis, os ambulantes com instalações sobre rodas, ou tabuleiros, ou simples plásticos sobre o chão. Excluíram-se bancas de jornais/revistas novas.

Por que empregar o procedimento amostral? Deve-se afirmar, que a escolha de determinada cidade para pes
quisar o assunto, significa uma opção amostral, de vez que o objetivo não é, a rigor, compreender o fenômeno determi
nado, mas sim a partir deste conhecimento produzido se po
der contribuir para um conhecimento mais seguro do fenômeno em geral, e que faculte acesso mais informado a fatos similares.

No plano específico da investigação do objeto - evidentemente a disponibilidade de recursos/tempo inviabilizaria uma coleta tipo censo - pensa-se que a rigor não se justificaria um levantamento censal. Como se tratou de um trabalho com objetivos acadêmicos - e não um inquérito levado a curso por necessidades de ação de alguma instituição sobre cada ambulante em particular, ou um levantamento cujos resultados fossem ter consulta ampla por interesses - dos afastados do processo de obtenção dos dados -, e em que o pesquisador esteve íntimo e participante da coleta das informações, julgou-se adequado o procedimento amos
tral. A razão de amostragem situou-se em cerca de 20% do número estimado de unidades ambulantes, contagem efetuada em fevereiro de 1986.

Estes questionários foram aplicados usando a sis

temática de quotas, em atenção à importância relativa dos gêneros de comércio ambulante, sendo esta informação obtida na contagem já referida, de que resultou a estimativa também mencionada. Contudo, a investigação limitou-se aos 8 gêneros mais importantes. Se introduziu também um detalhamento, no sentido de incorporar proporcionalidade à aplicação no que tange às unidades em condições fixadas, por um lado, e desmontáveis/deslocáveis por outro. O quadro da sistemática da amostragem, encontra-se abaixo:

SISTEMÁTICA DA AMOSTRAGEM

G Ê N E R O	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS		UNIDADES DESLOCAVEIS E DE DESMONTAGEM IMEDIATO		UNIDADES FIXADAS	
	Absol. (a)	%	Absol.	% de (a)	Absol.	% de (a)
<u>Total</u>	<u>70</u>	<u>100</u>	<u>50</u>	<u>72</u>	<u>20</u>	<u>28</u>
Fiteiro	21	30	9	41	12	59
Bijout./Brinq.	7	10	6	84	1	16
Alimentos	7	10	6	87	1	13
Frutas	7	10	6	79	1	21
frestas	7	10	4	59	3	41
Calçados	7	10	7	100	-	-
Cintos/	7	10	7	100	-	-
Bolsas	7	10	5	71	2	29
Roupas	7	10				
Ferrag.	7	10				

Alguns questionários foram aplicados - aos responsáveis pelas unidades de comércio ambulante - de modo a permitir explanações mais amplas do entrevistado, sobre tópico proposto, ou mesmo do seu interesse. Este dilatamento apreensivo do instrumento de pesquisa se mostrou fecundo, permitindo captar relações que de outra maneira seriam difíceis de discernir. Foi o que aconteceu, às vezes também com as fotografias, que a acompanham o capítulo III.

REFERÊNCIAS E NOTAS: INTRODUÇÃO

1. BARRIOS, Sonia. A PROdução do espaço. In: Souza, M. Adélia de; SANTOS; Milton (org.). A Construção do espaço. São Paulo, Nobel, 1986, p. 21-2. (CASTELS, M., em: la Cuestión urbana. México, Siglo XXI, 1976, p. 256-7.
2. "Há umas coisas que não se explicam. São contraditórias entre si. Parece até que surgem para aguçar a nossa curiosidade...~~Ambulante~~ fixo(?)...Cemitério dos Prazeres (Lisboa)..." (PEREIRA, Nilo. Jornal do Comércio. Recife, ed. 15 de fevereiro 1987, p. 4, 1º cad.).

Capítulo 01: REVISÃO DA LITERATURA

Introdução

Na linguagem usual nas cidades brasileiras vários termos se empregam para nominar o objeto deste estudo: camelôs, ambulantes, marreteiros. As prefeituras municipais empregam o termo ambulante.

Na linguagem científica, que se vem preocupando com as pequenas atividades de âmbito familiar, simples em seus processos de trabalho, o ambulante seria uma variedade, das atividades pertinentes à economia urbana dos países subdesenvolvidos chamadas: atividades refúgio, atividades residuais, desemprego disfarçado, sub-emprego, setor tradicional, atividades marginais, atividades de sobrevivência, setor informal, trabalho autônomo, conta própria, elemento do circuito inferior, exército industrial de reserva, etc.

Em geral, esses termos apoiam-se em abordagens, podendo por vezes ser elementos identificadores das mesmas; poder-se-ia afirmar que denominações como resíduo, refúgio, disfarce, tradicional, sub, marginal, informe, reserva, encerram um quê, de crença em algo ínfimo, em estado de rejeição, e como se trata de vida social, de algo que não deseja senão ser o seu oposto. São termos, acredita-se aqui, para examinar a complexidade estrutural da sociedade e do espaço brasileiros, excessivamente carregados de intencionalidades, o que talvez mais obstaculize que ajude, no sentido da presente investigação. Aqui se é da opinião que conta própria, ou autônomo, ou pequenas atividades, ou condições de vida dos trabalhadores são termos suficientemente mais soltos, para permitir uma identificação mais objetiva dos problemas.

Não raro, todavia, um termo denomina um trabalho que emprega uma abordagem que se poderia considerar em contraste com a que se esperaria do termo. A complexidade está portanto presente. Não só a nível do que se investiga, mas

também das abordagens.

A profusão de trabalhos com certos termos, em parte se explica pelo estímulo de fontes financiadoras, mas não no todo. Pode-se pensar na existência daquela reiteração de títulos, que "pode" até imprimir natureza "científica" aos trabalhos, pela simples presença de um termo mágico.

Assim, este estudo, ao partir de palavras como comércio, pequena atividade, ambulante, termos de maior intimidade com o objeto, foi obrigado a familiarizar-se com um conjunto de assuntos - no sentido de arquivo - , tais como os mencionados em parágrafos anteriores, ou outros como mudança social, trabalhadores urbanos, migração e adaptação, etc, jargões da ciência social.

Destarte, dadas as dimensões do país, e a dispersão dos seus acervos, e o horizonte temporal imposto à investigação, pode-se obter uma revisão sumária bibliográfica, em certa medida possibilitada pelo roteiro geográfico cumprido pelo autor.

Esta Revisão está dividida em três partes. A primeira procura, de forma simples, apresentar a referência universal da abordagem do problema, isto de uma maneira geral, onde a alusão exerce um papel importante. Procura - se evitar a reverência, para não imaginar nestes textos o que certamente não poderiam dizer. A revisão da literatura sobre o trabalho autônomo no Brasil compreende a segunda parte. A literatura específica sobre o comércio ambulante no Brasil é escassa, e em geral as referências ao fenômeno são à maneira de exemplificação secundária. Assim, o levantamento quase que teve de se contentar com a apreciação de considerações acerca de objetos similares. A terceira parte, consiste de conclusões imediatas acerca do material bibliográfico examinado.

1. A REFERÊNCIA UNIVERSAL

As pequenas formas de atividade econômica apresentam um significado universal, e desenvolveu-se um vasto debate sobre a sua destruição/permanência/transformação no âmbito das formações sociais com expansão de relações sociais e progresso técnico do capitalismo.

MARX observou, no campo espaço/temporal que lhe era acessível, um processo de dissolução da pequena propriedade livre, que segundo ele preparava o estabelecimento da relação simples do trabalho com o capital, desaparecendo as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário¹. Seria para ele, em 1857-8, algo ainda em etapa inicial, essa transformação do trabalho humano de uma nação, por não possuir/ser expropriado dos meios de trabalho, em mercadoria para venda inevitável a outrem².

No Manifesto (1847), vaticina que a sociedade dividia-se crescentemente em duas classes opostas: a burguesia e o proletariado.³ Operava-se uma centralização dos meios de produção e uma concentração da propriedade, destruindo-se as pequenas formas.⁴ As outras classes - não o proletariado, pelo contrário -, as referidas na nota precedente, "degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria"⁵. As camadas mais baixas da velha sociedade da riam um subproduto — o "lumpen-proletariado".⁶

Em o Capital, MARX examina este processo de dissolução/geração de formas, acerca do que se observariam os capítulos 12 ("Divisão do trabalho e manufatura"), 13, item 8 ("A Maquinaria e a indústria moderna: revolução que a indústria moderna realiza na manufatura, no artesanato e no trabalho a domicílio), e 24 ("A Chamada acumulação primitiva") do livro 1.⁷ Para este autor, a concentração crescente da riqueza conduziria, por mecanismos e efeitos particulares, à necessidade histórica da superação do capitalismo. SWEEZY, examinando o sistema teórico de MARX, conclui que este encerra uma compreensão do capitalismo que afirma a "inevitabilidade da revolução socialista".⁸

Faz-se necessário realçar no sistema de MARX, em vista da utilização que se fez do mesmo para o exame da situação de trabalho na realidade brasileira, como se o verã na parte dedicada a literatura acerca do trabalho autônomo no Brasil, o significado do conceito de reserva de trabalho. A reserva de trabalho seria o contingente de força de trabalho desempregada, e em sua existência atuaria à forma de mecanismo regulador do mercado no sentido de manter os salários a nível adequado ao funcionamento do sistema capitalista. Seria o estoque de trabalho humano a serviço das necessidades "variáveis de expansão do capital".⁹ A explicação desse contingente, MARX a faz com argumentos endógenos ao sistema econômico, basicamente o de desenvolvimento da propriedade e relações capitalistas pelos diversos ramos da atividade econômica, e o que se chamaria desemprego tecnológico advindos do aumento da composição orgânica do capital e mudanças de processos técnicos do trabalho. Ou seja, prescindindo de uma teoria da população, o autor procura explicar, preservando uma teoria do valor do trabalho, porque a acumulação aumentando, não conduz a uma elevação do preço da força de trabalho a ponto de comprometer a extração da mais-valia, e portanto o próprio processo de acumulação, e o sistema em suma. Retornando ao raciocínio de MARX acerca da reserva de trabalho, este autor compreendia a reserva, nas crises, aparecendo de forma aguda, mas usualmente permanente.¹⁰

KAUTSKY, em A Questão Agrária (1898) afirmava, dando especial destaque ao mecanismo do endividamento, a desapareição dos camponeses pobres. As grandes propriedades absorveriam as pequenas e a proletarização se intensificava, concentração similar à ocorrida na transformação.¹¹

Este autor afirmava em 1891, que "forças econômicas irresistíveis levam, com a certeza do destino, a produção capitalista ao naufrágio".¹² Em "Um olhar para o futuro", vaticinava que a grande empresa socialista, por fim, livraria o pequeno camponês de sua propriedade, seu inferno.¹³

Posta depois a questão, em termos de identificação temática, como teoria do colapso (Zusammenbruchstheorie), KAUTSKY reagindo a considerações que julga revisoras, afirma que não cria em um colapso cataclísmico, mas sim expõe a idéia de uma depressão crônica, caracterizada por uma reiteração de dificuldades que conduziriam a uma situação de pressão final" (Zwangslage).¹⁴

LENIN entendia a ruína dos pequenos, do ponto de vista econômico, como um processo funcional para o capital, posto que os meios de subsistência se transformavam em capital variável,¹⁵ e opinava que a tendência fundamental "do capitalismo consiste em que toda a força de trabalho da economia nacional se aplica à produção unicamente depois de haver sido negociada sua venda e compra pelos patrões".¹⁶

Para LUXEMBURGO, que cria ser o imperialismo a última etapa do capitalismo, sem se acreditar num ocaso final da acumulação, isto é, sem um colapso - uma teoria do -, "o chão firme da necessidade histórica objetiva es capa aos pés do socialismo".¹⁷

Eduard BERNSTEIN, contudo, recusava uma filosofia finalista. Afirmava que era incapaz de "acreditar, de todo, em finalidades", em "um objetivo final"¹⁸, revelado por uma super-teoria, e advogava a observação dos processos.

Para BERNSTEIN, não se estaria observando a polarização extremada das classes - grandes proprietários, e sem propriedade - como pressupunha o Manifesto de MARX, há meio século antes.¹⁹ Baseava-se BERNSTEIN em investigações na Inglaterra, França, Alemanha. Concluía que, tanto absoluta como relativamente, aumentava o número de pessoas possuidoras.²⁰ Ademais, se em alguns ramos se observava uma nítida concentração, em outros não se verificava o mesmo, mas pelo contrário, uma multiplicação de pequenos empreendimentos. As estatísticas econômicas estariam a evidenciar uma complexa gradação de empresas.²¹ Além disso, a quota ou ação, forma comum de compor capital, permitiria participação disseminada no excedente da econo

mia nacional.¹² Uma empresa reuniria vários capitalistas.

Na atividade industrial, circunstâncias especiais — por exemplo: onde as vantagens técnicas da escala não são tão importantes; quando o pequeno estabelecimento facilita o escoamento do produto, pelas possibilidades disseminadas de comercialização; ou quando a grande indústria barateia materiais de trabalho, viabilizando pequenos empreendimentos — revitalizavam empresas pequenas. A expansão da grande indústria era não o todo, mas um lado ou aspecto do desenvolvimento social moderno.²³

Na agricultura, examinando a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra, absolutamente se verificava marcha de concentração. A pequena e média propriedade cresciam por toda parte.²⁴

O número de lojas, na Inglaterra, aumentava continuamente, coexistindo com grandes magazines. Eram lojas médias e pequenas. No geral, a composição de escala dos negócios era mais ou menos permanente.²⁵

Maurice DOBB aborda a questão, apontando que não se poderia pensar, em vista dos processos reais, em uma redução simples a patrões e assalariados; frente a oligopólios, verificar-se-ia permanência, ainda que sob subjeição, da pequena forma. O estado, poderia também desempenhar, via certos mecanismos, papel preservador desse elemento estrutural.²⁶

A exposição precedente, na verdade, sumária parcialmente generalizações realizadas a partir de observações do contexto dos países hoje denominados moduros, em momentos diversos de expansão do capitalismo na produção, acerca das suas formas. Grosso modo, elas referem-se ao que SANTOS denomina de período da Revolução Industrial, e o período industrial, compreendidos do fim do séc. 19 aos começos do século 20.²⁷

Sem dúvida, quando da exposição acerca da literatura sobre o trabalho autônomo no Brasil, a referência de contorno é um contexto temporal que se caracteriza por uma intimidade internacional intensa e extraordinariamente crescente de variáveis. À imagem das espirais nacionais de desenvolvimento, entende-se que mais adequado seria imaginar uma teia complexa de integração internacional, contraditória. Neste particular, adquirem significado especial as noções de instabilidade do espaço, e acumulação/coexistência de entes espaciais nos países subdesenvolvidos, propugnadas por SANTOS.²⁸

Uma consideração global de tal ordem, não despotencializa a análise no sentido do exame do detalhe, das formas micro da atividade urbana, como se propõe este estudo. Pelo contrário, imprime à abordagem amplitude de compreensão do específico, do singular.

2. A LITERATURA DO TRABALHO AUTÔNOMO NO BRASIL

A preocupação acerca do trabalho autônomo nas cidades brasileiras, antes de aparecer em estudos especializados, mostrou-se no âmbito de obras de objetivos mais largos. FREYRE identifica em Recife, Rio de Janeiro, Salvador, no século 19, as negras que faziam iguarias e artigos de armarinho, indo pelas ruas a oferecer às casas - sobrado. Ou os mascates, vendendo os mais variados artigos.²⁹ O século 19 foi período de grande crescimento da população nestas cidades, aparecendo as áreas de mucambos como escoamento de senzalas, nesse processo de urbanização. PRADO JR. aponta a existência dos ofícios autônomos, nas cidades, e ambulante pelo interior, e a forma de "indústria doméstica, entregue a escravos",³⁰ por contraste. GÖRENDER examina com detalhe, a situação do trabalho autônomo no quadro de domínio das relações sociais escravistas.³¹ Contudo, note-se o estudo específico sobre a história do pequeno comércio no Brasil, de L. MOTT.³²

Cumprir observar, redizendo, que se verifica um grande crescimento da população no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, no século 19, e são por então estas cidades — particularmente no fim deste século —, mesmo à escala mundial, grandes cidades, e sem domínio de grande indústria. A consideração deste fato, retira o lastro a uma interpretação mecanicista de presente, sem profundidade histórica. FARIA retomou esta evidência, e sugere uma interpretação das pequenas atividades urbanas no Brasil a partir desta constatação. Em outras palavras, dever-se-ia não perder de vista este aspecto da formação urbana brasileira no exame da multiplicidade das pequenas atividades, e se evitar a simples atribuição às condições técnicas de expansão do capital — composição orgânica de nível poupador de trabalho — aquela multiplicidade.³³

Esta última reflexão, é um aspecto das discussões que se realizaram no Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento —, a partir de 1970, sob o rótulo de marginalidade social.³⁴

CARDOSO opina que a discussão presente, por então, em centros latino-americanos, no que tocava à marginalidade, baseava-se na relação dependência-marginalidade social, concepção que conduzia à consideração de fatos como sub-emprego, desemprego, pobreza, atraso tecnológico, etc, à maneira de seqüelas de os países latino-americanos possuírem um sistema industrial dependente, com pouca capacidade de absorção de mão-de-obra: fundamentalmente por esse sistema não possuir "mecanismos ágeis de acumulação (e portanto de expansão) capitalista".³⁵ A causalidade enredava-se portanto na falta de dinamismo da acumulação e do crescimento econômico, e na natureza dependente do sistema industrial. As evidências empíricas no Brasil estavam mostrando — é o "milagre" econômico — que a acumulação se acelerara de maneira inusitada, e, contudo, a marginalidade urbana, que se expressaria num terciário inflado, era enorme. Portanto, mostrava-se preciso repensar as perspectivas teórica e metodológicas do problema.³⁶

Passa-se de uma análise marcada fortemente pela ótica em política econômica de desejo do desenvolvimento industrial com base nacional e latino-americana, para uma investigação mais contemporaneizada da questão. Em artigo intitulado Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade,³⁷ CARDOSO afirma: o conceito que então era empregado de massa marginal, teria mais a natureza de indicar o "escândalo de uma situação social... uma situação em que não há emprego para todos mesmo com a expansão do sistema econômico";³⁸ a teoria da marginalidade estaria apenas insistindo nos aspectos "sociais" da questão. Apresenta então como mais adequado o enfoque da marginalidade pelo lado da acumulação, e o pelo emprego crítico da noção de exército industrial de reserva.³⁹

SINGER busca desenvolver uma teoria do emprego aplicável à complexidade estrutural de países como o Bra

sil,⁴⁰ visando esclarecer a questão da enorme massa de pessoas que, fora do emprego direto nas unidades capitalistas, se inseriam todavia na atividade econômica global. Para isto emprega uma abordagem tendo como conceitos básicos os de modo de produção e de formação econômico-social. Partindo da complexidade estrutural referida, nos países n-desenvolvidos, é da opinião de que não seria adequada uma teoria do emprego genérica, mas sim identificar as leis que determinavam as características do emprego específicos para os modos de produção presentes em uma dada formação econômico-social. E, ademais, como os modos de produção estão integrados, a teoria deve ser abrangente, ainda que desenvolvida em atenção aos modos. Os dois modos de produção centrais seriam o setor autônomo — ou produção simples de mercadorias —, e o setor de mercado — ou modo capitalista de produção. A resistência da produção simples de mercadorias — e sua alta capacidade de absorver trabalho — estaria na sua capacidade de sub-remuneração dos fatores, isto é, basicamente o trabalho. Tendo o setor a absorver a força de trabalho que, encontrando-se no mercado, não consegue se empregar na economia capitalista, ou nas atividades governamentais.⁴¹ Portanto, a razão dessa sub remuneração dos fatores se prenderia ao ínfimo custo de oportunidade dos mesmos: "Não tem modos alternativos de utilizá-los".⁴² Entre as atividades de produção simples de mercadorias, cumpriria destacar, entre as considerações de SINGER, as que chama "atividades de produtividade ínfima"⁴³, que mais propriamente se referem ao objeto de estudo deste projeto. Sua massa derivaria de parte do trabalho não ter acesso aos meios de produção resultantes do processo de acumulação do capital e que ademais não estaria participando do excedente da produção mediante transferências institucionalizadas: auxílio desemprego, assistência social, etc.⁴⁴ Seria uma população produzida pelo desemprego tecnológico (elevação da produtividade capitalista e diminuição relativa da demanda de trabalho), destruição/incorporação de formas de produção pelo capital, e rápido crescimento da população ace-

lerado pela queda da mortalidade geral.⁴⁵ SINGER ainda observa, que além da pouca demanda pela sua força de trabalho, esses sub-empregados ou desempregados teriam obstáculos sociais à sua inserção na divisão social do trabalho, tais como: a) "imobilidade da força de trabalho no espaço por falta de recursos materiais e/ou relutância em abandonar a sua terra natal; boa parte da população permanece em áreas onde o emprego se reduz, seja pela redução das atividades econômicas, seja por mudanças de processo;" b) "insuficiente preparação técnica e psicológica para se incorporar às atividades rotinizadas da economia capitalista"; c) "profusão de doenças físicas e mentais".⁴⁶

O problema da imobilização da força de trabalho, num país das dimensões físicas do Brasil, e das suas condições sócio-espaciais diferenciadas, parece aqui da maior importância.

No que se refere ao estado, entende SINGER, uma parte pela sua natureza estaria inserida no modo capitalista; a outra, que presta serviços não-remunerados (f. armadas, polícia, tribunais, escolas, previdência, burocracia do estado, etc),⁴⁷ constituiriam as "atividades governamentais", cuja expansão estaria — considerando a imensa demanda por seus serviços — baseada nos recursos disponíveis para renumerá-las.⁴⁸

Conforme já se fez referência neste capítulo, as considerações de V. FARIA sobre a marginalidade urbana, inserida no quadro das atividades Cebrap, traz bastante realismo à questão. Reforça a idéia, com base na consideração da diferenciação de modos de produção na sociedade brasileira, que a caracterização daquele conjunto de pessoas como marginais é inadequada, e que estariam integradas em formas peculiares do p. de vista econômico. Este autor indaga acerca dos caracteres dessas formas no que tange à sua reprodução e mudanças, articulação com outras formas econômicas, sobretudo com o dominante modo capitalista, sua gênese no conjunto da formação social brasileira, e suas especificidades segundo contextos regionais⁴⁹ — o que merece destaque —, devendo-se reassinalar, no

que tange à gênese da forma, sua anterioridade, nas cidades brasileiras, à industrialização.⁵⁰ Em outros termos, o autor indaga em que medida a referida forma de atividade urbana cresce, reorganiza-se, é destruída ou absorvida pelo desenvolvimento da forma capitalista, e isto em atenção à situação dos diversos núcleos urbanos que compõem a rede de cidades no país.⁵¹ Posteriormente, FARIA precisaria estas sugestões: o estudo da marginalidade urbana deveria ser precedido por uma tipologia das cidades brasileiras, que a princípio consideraria duas dimensões para o estudo dos centros urbanos: primeira, a referente às formas de organização da produção prevalecentes nas distintas cidades; dependendo do posicionamento no sistema urbano e tamanho, as cidades se diferenciariam no que se refere à importância das formas diferentes de organização da produção (apresenta variáveis possíveis, como % de pessoas empregadas na indústria pesada, % de pessoas trabalhando por conta própria...) ⁵². A segunda dimensão, referir-se-ia ao crescimento urbano e à migração, em que se procuraria diferenciar as cidades do sistema urbano, em cidades que cresceram por migrações contínuas e de longa distância, contínuas de curta distância, recentes de curta e longa distância, e as de crescimento apenas vegetativo (uma variável provável, referente ao âmbito espacial da migração: % de migrantes inter-estaduais em relação ao total de migrantes).⁵³ Considera, contudo, que já havia uma diferenciação básica de cidades brasileiras: cidades que pertencem ao núcleo urbano industrial (heartlands), cidades nódulos de ligação entre este núcleo e a periferia do sistema urbano, e cidades periféricas do sistema urbano (baseia-se em S. FAISSOL).⁵⁴

Nesta perspectiva, de especificação do ambiente urbano das atividades autônomas — este último termo se generaliza, em detrimento do marginalidade — note-se o trabalho de E. JELIM, acerca de Salvador (BA).⁵⁵ A autora estuda o trabalho autônomo nos serviços vendo-o nas mudanças operadas na estrutura econômica da cidade

nas últimas décadas.

Outros trabalhos se realizaram, em maior ou menor medida estimuladas pelas discussões antes referidas. O de PAOLI, acerca das populações pobres em suas relações _____, integrativas econômicas na Baixada Santista, município de Guarujá, aglomerado de Vicente de Carvalho, no entorno da cidade de Santos (SP).⁵⁶ O de BELINCK, que procura, além das formas de integração econômica examinar a relação das populações pobres com as associações e meios de comunicação, na cidade São Paulo.⁵⁷ O trabalho de SCARFON, referente as populações pobres da cidade de Piracicaba, mostrando os caracteres da economia urbana e rural imediata na explicitação da marginalidade urbana, em região de alto crescimento econômico.⁵⁸

Cumprе realçar o trabalho de Reginaldo PRANDI, em que define o conceito de trabalho por conta própria, sempre tendo como referência empírica a realidade brasileira. Neste particular, PRANDI aprofunda propostas apenas levantadas por FARIA, que foram vistas neste capítulo. Uma no que se refere à atenção à profundidade histórica da pequena atividade urbana no Brasil, e outra às variações inter-regionais do problema. O trabalho empírico é realizado sobre a pequena produção na cidade de Salvador; contudo, aborda com informações censitárias — e no caso da cidade de São Paulo, pesquisa com base em amostragem — o quadro nacional do trabalho autônomo, contrastando-o ao trabalho assalariado, observando especificações acerca do nordeste do país.⁵⁹

Em O Terciário e a divisão do trabalho, OLIVEIRA discute a questão deste setor, no âmbito do conceito mais amplo — divisão social do trabalho —, afirmando a necessidade de relacionar o conceito à formação histórico social concreta do país; apresenta então uma apreciação, conforme a fronteira de ramos, e espacial, da expansão do capital no terciário — caso do estado de São Paulo —, criticando ainda no que tange aos serviços, o certo moralismo que "subjaz por detrás da utilização dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo"; o que interessaria, diz,

era o processo de acumulação do capital com respeito aos serviços.⁶⁰

Considere-se o exame sobre o trabalho autônomo, realizado por CARVALHO, opinando que a unidade orçamentária básica é a família, e não o indivíduo e que a força de trabalho familiar se aplica de diversas maneiras, como autônoma ou assalariada,⁶¹ o que consiste numa afirmação de consequências teóricas no tratamento teórico-metodológico do problema. Em trabalho anterior, a autora estudou as pequenas formas nas cidades baianas do interior: Feira de Santana e Alagoinha.⁶² Sobre pequena forma de atividade, em aglomeração no interior do Nordeste — ainda sob a ótica da complexidade estrutural — observe-se o estudo de ROCHA, e o de SILVA, este acerca da população favelada em Campina Grande.⁶³ Acerca do Recife, o estudo — pela ótica da funcionalidade à acumulação — sobre o ambulante no comércio de confecções, de SOUZA; cumpre notar o artigo de RIBEIRO e ELIAS, com ótica estrutural, afirmando a especificidade da luta dos camelôs pelo espaço urbano, no conjunto do que chama movimentos sociais urbanos e estudando o fenômeno na cidade do Rio de Janeiro.⁶⁴

Numa abordagem similar aos estudos antes referidos — de SINGER e OLIVEIRA —, assinala-se o estudo teórico de COING, LAMICKA, MALDONADO e MEUNIER.⁶⁵ Nele, com uma ótica estrutural da economia urbana e do papel das pequenas atividades, especificam o que consideram os três eixos necessários da análise do "setor informal": a) o ponto de vista da produção e da acumulação; b) o ponto de vista da consumação; e c) o ponto de vista do mercado de empregos. Preferem estes autores evitar a opinião parcial, ora da involução do setor informal, ora do seu dinamismo, optando por uma análise global que permita a apreensão dessa natureza contraditória da pequena produção mercantil urbana. Não seria julgar adequado também aceitar a estabilidade da estrutural formal — informal: o que se evidenciaria era uma mutação dentro da variedade de modos de organização da atividade econômica, o que refletiria "as necessidades do setor dominante / as capacidades de resistência e/ou transformação dos setores dominados".⁶⁶ No exame de consumo, a variável fundamental seria a estrutura de rendas, cuja natureza influiria sobre o peso da pequena produção mercantil, acerca do

que procura particularizar com o conceito de reprodução da força de trabalho, e o papel da pequena produção no custo de sua reprodução.⁶⁷ No que tange ao mercado de trabalho, propõem de início uma consideração global do mercado, sem a segmentação atinente às formas, afirmando o papel central das grandes firmas no seu comportamento.⁶⁸

Ademais, afirma a necessidade de examinar a formação social dos países subdesenvolvidos partindo primordialmente das mudanças que se deram na divisão internacional do trabalho, com atenção às particularidades internas das formas e seus arranjos.⁶⁹ Do ponto de vista do tipo de pequena atividade, o trabalho atém-se ao artesanato e pequena indústria.

Na sequência deste trabalho anterior, realizou-se estudo sobre o "setor informal" na cidade de Campina Grande, em 1981/1982.⁷⁰ Ampla parte do exame é sobre o pequeno comércio, com observações acerca de sua estrutura fragmentada, e que fragmentadamente se reproduz, e a alta taxa de nascimento e mortes destas unidades. Assinalam o papel das mercearias, barracas e ambulantes, estimando número de pontos de venda, além de considerações sobre área de mercado (para a feira central), esboço da estrutura comercial da cidade; caracteres e funcionamento das mercearias e barracas, e histórias profissionais de vida das responsáveis por estes estabelecimentos, e participação familiar nos mesmos.⁷¹

...

Sob o título abrangente de setor informal, de desenvolveram-se numerosos estudos sobre a economia urbana no Nordeste do país. A denominação informal teria sido introduzida na literatura referente à economia urbana dos países subdesenvolvidos, pelos autores anglo-saxões.⁷² A Organização Internacional do Trabalho — OIT — valorizou este elemento da economia urbana dos países supra-mencio-

nados, no sentido de que sendo amplo, com alta capacidade de absorção de trabalho, poderia se constituir em uma alternativa para reduzir as dificuldades de sobrevivência de grande massa da população das cidades daquele gênero de países, posto que reconheciam a incapacidade do setor formal de dar conta da oferta disponível de trabalho. Assim, tal atitude desenvolve-se encerrando uma política econômica para os países subdesenvolvidos que contrastava com a política de grandes investimentos e organizações econômicas, e inicia-se em meados da década de 1970.⁷³

CAVALCANTI afirma que àquela valoração, segue-se pelo mesmo organismo um estímulo a numerosos estudos salientando o "enorme potencial de desenvolvimento" que possuiriam as atividades informais.⁷⁴ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE —, e a F. Joaquim Nabuco — IJNPS —, patrocinaram numeros estudos sobre as referidas atividades em cidades do Nordeste do Brasil, seguindo a proposta apontada pela OIT, no que co-atuou o Ministério do Trabalho.⁷⁵

Observe-se, para cidades no sul do país, o estudo de WADA⁷⁶ sobre o comércio ambulante em Londrina-PR. Note-se ainda o de MATSUMOTO e SANCHES⁷⁷, sobre o setor informal na mesma cidade do Norte paranaense.

Deve-se redizer que a política de emprego com base no setor informal se dissemina quando declina a estratégia econômico-política baseada no amplo endividamento externo, e interno, para financiamento das inversões privadas e expansão estatal, endividamento externo ligado não mais sobretudo às relações estado/estado, mas sim no geral ao mercado de capitais internacional.⁷⁸

...

Pela sua natureza geográfica, no sentido sócio-econômico, faz-se aqui menção particular à contribui

ção de SANTOS, que a denominou teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.

Para melhor entendimento da teoria mencionada, faz-se necessário apresentar de antemão alguns conceitos básicos da sua abordagem. O primeiro deles é o da especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos. Desta forma retoma a noção de derivação de paisagens expressa por Max SORRE; com isto deseja acentuar a idéia de que os espaços dos países subdesenvolvidos organizar-se-iam, fundamentalmente, em relação a interesses distantes, dos países maduros: seria por esta ação central que se processariam as criações/recriações de organização regional.⁷⁹ Segundo, nos países subdesenvolvidos se observa - ria sobremaneira um fenômeno de seletividade espacial na difusão das variáveis — espaço seletivo —, no que exerceria papel principal as diferenciações espaciais na distribuição da renda, o que concorreria na formação de de hierarquias no espaço.⁸⁰ Uma terceira peculiaridade se referiria à grande instabilidade no conteúdo deste espaço. Haveria uma tensão permanente entre tempos desiguais; o tempo interno — relativo às variáveis já localmente "amalgamadas" —, e o tempo externo — correspondente a variáveis advindas de fora.⁸¹

Emprega as variáveis amplas de urbanização, e industrialização, desenvolvendo com base explicativa nas características da classe média — e relações desta com as demais categorias sociais e o sistema econômico — o exame da pobreza urbana, marginalidade urbana, pequenas atividades.⁸²

SANTOS, cuida de observar a necessidade de metodologicamente se atentar para as diferenciações regionais no caráter da economia urbana nos países subdesenvolvidos; a importância relativa dos elementos da economia referida não é a mesma por toda parte, comportam uma variabilidade geográfica, sobre o que a literatura seria escassa.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, de forma mais desenvolvi

da, encontra-se em O Espaço dividido.⁸³ A essência da contribuição consiste na afirmação de que o encontro das modernizações tecnológicas com realidades sócio-espaciais herdadas ou renovadas, acarreta a necessidade de superar o entendimento das cidades dos países subdesenvolvidos como um bloco indiferenciado — consideração esta que apresentava consequências práticas sobre o exame das relações da cidade com o exterior —, por entendimento que considere a cidade como continente de dois sub-sistemas: o circuito superior ou moderno, e o circuito inferior.⁸⁴ As modernizações, expressão do sistema tecnológico, seriam representadas fundamentalmente pelas firmas de natureza monopólica, principalmente multinacionais. Um seu caráter seria ser — destas firmas — capital-intensiva, e isto, no âmbito de uma forte emigração rural, acarretaria a recriação e realimentação, intermediada por diversos mecanismos, do circuito inferior. A atenção da investigação repousaria sobre as características das atividades, que permitiria a distinção referida em dois subsistemas, e a inserção pela produção, e pelo consumo, da população em um e/ou outro circuito.⁸⁵

A busca da revelação positiva da especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos, encerra a advertência ao reducionismo da situação presente nas cidades subdesenvolvidas, com o quadro da chamada revolução industrial européia;⁸⁶ ainda, lembra o papel do estado nos países subdesenvolvidos. Repetindo, para o autor o circuito superior seria o elemento central — monopólios, conglomerados, estado — na macro-estruturação do espaço.

O circuito inferior se mostraria incapaz de operar macro-estruturações do espaço. Tal observação conduz à derivada idéia dos two urban fields: cada cidade teria duas zonas de influência diferentes, estas zonas caracterizando-se de acordo com o tipo de aglomeração/realidade dos dois circuitos.⁸⁷ Assim, a teoria dos lugares centrais — Christaller, 1933 — precisaria ser re-examinada para contextos subdesenvolvidos, observando o

autor que, para cidades menores, relativamente aumentava a zona de influência do circuito inferior com respeito ao circuito superior, verificando-se o inverso nas cidades maiores, o que leva SANTOS a introduzir modificações no hexágono de Christaller.⁸⁸

SANTOS identifica um fenômeno que chama de curto-circuito, a nível macro-espacial: a industrialização e a melhoria dos transportes e comunicações internas de um país permitiria, em certos casos, a eliminação de cidades intermediárias na ligação entre cidades de nível inferior e superior.⁸⁹

Na abordagem do autor, registrem-se suas observações, detalhando o circuito inferior, sobre o pequeno comércio, no contexto do qual os vendedores de rua⁹⁰; e as acerca do comércio em Lima, Peru.⁹¹

Utilizando esta concepção teórico-metodológica, notem-se os trabalhos — precisamente tendo por objeto o comércio ambulante — de MENDONÇA, MOREIRA e LUIZ em Goiânia (GO)⁹², e ERTHAL sobre Niterói (RJ).⁹³

...

Investigando o operário industrial na cidade de São Paulo, advindo das áreas interioranas do Brasil, LOPES⁹⁴ estabeleceu generalizações que repercutiram nos estudos sobre a pequena atividade urbana, inclusive o pequeno comércio. O alcance desta contribuição atinge contextos metropolitanos, e também as áreas urbanas da hinterlândia de onde se originam migrantes.

Afirma que a concepção do homem econômico,⁹⁵ do ponto de vista da Teoria econômica seria satisfatória. Contudo, para a abordagem sociológica que empreende, esta concepção era insuficiente.⁹⁶

A adaptação do migrante rural à condição operário-urbana na cidade de São Paulo, vai ser examinada pelo autor levando em consideração que as motivações não

repousam de maneira simples, para o trabalhador, na avaliação racional de "vantagens" e "desvantagens" econômicas. Neste âmbito, estão compreendidas séries de papéis sociais, sistemas de autoridade e estratificação social-ocupações, gradações de prestígio, etc —, que dariam as balizas ao comportamento do trabalhador,⁹⁷ havendo que se considerar o aspecto subjetivo da estrutura social. Tal abordagem é baseada na comparação — seria um segundo nível do arcabouço teórico que emprega — entre uma economia tradicional e uma economia de mercado.⁹⁸

• Estudando fábricas de tamanho médio, observa que os nordestinos semi-qualificados que nelas trabalhavam provinham em sua maioria de famílias de proprietários de pequenos sítios, e em menor medida de parceiros, famílias numerosas, que mantinham em alguns casos relações de venda em feiras nos seus locais originários. Não somente em feiras, mas outras formas de pequeno comércio, como o viajante, e seu inquérito apontava ser esta articulação pequena agricultura/pequeno comércio mais intensa nas áreas de origem para os nordestinos que para os oriundos do interior de São Paulo.⁹⁹

LOPES, destarte, identifica um valor cultural, principalmente entre os nordestinos, de ser autônomo: "trabalhar por conta própria".¹⁰⁰ E nota a persistência, da relação entre o operário em São Paulo de origem nordestina rural, e a terra pequena familiar, de elevado significado no entendimento da sua subjetividade.¹⁰¹

Psicologicamente, os entrevistados de origem rural mostrariam uma "orientação... claramente para fora do sistema industrial",¹⁰² não só no sentido de poderem vir a ser estabelecer por conta própria nas áreas de origem, mas também de se autonomizar na grande cidade. Por vezes, enquanto é operário, também tem pequeno negócio. No caso de retorno, a autonomização é desejada via pequeno comércio, oficina, etc. Se tem contrariedade na empresa, há a ideia imediata do pedido de indenização, associando LOPES isto ao desejo do trabalhador de fazer algo por conta própria. (103)

Considerações que de certa forma são reiterados por DURHAN, que opina haver, em alguns casos, dupla instrumentalidade do trabalho industrial: a aquisição de certa qualificação que permita depois trabalhar por conta própria, e o acúmulo de alguma quantia que viabilize esta decisão, na própria cidade de São Paulo, ou no interior.¹⁰⁴

Note-se, contudo, que o inquérito de LOPES mostra a experiência extra-rural em trabalho, de diversos migrantes, em cidades ou vilas interioranas.¹⁰⁵

SILVA, em estudo acerca das atividades "informais" em contextos metropolitanos — centrada na cidade do Rio de Janeiro, mas com material recolhido em Recife, Salvador e Fortaleza —, exerce a crítica à noção da inclinação para as atividades comerciais dos oriundos da lavoura e pequenas cidades,¹⁰⁶ expressa em parágrafos anteriores. Frente à proposta teórico-metodológica de LOPES — referida —, SILVA apresenta proposição teórico-metodológica contrastante. À inclinação — como "sobrevivência cultural" característica de migrantes — ao pequeno negócio ou atividade por conta própria, SILVA propõe que o fenômeno da autonomia seria melhor entendido como dilema de possibilidades de situações de trabalho: há, diz, um dilema posto diante do trabalhador, "relacionado aos problemas de segurança do trabalho e renda — e é da avaliação desses problemas concretos que, na maioria dos casos observados, surge o desejo de independência",¹⁰⁷ ótica de certa forma criticada por LOPES, como se pode ver.

Mas, pondera SILVA, nem sempre o dilema se apresenta, à forma de exclusão de pólos, verificando-se por vezes conciliação entre atividades formalizadas e não-formalizadas; e não raro, o que ocorre de elogio a uma situação de independência pretêrita, perdida, ocorre também com respeito à uma situação positiva de assalariamento que se extinguiu.¹⁰⁸

No que tange à conciliação do biscoito com trabalho regular, entende que, pelo baixo nível do acesso às diversões, a renúncia ao lazer para estas camadas da

população, usando o trabalho em fins de semana, não tem o significado que teria para outras camadas. Podem estas ocupações adicionais até ser "vividas" como 'diversão'.¹⁰⁹

SILVA afirma que, quer intra ou inter-subsistemias — mercado formalizado, e mercado não-formalizado — há uma circulação intensa de mão-de-obra, do que só o emprego público escaparia.¹¹⁰

SILVA e outros, empregando o recurso da identificação das representações que os atores sociais fazem do seu contexto de vida, examinaram as pequenas formas urbanas no Nordeste do Brasil. Aparece a noção de estratégia de sobrevivência ou de vida. Tais estudos se desenvolveram no âmbito do Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste do Brasil — Museu Nacional/Dep. de Antropologia U. Federal do Rio de Janeiro, IPEA, IBGE, FINEP—, de 1975 a 1977, do qual conclusões estão expostas em trabalho publicado.¹¹¹ Chamar-se-ia aqui atenção para dois trabalhos. O de MARIM, em que mostra o fato comum, de o empregado regular assalariado, posto que em geral o salário não permite a reprodução do grupo familiar realizar serviços como autônomo, ou estabelecer pequeno comércio para o que conta com ajuda familiar. Ou ser "empregado" avulso para outrem. No que tange aos elementos de reprodução familiar, destacam-se alimento e moradia, e este último elemento — a moradia — apresentaria a particularidade de poder facilitar um trabalho auxiliar por conta própria.¹¹² Mostra o desejo destes operários de um dia, poderem viver somente de negócio próprio, comércio, por exemplo.¹¹³ Objetivo de vida este observado, como vimos, para migrantes nordestinos operários na cidade de São Paulo, por Brandão LOPES.

Outro trabalho é o de SILVA, especificamente dedicado à barraca ou bodega, em subúrbio de cidade do Nordeste. Detalha o funcionamento deste tipo de pequeno comércio, pela ótica da relação emprego regular/negócio próprio — similar neste aspecto à abordagem citada de MARIM — entre as camadas pobres da população, concluindo pela centralidade do emprego regular, que serve para explicar a

própria possibilidade do trabalho autônomo. Investiga a obtenção do recurso de investimento inicial, o problema da descapitalização e insegurança do negócio, e a natureza da clientela. Há uma ligeira abordagem do comércio ambulante — lamentando a falta de estudos acerca do tema —, em que a compara à forma barraca, reafirmando a centralidade do emprego regular.¹¹⁵

Com base em trabalho empírico realizado em Recife, 1977/1978, SILVA constrói uma síntese de formas recorrentes de extensão da jornada de trabalho, entendida como estratégia de vida das camadas trabalhadoras; devendo-se notar que tomou como estudo principalmente trabalhadores com renda individual monetária de até 2 salários-mínimos, a que chama segmento mais amplo do exército industrial de reserva, aproximando-se de referencial teórico desenvolvido no âmbito Cebrap, e mencionado já neste capítulo, particularmente o conceito de reprodução das camadas trabalhadoras sob as condições do capital.¹¹⁶ Na Introdução, SILVA adverte sobre a noção de estratégia de vida, notando que às vezes carrega a intencionalidade de independência, autonomia, dos trabalhadores, o que "pouco se justificaria empiricamente".¹¹⁷ Seria uma exarcerbação, na pesquisa, do ponto de vista do trabalhador; outro ponto de vista a criticar, para o autor, seria a redução do comportamento do trabalhador a mero "resultado dos processos externos a que estão submetidos — à dinâmica do capital".¹¹⁸ Diz SILVA que, "em ambas os casos, as duas linhas de análise eliminam de consideração os aspectos conflitivos que estão presentes em todos os níveis das relações entre o capital e o trabalho, inclusive no momento da reprodução".¹¹⁹ Indique-se, nesta última obra, o artigo de José LOPES, examinando e apontando o potencial para investigações empíricas na realidade brasileira, dos estudos sobre condições de vida na literatura sobre a classe operária nos países desenvolvidos.¹²⁰

Alguns estudos, acerca das pequenas formas, orientaram-se no sentido da identificação do pequeno comércio no contexto sócio-econômico rural, no interior do Nordeste do país.

Lígia SIGAUD estudou as vendas em vilas e cidades da zona canavieira, entendendo-as em sua proliferação como fenômeno ligado à rutura nas condições tradicionais de morada, em que a feira, e o retro-mencionado elemento do sistema de abastecimento, adquirem proeminência com respeito ao barracão. A força de trabalho sai dos engenhos para as vilas e cidades, e no âmbito deste processo de mudança de quadro de residência e que reflete mudanças verificadas nas relações de trabalho, se dá expansão de feiras e vendas. Um dos principais suportes das vendas, seria a relação empreiteiros /clandestinas; contudo, a venda é pontode abastecimento alternativo para todos que se encontram nas ruas da área canavieira.¹²¹

Marie GARCIA estudou feira em usina de açúcar, em Pernambuco, procurando também compreender o seu significado ante o barracão, forma tradicional de comércio de abastecimento na área canavieira. Examina a situação sócio-estrutural de vendedores e compradores, área geográfica de onde são advindos os mesmos, e a importância diferenciada segundo gêneros de mercadorias que comercializam, da oferta de produtos pelos próprios agricultores. o negócio poderia ser, para estes feirantes, um recurso de escape ao assalariamento agrícola.¹²² Observa a vinda de pequenos produtores do agreste, para vender frutas, raízes, nas feiras da área canavieira, e afirma que as feiras no agreste teriam maior viço.¹²³ Acerca da articulação campesinato/negócio na área do Brejo paraibano, reitera a tese do pequeno comércio — de seus próprios produtos, ou o que é mais frequente, como pequenos intermediários — para os pequenos produtores rurais como frenando a tendência à polarização social, devido à expansão das grandes e médias propriedades que fazem criação bovina.¹²⁴ Afrânio GARCIA, estudando o agreste/brejo paraibanos observa a combinação agricultura/negócio entre pequenos proprietá-

rios, rendeiros e parceiros como fato recorrente, e examina as relações entre negócio e diferenciação camponesa.¹²⁵

Outros trabalhos cumpre registrar. O de MOTT, que busca apreender os canais da circulação de bens e mercadorias em feira sergipana do baixo rio São Francisco, com o emprego da observação participante.¹²⁶ O de FERRARI, que nota a combinação de agricultura, emprego assalariado, ou pequenos estabelecimentos comerciais, com negócio em feira no agreste e sertão de Alagoas.¹²⁷ E o artigo de FELIPE, mostrando as contradições e interesses mútuos entre comércio estabelecido e feiras, e relações desta com o pequeno produtor do entorno regional, na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte.¹²⁸

Atente-se para o estudo de ROMANO, sobre índios imigrantes na cidade de Manaus (Estado do Amazonas), muitos dos quais se dedicando à atividade de vendedor ambulante,¹²⁹ mudança essa operada no âmbito da destruição das sociedades tribais amazônicas.

3. CONCLUSÕES

Do exame realizado na literatura referente, pode-se com base na idéia de divisão do trabalho científico, identificar diversas maneiras de abordar as pequenas formas de atividades urbanas na realidade brasileira, sem que se entenda com isto que há carência de intercomunicação entre elas. Antes há um fato comum, que seria a própria atenção à diferenciação das formas econômicas no âmbito da economia urbana no Brasil.

a) uma ótica se poderia denominar de abordagem com inserção na profundidade histórica. Isto é, procura-se realçar a presença das pequenas formas nas cidades brasileiras em contexto econômico pretérito à industrialização do país. Tal se vincula basicamente às interpretações do Brasil, em seu complexo de formação (FREYRE, PRADO JR., GORENDER, por exemplo). O assunto é tratado no âmbito de obras de objetivos amplos, nas quais se faz referências às pequenas atividades nas cidades. A atenção à inserção histórica se insinua, em FARIA e PRANDI, conforme se fez menção neste capítulo, e subfaz também a noção empregada por SANTOS de tempos desiguais no espaço dos países subdesenvolvidos.

b) pela sua essencialidade geográfica, note-se particularmente a abordagem dos circuitos (SANTOS). Tal enfoque das pequenas formas as realça no sentido de que, na especificidade do espaço de países como o Brasil, elas complexificam o quadro da área de influência das cidades, criando-se dois campos de influência, em que ao nível urbano inferior-centros urbanos menores — a área de influência do circuito inferior seria maior, e observando-se o contrário para as cidades de nível superior.

Enquanto o sistema superior operaria oligopólios,

conglomerados, estado — re-hierarquizações funcionais urbanas, revalorizações de áreas, ao circuito inferior restaria o micro-espço, o local, em relação subordinada ao superior.

c) à abordagem do setor informal, sob o estímulo da OIT/MINTER/SUDENE/IJNPS, denominar-se-ia de subsídios a políticas de emprego, caracterizando - se mais propriamente por identificações de realidades positivas atinentes ao objetivo geral anunciado, realizando levantamentos em cidades do Nordeste do país.

d) observem-se os estudos cujo centro de propagação foi o Cebrap, em que se procura identificar os processos econômicos que destroem/reproduzem as pequenas atividades urbanas, tendo como referencial de realidade o crescimento econômico do Brasil nos começos da década de 1970. O elemento teórico central de análise é o progresso técnico no modo de produção capitalista. A discussão aparece inicialmente sob a denominação sociológica de marginalidade, que vai ser substantivada em termos econômicos. Há fortes referências às especificidades regionais dos complexos de estruturas, e deve-se observar o esforço teórico contido nestes estudos no sentido do desenvolvimento da abordagem das atividades autônomas.

e) notem-se as investigações do problema desenvolvidas através do método antropológico de identificação das representações que os atores sociais no pequeno comércio — em cidades do Nordeste — fazem dos seus contextos de vida; baseando-se estes trabalhos na questão assalariamento/conta própria. Cumpre observar o debate em torno da inclinação para o pequeno comércio, de operários advindos de contextos rurais de pequenos produtores. Estas investigações referidas, autocríticas, aparecem depois transformadas em estudos de estratégia de sobrevivência e condições de vida dos trabalhadores. Do ponto de vista do arcabouço teórico de fundo, apresentam semelhanças — essas aná-

lises — com contribuições do Cebrap.

f) alguns estudos apresentam como objeto o pequeno comércio no contexto socio-econômico rural, no interior do Nordeste do Brasil. São estudos referentes às feiras, vendas, e se poderia afirmar que o eixo é a relação do pequeno comércio com o processo de assalariamento e avanço da forma capitalista de empresa rural.

REFERÊNCIAS E NOTAS: CAPÍTULO 01 (Revisão da Literatura).

- 1 . MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 65 e 91.
- 2 . MARX, K. Formações ... ob. cit. pp. 99-100.
- 3 . MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. IN: _____. Obras escolhidas. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1961, vol. 1, p. 22.
- 4 . MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto... ob. cit.: "As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é deprecitada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população" (p. 27).
- 5 . MARX, K; ENGELS, F. Manifesto... ob. cit p. 29(grifo no nosso).
- 6 . Idem, p. 29
- 7 . MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira , 1968, livro 1
- 8 . SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, p. 220.
- 9 . MARX, Karl. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva/ Formas de existência da superpopulação relativa; a lei geral da acumulação capitalista. IN: _____. O Capital, ob cit. pp. 730-752, livro 1.
10. MARX, Karl. Produção progressiva... ob. cit. p. 743.
Observando a realidade que o cercava, MARX, com esforço de identificação positiva/tipológica, enuncia 4

estratos para a reserva: 1º - o flutuante, presente nos centros da indústria moderna, ora repelidos ora atraídos conforme o movimento de acumulação; 2º - o latente, que é o manancial que flui dos campos, já sobre um lastro de população "supérflua", e "encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou indústrias não - agrícolas e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência" (Idem, p. 745), e em certos momentos essa transferência podia ser massiva; 3º - o estagnado, constituído pela parte do "exército de trabalho em ação, mas com ocupação totalmente irregular" (Idem, p. 746); seria afeto a ramos especiais do capital, e sua configuração principal seria o trabalho a domicílio; apresentaria fecundidade alta, condição de vida abaixo do nível médio da classe trabalhadora, e seriam seus membros oriundos dos fenômenos de superfluidades na grande indústria, na agricultura, particularmente de atividades em refluxo (como artesanato) (Idem, p. 746); 4º - o mais baixo estrato — o "mais baixo sedimento da superpopulação relativa" —, que se situam na indigência e pauperismo. Distinguir-se-iam nestes, três sub-tipos — sem se referir aos "vagabundos, criminosos, prostitutas, o rebotalho do proletariado em suma" — que seriam: a) os aptos para o trabalho: cujo número aumenta ou diminui de acordo com momentos de reanimação dos negócios ou crises; b) orfãos e filhos de indigentes: em termos de prosperidade integrar-se-ão à produção; aumentarão a reserva de trabalho; c) os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar — incapacidade decorrente das mudanças na divisão do trabalho, os de idade avançada, os mutilados pelo trabalho, enfermos, viúvas; os mutilados — "vítimas da indústria" — teriam o seu número em crescendo, "com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos, etc" (Idem, p. 747).

11. KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Lacomert, 1968. Particularmente em "Grande e pequena ex-

ploração" (capítulo 5); "Desaparecimento da pequena propriedade industrial" (cap. 7, item b); e "Um olhar para o futuro" (cap. 11, e o item deste capítulo: "As Molas da evolução").

12. KAUTSKY, Karl. A Luta de classes. Chicago, Ed. Keer, 1910, p. 117, cit. por SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento... ob. cit. p. 220.
13. KAUTSKY, K. Um olhar para o futuro. In: _____. A Questão agrária. ob. cit. p. 325. KAUTSKY refutava a tese de o mundo rural — em contraste com o industrial /urbano — conter a permanência da individação da propriedade e produção.
14. KAUTSKY, K. Krisentheorie. Die Neue Zeit. Jhrg. XX, Bd. 2, 1901/2, pp. 140-1, cit. por SWEEZY, P. Teoria do... ob. cit. p. 227. Veja-se a opinião do autor acerca do assalariado e do pequeno empreendedor com respeito à crise: "Deverá chegar uma época, e pode ser dentro em pouco, em que se tornará impossível ao mercado mundial expandir-se ainda mais rapidamente que as forças produtivas da sociedade, uma época em que a superprodução crônica será para todas as nações industriais... uma série de revoluções técnicas que desvalorizam a massa das meias de produção existentes e exigem a criação em larga escala de novos meios de produção; a descoberta de novos campos auríferos ricos, etc, podem até mesmo, durante certo tempo, estimular o ritmo dos negócios. Mas a produção capitalista exige uma produção ininterrupta, rápida, para que a pobreza e o emprego dos operários, de um lado, e a insegurança do pequeno capitalista, de outro, não atinjam a uma tensão extrema... a massa da população... é forçada a procurar uma saída da miséria geral, e só pode encontrá-la no socialismo... Considere essa situação forçada como inevitável se o desenvolvimento econômico continuar como até agora, mas espero que a vitória do proletariado intervenha a tempo" (Krisentheorie, ob. cit. p. 227).

15. LENIN, V. I. El Desarrollo del capitalismo en Rusia. Moscú, Ed. Progreso, 1979, p. 25 (1ª ed em livro : 1899).
16. LENIN, V.I. El Desarrollo... ob. cit. p. 566.
17. LUXEMBURGO, Rosa. Die Akkumulation des Kapitals oder was die Epigonen aus der Marxschev Theorie gemacht haben. Eine Autikritik, ed. 1921, p. 23, citado por SWEEZY , P. Teoria ... p. 236.
18. BERNSTEIN, Eduard. Prefácio de 1909, à ed inglesa: O Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 8.
Esta obra reúne artigos publicados em "Die Neue Zeit", em 1896-1897, e reunidos depois, em 1899, com o título "Die Voraussetzungen des Sozialismus und die aufgaben der Sozialdemokratie"; a tradução inglesa recebeu o título de "Evolutionary Socialism".
19. BERNSTEIN, E. Prefácio de 1899, à ed. inglesa. O Socialismo... ob. cit. p. 11.
20. BERNSTEIN, E. O Socialismo... ob. cit. p. 52
21. BERNSTEIN, E. Prefácio de 1899, à ed. inglesa. O Socialismo... ob. cit. p. 11
22. BERNSTEIN, E. O Socialismo... ob. cit. p. 56.
23. BERNSTEIN, E. O Socialismo... ob. cit. pp. 60-63.
24. BERNSTEIN, E. O Socialismo... ob. cit. pp. 64-68.
25. BERNSTEIN, E. O Socialismo... ob. cit. pp. 63-64.
O autor, prefacia esta obra em 1899 — Prefácio de 1899, ob. cit. — afirmando que nunca teve um "excessivo interesse pelo futuro... não conseguindo nunca ler até o fim qualquer descrição do futuro" (p. 13)
26. DOBB, Maurice. O Crescimento do proletariado. In: _____. A Evolução do capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar. 1980, cap. 5 (pp: 255-256).
27. SANTOS, Milton. Dimensão temporal e sistemas espaciais no terceiro mundo. IN: _____. Espaço e método. São Paulo , Nobel, 1985. pp. 21-36. (p.23)

28. SANTOS, Milton. Dimensão... ob. cit. pp. 21-22. O período que se inicia nos meados do século atual, SANTOS denomina período tecnológico, caracterizado essencialmente pelo capitalismo de grandes corporações "frequentemente mais poderosas que o Estado" (Idem, p.29), e automatismo do sistema tecnológico (Idem, pp. 21-36)
29. FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, J. Olympio; Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1981. pp. 35-36.
30. PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 220-221.
31. GORENDER, Jacob. A Escravidão urbana. IN: _____. O Escravismo colonial. São Paulo. Ática, 1980, cap. 22.
32. MOTT, Luis R. de Barros. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil (anexo). IN: _____. A Feira de Brejo Grande, Sergipe. Campinas, Tese Doutorado UNICAMP/C. Sociais, 1975.
33. FARIA, Vilmar. Marginalidade urbana: notas de leitura. São Paulo, Cebrap, 1972, mimeog.p. 17.
34. CARDOSO, Fernando H. Prefácio a: PRANDI, Reginaldo. O Trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo, Símbolo, 1978, pp. 13-17. Segundo OLIVEN, Ruben G. (Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980) a preocupação com a marginalidade urbana na AL desenvolve-se pós- 2ª Guerra Mundial, com o surgimento das favelas nas grandes cidades e o extraordinário crescimento urbano. O termo marginal teria sido cunhado sociologicamente por Robert PARK (1928), em "Human Migration and the Marginal Man". In: American Journal of Sociology, vol. 33, nº 6, 1928, e que estudava o homem marginal, que estaria vivendo entre duas culturas, aplicado a imigrantes nos Estados Unidos. Afirma OLIVEN que na AL as primeiras abordagens da marginalidade, encaravam-na principalmente como precariedade de habitação; seria o que chama abordagem ecológica. O entendimento da questão da margina

lidade, encaravam-na precipuamente como precariedade de habitação; seria o que chama abordagem ecológica. O entendimento da questão da marginalidade e das favelas — vê-las como indicador de uma situação mais complexa do desemprego e subemprego no sistema econômico — viria a ser iniciado com um texto de 1966, publicado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina da ONU), de autoria de A. QUIJANO (inserido em PEREIRA, Luís. org. Populações marginais. S. Paulo, Duas Cidades, 1978, com o título de "Notas sobre o conceito de marginalidade social"), em que este autor assim entende a marginalidade: "a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais" (citado por OLIVEN, ob. cit., à p. 40). Este mesmo texto de QUIJANO apontava no sentido de uma perspectiva histórico-estrutural, entendendo a marginalidade de um elemento ou conjunto de elementos como resultado das contradições e tendências da própria estrutura social (OLIVEN, ob. cit., pp. 39-41). A crítica à essa idéia de integração inconsistente, far-se-á em diversos trabalhos após 1970.

35. CARDOSO, F.H. Prefácio, ob. cit. p. 13.
36. CARDOSO, F. H. Prefácio, ob. cit. p. 13.
37. CARDOSO, F. H. Comentários sobre os conceitos de super população relativo e marginalidade. Estudos Cebrap. S. Paulo, [1]: 99-130, 1971.
38. CARDOSO, ob. cit. 128. Este autor então critica tanto os que entendem a marginalidade como derivada de um empancamento das economias latino-americanas, quanto os que, frente ao dinamismo econômico de então, afirmavam que o fato derivava de o capitalismo monopólico ser pouco dinâmico no que tangia à criação de emprego. (Idem, p. 129)

39. CARDOSO, Idem, p. 129.

40. SINGER, Paul. Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não-desenvolvidos. IN: _____. Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo, 1977, pp. 9-98. Este ensaio tem redação de 1972, fruto dos seminários Cebrap de então, acerca da marginalidade.

41. SINGER, P. Elementos... ob. cit. pp. 78-80.

42. SINGER, P. Elementos... ob. cit. p. 80.

A produção simples de mercadorias seria, para o autor, composta predominantemente de: a) explorações camponesas; b) unidades de prestação de serviços (bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, carregadores, táxis); c) unidades de comércio varejista; d) artesãos e indústria doméstica (costureiras, alfaiates, ceramistas, padarias); e) profissionais liberais; f) lumpen (mendigos, prostitutas, delinquentes)" (SINGER, Idem, p. 79). Suas antíteses, por exemplo, fazendas, super-mercados, lojas de departamentos, cadeias de hotéis e restaurantes, frotas de taxi, oficinas mecânicas grandes e autorizadas pelos fabricantes, etc (SINGER, Idem, p. 79).

Acerca deste enfoque — modo de produção — ver: GIANNOTTI, J. a. Notas sobre a categoria modo de produção para uso e abuso dos sociólogos.

Estudos Cebrap, [17], São Paulo.

43. SINGER, P. Elementos... ob. cit. p. 82.

44. SINGER, P. Elementos... ob. cit. p. 84

45. SINGER, P. Elementos... ob. cit. pp. 5 e 84

46. SINGER, P. Elementos... p. 84

O desemprego disfarçado se definiria como meio termo entre "o desemprego aberto (desocupado à procura do assalariado) e a inatividade (situação dos que estão fora do mercado de trabalho)... Há, evidentemente, um limite para o número dos que podem viver das sobras do

excedente social. Ultrapassado este limite, o desempenho de funções em desemprego disfarçado não proporciona qualquer renda, levando os excedentes a viver às custas dos que possuem alguma renda ou a serem aniquilados pela penúria" (SINGER, P. idem, p. 85).

47. SINGER, P. Elementos ... ob. cit. p. 75.
48. SINGER, P. Idem, p. 76
No sentido também da apreciação da marginalidade - para usar o jargão então comum —, ver: OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos Cebrap. São Paulo, [2]: 3 - 82, 1972.
49. FARIA, V. Marginalidade... ob. cit. p. 8. Especificidades estas que diversos estudos realçam, particularmente SANTOS, M. O Espaço dividido. Rio, F. Alves, 1979; e PRANDI, R. O trabalhador... ob. cit.
50. FARIA, Idem, p. 15.
51. FARIA, Idem, p. 20 e 22.
52. FARIA, V. Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. Estudos Cebrap, São Paulo, [9]: 147, 1974, p. 147 e 149, 1974, São Paulo.
53. FARIA, V. Pobreza... ob. cit. p. 148.
54. FARIA, V. Idem, p. 148. O trabalho de FAISSOL, S.
As Grandes cidades brasileiras: dimensões básicas de diferenciação. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 32 [4], 1970.
55. JELIM, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador, Bahia. Estudos Cebrap, São Paulo: 51-78, 1974. A autora, além do já mencionado trabalho de FAISSOL, refere-se ao de GEIGER, P. Cidades do Nordeste: aplicação da análise fatorial. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 32 [4], 1970.
56. PAOLI, Maria Célia. Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso. São Paulo, Dissertação de Mestrado / USP/C. Sociais, 1972.

57. BERLINCK, Manuel Tosta. A Vida como ela é: marginalidade social e desenvolvimento capitalista periférico na cidade de São Paulo. Campinas, Tese Livre Docência UNICAMP/C. Sociais, 1973.

Este autor, observava como a posição dos estudos imprimia conceituações diversas de marginalidade, e investigou a existência destas variações no âmbito do "senso comum", na cidade do Rio de Janeiro, com entrevistados de situações sociais diversas. Conclui: "Os entrevistados cujo prestígio das ocupações é alto, definem marginal como pessoa que não consegue se integrar na sociedade em que vive , « pessoa não integrada no sistema » , « pessoas alheias aos problemas que o rodeiam » , « pessoa que vive à margem da lei » , « pessoa que não tem os mesmos valores que a sociedade » , « pessoa sem função na sociedade » , etc. Por outro, os entrevistados cujo prestígio das ocupações é baixo definem marginal como « malandro » , « homem à-toa que faz mal » , « pessoa sem qualidade » , « doente mental » , « criminoso ou viciado » , « sujeito burro e ignorante » , « pessoa que comete crimes, ataca pessoas » , « o que rouba e assalta » , « ladrão, assassino ».

(BERLINCK, Manuel Tosta. Concepções populares de marginalidade: uma nota de pesquisa. I Simpósio de Desenvolvimento Econômico e Social/Migrações Internas/Desenvolvimento Regional. Belo Horizonte, U. Federal de Minas Gerais/F. Ford, 1972. p. 3)

58. SCARFON, Maria de Lourdes. Populações marginais no município de Piracicaba. São Paulo, Dissertação de Mestrado USP/C. Sociais, 1976.
59. PRANDI, R. O trabalhador... ob. cit.
60. OLIVEIRA, Francisco de. O Terciário e a divisão social do trabalho. Estudos Cebap 24, pp. 137-168, 1979, São Paulo.
61. CARVALHO, Inaiã de. A Produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. Seminário Pobreza Urbana, Recife, U. Federal de Pernambuco

- 1978, p. 41. Sobre que a unidade econômica básica em termos orçamentários, é a família, também: SILVA, Luis A. Machado da. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado U. Federal do Rio de Janeiro, 1971, como se verá em segmento adiante deste capítulo.
62. CARVALHO, Inaiá de. Problemas de empregos em áreas urbanas da Bahia. Salvador, Centro de Recursos Humanos da U. Federal da Bahia, 1974..
63. ROCHA, José Bolivar V. da. Manufatura de redes de dormir: um estudo de caso sobre a evolução das relações de produção capitalistas no Nordeste. Brasília, Dissertação de Mestrado U. Brasília, 1979.
64. SOUZA, Emanuel Bandeira. Nos Porões dos Arrecifes: o trabalho autônomo no comércio de confecção da cidade do Recife. (resumo de Dissertação de Mestrado a U. Fed. de PE). Recife, junho 1985.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; ELIAS, Roseli. A Luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro. Cadernos do Ceas, Centro de Estudo e Ação Social Salvador, [103]: 64 - 73, mai/jun. 1986.
65. COING, H.; LAMICG H.; MALDONADO, C; MEUNIER, C. Approches du 'secteur informel' de l'economie des villes du tiers monde. Paris, Université Paris/Institut d'Urbanisme de Paris, 1979.
66. COING, H.; LAMICG, H.; MALDONADO, C.; MEUNIER, C. Approches... ob. cit. p. 11. No que faz intervir a noção de divisão do trabalho social, entre modos de produção (p. 16).
67. Idem, pp. 14-15.
68. Idem, p. 17.
69. Idem, p. e 24.
70. COING, H; LAMICK, H; HUG ON, P.; M. Articulation entre les formes de production: recherches a Campina Grande. Paris, Université Paris/Institut d'Urbanisme de Paris, 1982.

71. Idem, Idem.

Em tempo, deve-se observar as afirmações de W. ACÁCIO, acerca de formulação desenvolvida por TOLOSA — com base na tradição de LEWIS, W. A [Economic Development with unlimited supplies of labour. IN: AGARWALL, H. N; SINGH, S. P. (org). The economics of under development. Bombain, Oxford University Press, 1968, pp.400-499] e FEI, J. C., RANIS, G. (Development of the labor surplus economy, theory and plicy. Homewood, Illinois, 1964), segundo a qual o crescimento econômico nos países subdesenvolvidos encerrava um deslocamento de mão-de-obra do setor tradicional (agricultura de subsistência em geral) para o moderno (produção urbana e agricultura de plantações), via industrialização/urbanização; e TODARO, Michael P. (A model of la bour migration and urban unemployment in less developed countries. American Economic Review, março 1969 , 59 (1), 138-148), que introduz a identificação de um setor tradicional urbano, absorvedor a primeiro momento, da massa de migrantes oriundos do campo, e que só depois pelo estabelecimento de contactos ascenderia ao setor moderno — de que a economia urbana metropolitana no Brasil comportava dois setores, o moderno e o tradicional, cuja diferenciação básica seria de produtividade; e em função da existência ou não da proteção da legislação trabalhista à mão-de-obra, o tradicional se subdividiria em tradicional formal e tradicional informal (TOLOSA, Hamilton C. Dualismo no mercado de trabalho urbano. Pesquisa e Planejamento Economico. Jun. 1973, 5 (1) (citação de ACÁCIO, Wilson ' G. A Absorção de mão-de-obra nos bairros periféricos de Juiz de Fora (MG). Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Geog. U. Federal do Rio de Janeiro, 1983, pp. 4 - 7).

72. COING... Approches... ob. cit. p. 1.

73. PROGRAMA Regional del Empleo para a America Latina y el Caribe (PREALC). Políticas de empleo en America Latina. Santiago, OIT, jun. 1975, p. 99, cit. por CAVAL - CANTI, Clovis. Viabilidade do setor informal: a demanda

de pequenos serviços no grande Recife. Recife, Ed. Massangana/SUDENE, 1983, à p. 12.

74. CAVALCANTI, Clóvis. Viabilidade... ob. cit. p. 12

75. Como exemplos:

CAVALCANTI, Clovis. Viabilidade... ob. cit.

SILVA, Luis A. Machado (coord). Estratos ocupacionais de baixa renda. Recife, SUDENE/IUPERJ, 1977

CAVALCANTI, C.; DUARTE, Renato. À Procura do espaço na economia urbana: o setor informal em Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ; Brasília, M. do Trabalho, 1980.

_____, _____. O Setor informal de Salvador: dimensões, natureza e significado. Recife, FUNDAJ/SUDENE, 1980.

SOUZA, Aldemir do Vale; ARAUJO, Tarcisio Patricio.

Apoio a micro-empresas: limites do possível: um estudo da expansão subordinada de pequenos negócios urbanos no grande Recife. Recife, SUDENE, Ed. Massangana, 1983.

76. WADA, Carmelita Yoshiko. O Setor informal em Londrina. (PR). Londrina, Dep. Geociências/U. Estadual de Londrina, 1985.

77. MATSUMOTO, Shirlei Joshie; SANCHES, Sonia B. Comércio e prestação de serviços no setor informal — Londrina. Resumos da AGB - VI Encontro Nacional de Geógrafos, Campo Grande: 126, Jul. 1986.

78. Acerca do comportamento da economia brasileira nas décadas de 1970 e 1980. ver: LANGONI, Carlos Geraldo. A crise do desenvolvimento: uma estratégia para o futuro. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1985.

79. SANTOS, Milton. A Especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos, IN: _____. O trabalho do geógrafo no 3º Mundo. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 103-110.
A obra de SORRE, Max: L'homme sur la terre. Paris, Hachette, 1961.

80. SANTOS, Milton. A. Especificidade ... ob. cit. p. 107.

81. SANTOS, Milton. A. Especificidade ... ob. cit. p. 110.

- Acerca do que, também: SANTOS, M. Dimensão temporal e sistemas espaciais no 3º Mundo. IN: _____. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985, pp. 21-22.
82. SANTOS Milton. Para uma tipologia da marginalidade. IN: _____. Espaço e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979, pp. 76-89.
83. SANTOS, Milton. O Espaço dividido. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.
84. SANTOS, Milton. O Espaço... ob. cit. p. 16 e 27. O autor releva o valor dos adjetivos superior e inferior, pela indicação de que o circuito inferior é dependente do circuito superior. (Idem, p. 30).
85. SANTOS, Milton. O Espaço... ob. cit. p. 33.
86. SANTOS, Milton. O Espaço... ob. cit. p. 56.
87. SANTOS, Milton. O Espaço... ob. cit. pp. 276 - 280.
88. SANTOS, Milton. O Espaço... ob. cit. pp. 280 - 281.
89. SANTOS, M. O Espaço... ob. cit. p. 228.
90. SANTOS, M. O Espaço... ob. cit. pp. 171-172.
91. SANTOS, M. A Articulação dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana: ao atacadistas de Lima, Peru. IN: _____. Ensaaios sobre a urbanização latino-americana. São Paulo, Hucitec, 1982, pp. 127-140.
92. MENDONÇA, F. de Assis; MOREIRA, Sirlane; LUIZ Neto, Cezar. O Comércio ambulante em Goiânia. Anais da AGB - 5º Encontro - São Paulo, v. 1. liv. 2, : 167 - 179, Jul. 1984.
93. ERTHAL, Rui. O Comércio informal em Niterói: Anais da AGB - 5º Encontro - São Paulo, v.1 liv. 2: 180-186, Jul. 1984.
94. LOPES, Juarez Rubens Brandão. O Ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. IN: HUTCHINSON, Bertram (org.) Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesq. Educacionais/INEP-MEC, 1960,

pp. 360 - 440 (cap. 12)

95. LOPES, J. R. B. O Ajustamento... ob. cit. p.362. "A pressuposição de que a ação econômica é racional—i. é, resulta do cálculo rotineiro de 'custos' e 'lucros', pelo empresário, e de 'vantagens' ou 'desvantagens' do emprego, pelo trabalhador — é a base da explicação teórica, pela Economia, do funcionamento do sistema capitalista"
96. LOPES, J. R. B. O Ajustamento... ob. cit. p. 362.
97. LOPES, J. R. B. O Ajustamento... ob. cit. p. 362.

LOPES apóia-se em PARSONS, Talcot. The Motivation of Economic Activities. IN: Essays in Sociological theory Pure and Applied, Glencoe, The Free Press, 1949, pp. 200 - 217 (cit. por LOPES, Idem, p. 362)
98. Esta consideração — economia tradicional, e de mercado — é "baseada, com modificações apropriadas aos objetivos deste estudo, nos tipos de ação de Weber, no conceito de sociedade de folk e nos estudos de economia de mercado feitos por Polanyi e Weber" (LOPES, J. R. B. Ajustamento ... ob. cit. p. 363).

POLANYI, K. The Great Transformation. Boston, Beacon Press, 1957 (LOPES, idem, à p. 365). WEBER, Max. The Theory of Social and Economic Organization. N. York, Oxford U. Press, 1947, e seus estudos sobre a religião (LOPES, idem, à p. 365).
99. LOPES, J. R. B. O Ajustamento... ob. cit. p. 372 e 375.
100. LOPES, J. R. B. O Ajustamento... ob. cit. p. 375/376:

"A inclinação para as atividades comerciais, que se nota tanto nos que vem da lavoura como nos que moravam em pequenas cidades, é parte de um padrão de independência econômica difundido no Brasil... principalmente no Nordeste, esse valor cultural de trabalhar por conta própria, ser independente, valer-se da própria iniciativa e não se subordinar diretamente a ninguém" (pp. 375-376). O grifo, no texto, é nosso.

101. LOPES, J. R. B. Ajustamento... ob. cit. p. 378.
102. LOPES, J. R. B. Ajustamento... ob. cit. p. 384.
- "Mesmo quando permanecem por longo período de tempo em fábricas, os migrantes rurais, estando, por assim dizer, subjetivamente orientados para fora da indústria, não se identificam com a condição de operário". (LOPES, Idem, p. 400). O que haveria, seria "um sentimento de revolta da classe baixa (pobres, povo) contra as classes superiores, que não distingue operários, pessoas em ocupações urbanas modestas, meeiros, pequenos sitiantes", são pessoas que alteram ocupações agrícolas, industriais, comerciais, etc. (LOPES, Idem, p. 410).
103. LOPES, J. R. B. Ajustamento... ob. cit. p. 418.
104. DURHAN, E. R. A Caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 167, citado por MENEZES, M. Aparecida de. Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba. 1985, à p. 112.
105. LOPES, J. R. B. Ajustamento... ob. cit. p. 375: detiham essa experiência, "embora a família ou parentes tivessem propriedades agrícolas. Balconista em loja ou armazém, trabalho braçal, ajudante ou pedreiro em construções, ajudante de caminhão e toda sorte de pequenos empreendimentos comerciais (quitanda, etc) constituem uma lista representativa das ocupações que esses operários tiveram antes de emigrarem para o sul" (p. 375).
106. SILVA, Luis A. Machado da. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado U. Federal do R. de Janeiro, 1971, p. 55.
107. SILVA, Luis M. Mercados... ob. cit. p. 57. Insiste SILVA, na determinação pelo contexto metropolitano concreto de vida, das motivações.

108. SILVA, Luis M. Mercados... ob. cit. p. 58.
109. SILVA, Luis M. Mercados... ob. cit. p. 60. " O trabalho é minha distração, é um lugar comum..." (p. 60).
110. SILVA, Luis M. Mercados... ob. cit. p. 47 - 48.
111. SILVA, Luis M. da; MARIM, M. Cristina; LOPES, J. S. Leite, e outros. Mudança social no Nordeste (reprodução da subordinação): estudo sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
112. MARIM, M. Cristina. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional. IN: SILVA, L. M da; e outros. Mudança social no Nordeste... ob. cit. pp. 147-178.
113. MARIM, Idem, p. 155.
114. LOPES, J. R. B. O Ajustamento ... ob. cit.
115. SILVA, L. Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. IN: ____; MARIM, M. e outros. Mudança social no Nordeste... ob. cit. pp. 179-194.
116. SILVA, L. Machado da. Estratégias de vida e jornada de trabalho. IN: _____. (org.) Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, pp. 83-98. Originalmente apresentado — texto —, no Seminário Estudos Urbanos, IUPERJ, 1981.
117. SILVA, L. Machado da. Introdução. IN: _____. (org.) Condições de vida das camadas... ob. cit. p. 20.
118. SILVA, L. Machado da. Introdução... ob. cit. p. 17.
119. SILVA, L. Machado da. Introdução... ob. cit. p. 17.
120. LOPES, José Sergio Leite. Anotações em torno do tema "condições de vida" na literatura sobre a classe operária. IN: SILVA, L. Machado da (org.) Condições de vida... ob. cit. pp. 21-58.

A noção condições de vida, titula a coletânea organizada por CARVALHO, Inaiá; HAGUETE. Trabalho e condições de vida do trabalhador no Nordeste do Brasil. São Paulo, Hucitec/CNpq, 1984. Nesta observem-se as referências

ao pequeno comércio no artigo de GUIMARÃES, Leonardo; SOUZA, Aldemir do Vale. Dinâmica do mercado de trabalho urbano no Nordeste (pp. 34-38).

121. SIGAUD, Ligia. As Vendas de pontos de rua. Anuário Antropológico, Tempo brasileiro / U. Federal do Ceará, Rio de Janeiro/Fortaleza, [81]: 23-42, 1983.
122. GARCIA, Marie France. O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usine. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Museu Nacional. U. Federal do RJ, 1977, p. 51.
123. GARCIA, M. F. O Bacurau... ob. cit. 137.
124. GARCIA, M. France. Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. Boletim do Museu Nacional (Antropologia), Museu Nacional UFRJ, Rio de Janeiro, [45]: 1-17, 1983.
125. GARCIA, Jr. Afranio Raul. A Economia dos Agricultores: agricultura, criação e negócio. IN: _____. O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado Museu Nacional U. Federal do RJ, pp. 90-125.
126. MOTT, Luis R. de Barros. A Feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1975.
127. FERRARI, Onarina. O Papel da feira regional. IN: _____. A Organização espacial do agreste e do sertão de Alagoas: redefinição dos centros urbanos. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado Geog. U. Federal do Rio de Janeiro, 1985, pp. 91-94. Diz a autora: "Verificamos, ao contrário do que supunhamos, que parte representativa dos comerciantes instalados em lojas, bodegas ou em mercados públicos, vem encontrando na feira de Arapiraca, ao ampliar seus pontos de venda, uma forma... de salvaguardar seus negócios" (p. 92).

128. FELIPE, J. Lacerda A. A Ideologia da modernidade e a Feira livre: o caso de Caicó (RN), Anais da AGB, 59 Encontro, Porto Alegre, V. 1: 361-2, 1982.
129. ROMANO, Jorge Oswaldo. Índios proletários em Manaus: o caso dos Saterémawé citadinos. Brasília, Dissertação de Mestrado Antrop. U. Nacional de Brasília, 1982, pp. 121-129.

CAPÍTULO II: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo encerra uma exposição, acerca do que se entende neste trabalho como situação geográfica do objeto de estudo. Trata-se de uma exposição sumária de fatos sócio-geográficos, que diretamente ou de maneira indireta, ajudam na compreensão do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade de Campina Grande, na medida em que procura esclarecer espacial e temporalmente, o contorno regional do objeto sob estudo.

Na parte 1, estão dispostas as considerações mais especificamente orientadas para uma escala estadual/regional e articulações nacionais, enquanto a parte 2 contém o exame particular da cidade de Campina Grande.

1. A PROBLEMÁTICA ESTADUAL/REGIONAL

1.a. PROCESSOS E PADRÕES MIGRATÓRIOS

Desde o final do século XIX, que as áreas sertanejas do Nordeste do Brasil, e inclusas as no Estado da Paraíba, apresentam movimento emigratório substancial, o que temporalmente se prolongou até os dias atuais. Na última passagem de século, verificou-se amplo deslocamento de população para inserção no sistema de extração regional amazônico da borracha, população esta advinda da hinterlândia nordestina rural, para cidades comerciais portuárias, onde embarcavam, agenciados por empresas, para a bacia amazônica, ao mesmo tempo que se processava intensa imigração européia para o sul/sudeste do país.¹

CART. I - LOCALIZAÇÃO DA PARAÍBA NO
BRASIL

CONVENÇÕES

ESCALA 1:33.500.000

DIVISÃO ESTADUAL

CONTORNO DO NORDESTE

Assim, na repadronagem que se verifica na distribuição da população no fim do século passado e neste século, o Estado da Paraíba é co-partícipe com um decréscimo permanente da importância de sua população no conjunto da população no Brasil, como se pode constatar na Tabela 1. Observe-se ademais, o exposto na Tabela 2, que é o crescimento populacional extremamente diferenciado, entre o global da população brasileira, e a população no Estado da Paraíba. Como indicador, da emigração dos naturais da Paraíba - no caso em comparação com as unidades da federação que lhe são vizinhas - note-se a relação naturais ausentes/naturais no estado. O valor de tal indicador se eleva, ao se examinar o recenseamento de 1940, e posteriormente o de 1980 (Tabela 3).

Nas décadas de 1930 e 1940, surge a migração numerosa, com articulação de transporte rodoviário - são as décadas de aberturas de estradas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS, hoje DNOCS -, ferroviário, marítimo, fluvial - rio São Francisco -, em direção ao Rio de Janeiro e a São Paulo, este centro em emergência a nível nacional.² Esta migração, nas três últimas décadas, veio a ser rodoviarizada e agilizada, pela co-participação do governo federal - infra-estrutura - e investimento privado em transporte rodoviário de passageiros. Portanto, não obstante um crescimento demográfico natural acentuado, o crescimento efetivo populacional na unidade da federação - Paraíba - é modesto, comparado ao incremento que se verifica para a população brasileira (ver tabela 2).

Esta evasão tem, fundamentalmente, destino urbano-metropolitano: nas duas grandes metrópoles nacionais - São Paulo e Rio de Janeiro -, estão (1980) cerca de 46% dos naturais da Paraíba, que se encontram fora dela (Tabela 4). Acentue-se que os naturais desta unidade da federação, fora da mesma, segundo os resultados do recenseamento de 1940, se situavam em quase totalidade em outras unidades do próprio nordeste (83%), principalmente nas limítrofes. Em 1980, constata-se que as residentes em unidades da própria região nordeste declina para 36%, ao passo que,

GRAF. 1 - IMPORTÂNCIA RELATIVA(%) DA POPULAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA NA POPULAÇÃO DO BRASIL 1940-1980

FONTE : IBGE. SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO : BRASIL 1980

GRAF. 2 - TAXAS DE CRESCIMENTOS DECENAIS(%) DA POPULAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA E NO BRASIL : 1940/50-1970/80

FONTE : IBGE. SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO : BRASIL 1980

TABELA 1

PARAÍBA

IMPORTÂNCIA (Z) DA POPULAÇÃO ESTADUAL

NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

1872 - 1980

ANOS	IMPORTÂNCIA (Z)
1872	3.79
1940	3.45
1950	3.30
1960	2.84
1970	2.59
1980	2.32

FONTE: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico:

Brasil - 1980.

TABELA 2
PARAÍBA, BRASIL
CRESCIMENTO DECENAL DA POPULAÇÃO
1940/50/60/70/80

UNIDADE	1940/50 (%)	1950/60 (%)	1960/70 (%)	1970/80 (%)
Brasil	25.97	36.62	31.24	27.87
Paraíba	20.46	17.79	17.40	14.91

FONTE: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico: Brasil - 1980

TABELA 3
PARAÍBA E UNIDADES DA FEDERAÇÃO LÍMITROFES
TAXA DE AUSÊNCIA DE NATURAIS
1940 - 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1940 *			1980 *		
	A	B	α	A	B	α
PARAÍBA	1.475	158	10.8	3.555	960	27.0
PERNAMBUCO	2.793	244	8.8	7.213	1.495	20.7
RIO GRANDE DO NORTE	777	73	9.5	2.184	430	19.7
CEARÁ	2.204	205	9.3	6.179	1.105	17.9

FONTE: IBGE. Censos Demográficos - Brasil: 1940, 1980.

*A = total de naturais (em 1.000 pessoas)

B = total de naturais ausentes da U. da federação
(em 1.000 pessoas)

$\alpha = \frac{B}{A} \times 100 = \text{taxa de ausência de naturais (em \%)}$

TABELA 4

PARAÍBA . BRASIL

NATURAIS DA PARAÍBA SEGUNDO PRESENÇA EM ÁREAS DIVERSAS DO
TERRITÓRIO BRASILEIRO

1940 - 1980

ÁREAS	1 9 4 0		1 9 8 0	
	Absoluto.	%	Absoluto	%
ESTADOS DE S.PAULO E R. DE JA NEIRO	16.351	<u>10.30</u>	493.140	<u>51.32</u>
Estado de São Paulo	5.956	3.75	197.797	20.59
Região Metropolitana de S.P.	-	-	156.123	16.25
Estado do R. de Janeiro	10.395	6.55	295.343	30.74
Região Metropolitana do RJ	-	-	288.567	30.04
NORDESTE*	131.762	<u>83.02</u>	341.282	<u>35.54</u>
NORTE	7.623	<u>4.80</u>	14.746	<u>1.54</u>
C.OESTE	949	<u>0.60</u>	80.440**	<u>8.37</u>
SUL	657	<u>0.41</u>	15.148	<u>1.58</u>
M. GERAIS / E. SANTO	1.376	<u>0.87</u>	15.844	<u>1.65</u>

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: Brasil¹⁹⁴⁰ Censos Demográficos
das U. da Federação. 1980 .

* exceto Paraíba; ** - 87% das quais no D. Federal e Goiás;
(-) informação inexistente.

Obs: o somatório dos valores grifados é igual a 100.00

os residentes nos estados de São Paulo/Rio de Janeiro, que eram 10% em 1940, aumentam para mais de 50%. A comparação inter-censo aponta também um acentuado fluxo - motivado a princípio pela construção da capital federal - em direção a Brasília/Distrito Federal.

Como esclarecimento adicional, a diminuição da importância relativa da população no estado da Paraíba, no âmbito da população total do país (Tabela 1), deve-se afirmar que o fato é extensivo às unidades limítrofes - Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco. Por outro lado, crescem as importâncias relativas de São Paulo, Norte e Centro-Oeste do país.³

A este extraordinário movimento para fora da unidade da federação, considere-se e associadamente, a ampla movimentação interna, ou seja, no âmbito estadual. As cidades maiores do estado apresentam elevado contingente de população que não é natural dos municípios onde estas cidades se localizam, particularmente no caso de cidades maiores, como João Pessoa, Campina Grande, Patos (ver Tabela 5)

Da mesma maneira, os núcleos rurais - pequenas sedes municipais e vilas - recebem contingentes de famílias afastadas do trabalho agrícola⁴, ou que nestes núcleos passam a residir, ainda vinculados ao setor rural.

Os migrantes para as cidades maiores na Paraíba, em quase totalidade advêm da própria unidade da federação; o restante, resíduo bastante diminuto, é advindo de estados limítrofes. Mesmo Campina Grande, cuja área de influência urbana transcende os limites estaduais⁵, apresentou em 1980, 91% dos seus residentes nascidos na própria Paraíba, e 7% nas unidades limítrofes (Pernambuco, Rio G. do Norte e Ceará).

1.b. A URBANIZAÇÃO E O SIGNIFICANTE PARA O OBJETO DE ESTUDO

O que se constata a nível nacional - um processo intenso de urbanização - nesta segunda metade do século

CART. 2 - ESTADO DA PARAÍBA - BRASIL

NATURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA SEGUNDO PRESENÇA EM ÁREAS DIVERSAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO 1940-1980

obs: espessuras de setas proporcionais às porcentagens
expostas na tabela 04.

FONTE: I.B.G.E. CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL - 1940
CENSOS DEMOGRÁFICOS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1980

GRAF.3 - TAXAS DE AUSÊNCIAS DE NATURAIS DOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ : 1940 - 1980

FONTE: IBGE. - Censos Demográficos: BRASIL, 1940, 1980

GRAF.4- PB. PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS (Que trabalharam entre 31-08-79/31-08-80) POR SETOR DE ATIVIDADE : 1980

FONTE: IBGE. - CENSO DEMOGRÁFICO: PARAÍBA, 1980

TABELA 5.
PARAÍBA
CIDADES PARAIBANAS COM MAIS DE 20.000 HABITANTES.
RESIDENTES NATURAIS E NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO.
1980

MUNICÍPIO	NATURAIS DO MUNICÍPIO (em %)	NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO (em %)	TOTAL (em %)
João Pessoa	53.6	46.4	100
<u>Campina Grande</u>	61.8	38.2	100
Patos	61.7	38.3	100
Sousa	84.1	15.9	100
Guarabira	68.1	31.9	100
Cajazeiras	68.9	31.1	100
Sapê	78.6	21.4	100

FONTE: IBGE: Censo Demográfico: Paraíba - 1980

TABELA 6

BRASIL. PARAÍBA.

POPULAÇÃO URBANA: IMPORTÂNCIA RELATIVA (%)

1940 - 1950 - 1960 - 1970 - 1980

UNIDADES	POPULAÇÃO URBANA (EM %)				
	1940	1950	1960	1970	1980
BRASIL	31.24	36.16	45.08	55.98	67.68
PARAÍBA	21.89	26.64	35.10	41.68	52.65

FONTE: IBGE: Sinopse preliminar do censo demográfico:

Brasil - 1980.

culo, verifica-se com desdobramento peculiares para o Território paraibano. Como se pode verificar na Tabela 7, os processos de expansão econômica e migração no país, conformaram um padrão de distribuição da estrutura urbana, caracterizado pela proeminência metropolitana das grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, próximas, posicionalmente no sudeste do território brasileiro. Ambas as cidades, juntas, representam um contingente de cerca de 21,6 milhões de habitantes, significando 63% da população brasileira em cidades consideradas metropolitanas, pelo IBGE (Tabela 7). E se pode afirmar - como se o fez no item anterior - que é nestas duas grandes metrópoles que a população deslocada dos contextos agrários paraibanos se urbaniza⁶, principalmente, num sentido mais estrito. A influência da cidade do Recife, declina progressivamente, em contraste com a penetração econômica do sudeste urbano/industrial, que é cada vez mais acentuada, ainda que as estruturas de estado, em seus arranjos institucionais, reiterem um quadro pretérito, em ampla medida; que em expressão mais simples, seria o perfil federativo e regional.

Advirta-se que, comparada às das unidades da federação que lhe são limítrofes (CE, RN/PE), a importância relativa da população urbana na Paraíba, é menor, e o mesmo se se compara com o conjunto da região centro-oeste do país; não sendo, pela evidência da conclusão, necessária a comparação com o sul e sudeste brasileiros.

No âmbito interno ao território paraibano, é a fachada oriental, dominante e expansivamente canavieira, que apresenta um grau de urbanização mais acentuado, conduzido pela presença da capital estadual, João Pessoa, e sua imediata expansão (municípios de Santa Rita e Bayeux); nela 80,77% da população é urbana (Tabela 8). para 1980. Em contraste, para o interior, a importância relativa das populações urbanas decresce, sendo para 1980 na faixa agrestina e brejo, de 54.14%, e no sertão, 41.07% (Tabela 8). No sertão, contudo, é onde se verifica, na década 1970/80, percentuais mais elevados de crescimento da população urbana. Deve-se notar, não só para as zonas mencio

CART.3-ESTADO DA PARAÍBA
MICRORREGIÕES, E LOCALIZAÇÃO
DO MUNICÍPIO E CIDADE DE
CAMPINA GRANDE

MICRORREGIÕES (MR)	CÓDIGO
NO LITORAL PARAIBANO (A)	
MR.- LITORAL PB	93
NO AGRESTE E BREJO PARAIBANOS (B)	
MR.- PIEMONTE DA BORBOREMA	92
MR.- AGRESTE DA BORBOREMA	97
MR.- BREJO PARAIBANO	98
MR.- AGROPASTORIL DO BAIXO PARAÍBA	99
NO SERTÃO PARAIBANO (C)	
MR. CATOLÉ DO ROCHA	89
MR. SERIDÓ PARAIBANO	90
MR. CURIMATAÚ	91
MR.- SERTÃO DE CAJAZEIRAS	94
MR.- ALTO PIRANHAS	95
MR.- CARIRIS VELHOS	96
MR.- SERRA DO TEIXEIRA	100

CONVENÇÕES

- LIMITE DE MICRORREGIÃO ———
- LIMITE DE MESORREGIÃO ———
- MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

FONTE: IBGE. (1980)

TABELA 7
BRASIL: REGIÕES METROPOLITANAS
1980

REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO TOTAL (resid.)
R. <u>METROPOLITANA DE SÃO PAULO</u>	12.588.439
R. <u>METROPOLITANA DO R. DE JANEIRO</u>	9.018.637
R. METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	2.541.788
R. <u>METROPOLITANA DE RECIFE</u>	2.348.362
R. METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	2.232.370
R. METROPOLITANA DE SALVADOR	1.772.018
R. METROPOLITANA DE FORTALEZA	1.581.588
R. METROPOLITANA DE CURITIBA	1.441.743
R. METROPOLITANA DE BELÉM	1.000.349
TOTAL	34.525.294

FONTE: FIBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico:

Brasil - 1980.

TABELA 8

PARAÍBA

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA,

SEGUNDO MICRORREGIÕES

1970 - 1980

MICRORREGIÃO	CRESCIMENTO DECENAL: 1970 / 1980 (em %)		
	DA POPULAÇÃO TOTAL	DA POPULAÇÃO RURAL	DA POPULAÇÃO URBANA
No Sertão:	9.22	- 10.84	61.29
MR - Catolé do Rocha	9.98	- 4.76	50.01
MR - Seridó Paraibano	10.50	- 0.27	44.03
MR - Curimataú	13.05	2.16	46.82
MR - Sertão de Cajazeiras	4.60	- 5.82	30.67
MR - Depressão do Alto Piranhas	8.31	- 9.37	39.58
MR - Cariris Velhos	9.00	- 1.90	51.21
MR - Serra do Teixeira	18.53	- 69.65	475.04
No Agreste e Brejo:	11.69	- 9.91	40.16
MR - Piemonte da Borborema	9.81	- 6.70	39.29
MR - Agreste da Borborema	19.85	- 7.83	40.54
MR - Brejo Paraibano	-4.42	- 15.49	37.27
MR - Agro-pastoril do Baixo Paraíba	8.46	- 11.90	41.38
No Litoral:	32.96	- 14.43	53.14
MR - Litoral Paraibano	32.96	- 14.43	53.14
TOTAL	14.91	- 10.91	51.03

FONTE: IBGE: Sinopses dos Censos Demográficos: Paraíba - 1970, 1980

nadas - fachada oriental canavieira, agreste e brejo, e sertão -, globalmente, mas a nível microrregional (IBGE), o comportamento de decréscimo absoluto das populações rurais. Há, como já ficou mencionado neste capítulo, ao lado e complexificado com a emigração para as cidades maiores do estado e do país, uma emigração das áreas rurais para vilas e sedes municipais pequenas, que se expressa, a nível da paisagem, em ruas compridas de casas de trabalhadores rurais ("beiras da cidade", "pontos de rua").

O território paraibano, à escala nacional de observação, apresenta apenas cidades modestas. Há uma nítida bipolarização, entre as cidades de João Pessoa - capital, com cerca de 0,5 milhão de habitantes, com dimensões aproximadas às de Natal, RN (ver tabela 9)-, e Campina Grande, com mais de 200 mil habitantes. A cidade imediatamente inferior a Campina Grande, Patos, situa-se populacionalmente muito distanciada, com cerca de 60 mil habitantes. Esta seria melhor entendida, como formadora do grupo de cidades médias na esfera estadual, compreendido pelos núcleos urbanos entre 20 e 60 mil habitantes, sem que se descure da proeminência de Patos entre as mesmas (Tabela 10).

O que significa o crescimento da população urbana no estado, é o crescimento das duas já referidas maiores cidades, não mais de meia dezena de cidades entre 20 e 50 mil habitantes, e uma caudal de sedes municipais e vilas locais, impregnadas de ruralidade.⁷

1.c. ASPECTOS ESTRUTURAIS E DE LOCALIZAÇÃO, ECONÔMICOS NO ESTADO DA PARAÍBA.

1.c.1. HERANÇAS E PROCESSOS DE MUDANÇAS NA AGRO-Pecuária

A divisão do trabalho no território paraibano caracteriza-se pelo amplo predomínio das atividades rurais, conforme se pode observar na Tabela 11. Cerca da metade das pessoas que declararam haver trabalhado entre

CART. 4- ESTADO DA PARAÍBA

CIDADES COM MAIS DE 20.000 HABITANTES -
COM INDICAÇÃO DA IMPORTANCIA RELATIVA DOS
NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO (1980, I.B.G.E.)

CONVENÇÕES

RODOVIA FEDERAL
RODOVIA ESTADUAL

ESCALA

0 18 36 Km

NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO

NATURAIS DO MUNICÍPIO

HABITANTES

FONTE : I.B.G.E. CENSO DEMOGRÁFICO DA PARAÍBA - 1980

TABELA 9

PARAÍBA/PERNAMBUCO/RIO GRANDE DO NORTE/CEARÁ.

CIDADES COM MAIS DE 50.000 HABITANTES

1980

CIDADES	POPULAÇÃO
R. METROPOLITANA DO RECIFE (PE)	2.348.362
R. METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)	1.581.588
<u>JOÃO PESSOA EXPANDIDA</u> (PB)	<u>457.444</u>
NATAL (RN)	416.906
<u>CAMPINA GRANDE</u> (PB)	<u>222.229</u>
JUAZEIRO DO NORTE/CRATO * (CE)	174.492
CARUARU (PE)	137.636
PETROLINA/JUAZEIRO DA BAHIA* (PE/BA)	134.376
MOSSORÓ (RN)	118.007
SOBRAL (CE)	69.072
GARANHUNS (PE)	64.854
VITÓRIA DE STº ANTÃO (PE)	62.890
<u>PATOS</u> (PB)	<u>58.735</u>

FONTE: IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico:
Brasil - 1980.

* Cidades geminadas

TABELA 10

PARAÍBA .

CIDADES ENTRE 20 e 50.000 HABITANTES.

1980

CIDADE	POPULAÇÃO
Sousa	34.055
Guarabira	31.544
Cajazeiras	30.834
Sapé	22.832

FONTE: IBGE: Sinopse preliminar do censo demográfico:

Brasil - 1980

TABELA 11

PARAÍBA

PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS QUE TRABALHARAM NO ANO DE
REFERÊNCIA (31.08.79/31.08.80) POR SETOR DE ATIVIDADE.
1980

SETOR DE ATIVIDADE	ABSOLUTO	%
Atividade Agro-Pecuária, Ext. Vegetal, Pesca.	412.609	50.22
Comércio e Serviços	269.753	32.92
Indústria	126.760	15.36
Outras Atividades	12.293	1.50
TOTAL	821.415	100.00

FONTE: IBGE: Censo Demográfico: Paraíba - 1980

31.08.1979 e 31.08.1980, no estado, fizeram-no em atividades agro-pecuárias. Estas, mais o comércio/serviços, importaram em 1980, mais de 83% dos declarantes.

Preliminarmente, a distribuição das atividades agropecuárias no estado apresentaria um caráter: fachada leste canavieira, com acentuada penetração, particularmente na denominada microrregião do Brejo paraibano, desta cultura industrial; faixa intermediária, envolvendo o agreste e o retro-mencionado Brejo, criadora e policultora agrícola⁸; e os restantes 2/3 da superfície estadual, particularmente na área do "polígono das secas"⁹ - "sertão paraibano" -, marcada pela presença do criatório e algodão.

A fachada canavieira do território paraibano, é parte da ampla zona produtora de açúcar, que se estende de Alagoas ao Rio G. do Norte, passando por Pernambuco e Paraíba. Implantada nos séculos XVI/XVII, constituiu-se na atividade lastro do povoamento litorâneo, assim como das penetrações pecuárias para o agreste e sertão¹⁰. Até recentemente, na Paraíba, restrita aos baixos cursos dos rios Paraíba e Mamanguape, a partir dos anos 70 a cana-de-açúcar passa a ocupar os interflúvios. O elemento central de organização do espaço é a usina, e articulados às usinas, os engenhos fornecedores, conformando dois elementos ligados à propriedade: a grande burguesia rural, e uma classe média rural com grandes diferenciações. BRANDÃO, estudando especificamente a pequena produção fornecedora de cana à usina, no município de Santa Rita, considera como o extrato mais pobre desses fornecedores, o que denominou posseiros pequenos fornecedores: nas "suas" pequenas áreas, exploram ainda, em geral, outros cultivos, como feijão, inhame, viveiros de peixes, e com a "obrigação" de assalariar-se - quando ocupando terras da usina - em tarefas como corte, plantio, nas explorações da usina, ou ainda alugar a esta burros e bois para tração". BRANDÃO observa, ainda, comparando a safra 1979/1980 com a 1982/83, que há uma expansão, no âmbito do fornecimento global de cana à usina estudada, dos fornecimentos dos grandes plantadores.¹²

O trabalho assalariado na fachada canavieira¹ é de emprego massivo, dissolvendo-se as relações tradicionais, e segundo MIELE, o processo de expulsão de moradores e proletarianização foi acentuado na segunda metade da década de 1970, sendo elemento participante neste processo a implantação do Pró-Alcool (1975). Figura de destaque, na intermediação entre a força de trabalho e as explorações, é o empreiteiro.¹³ Há, portanto, um deslocamento de trabalhadores do interior das propriedades, para os arruados, vilas e sedes municipais, motivando nestes núcleos expansão acentuada.¹⁴

Em tempo, ainda que altamente subsidiada, a atividade canavieira da Paraíba, Pernambuco e Alagoas - juntos -, significa apenas cerca de 40% da produção do estado de São Paulo, e sua resistência se dá por políticas anti-mercado e de protecionismo estatal-oligárquico-regional.

Sob os estímulos do mencionado Programa Nacional do Alcool, o plantio canavieiro tem penetrado profundamente para oeste, pelo chamado Brejo paraibano, e pela microrregião agrestina denominada de Agropastoril do Baixo Paraíba,¹⁵ reforçando o assalariamento. Mesmo frente aos tecnificados, e vinculados aos circuitos internacionais, cultivos da agro-indústria do abacaxi, a cana-de-açúcar tem demonstrado - no município de Sapê, estudado por OLIVEIRA - maior dinamismo,¹⁶ ambas as culturas tendo efeitos modernizadores.¹⁷

Na microrregião chamada de Brejo paraibano, observa-se, segundo estudo de Madalena SANTOS um processo célere de transformação de engenhos rapadureiros em propriedades fornecedoras da matéria-prima cana-de-açúcar para as usinas. Este processo encerra uma diminuição da diversidade agrícola no âmbito das propriedades, e uma diminuição da importância do morador.¹⁸ Onde a cultura da cana-de-açúcar tem menor difusão, combinam-se culturas de subsistência, com cultivos comerciais, por exemplo, a fruticultura, onde se destaca a banana.¹⁹ Mas o que se pode mais seguramente afirmar, é a expansão canavieira no Brejo paraibano.

GRAF. 5 - ESTADO DA PARAÍBA
PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR
 (EM MIL TONELADAS) 1976 - 1984

FONTE: IBGE. Anuários Estatísticos: BRASIL, 1983, 1984, 1985
 AGRA, M. de L.F. Alguns efeitos do pro-alcool... ob. cit. p.19

GRAF. 6 - ESTADO DA PARAÍBA E MESORREGIÕES
REBANHO BOVINO (MIL CABEÇAS) 1970, 1975, 1980

TABELA 12
 PARAÍBA
 POR TOTAL, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
 SEGUNDO MICRORREGIÕES
 1980

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL	ÁREA (Km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFI CA (hab./ Km ²)
Sertão Paraibano	1.200.022	43.247	27.75
Agreste e Brejo Paraibano	920.338	8.809	104.48
Litoral Paraibano	652.240	4.316	151.12
Paraíba	2.772.600	56.372	49.18

FONTE: IBGE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico:
Brasil - 1980.

TABELA 13
 PARAÍBA
 PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR
 1976 - 1984

ANO	PRODUÇÃO (TONELADAS)
1976	3.061.216
1977	4.252.950
1978	4.279.453
1979	4.787.121
1980	5.213.040
1981	-
1982	7.270.000
1983	7.166.000
1984	8.952.000

FONTES: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1983, 1984, 1985.
 AGRA, M. de L. Farias. Alguns efeitos sócio-econômicos do
Pró-Álcool na Paraíba. C. Grande, Dissertação de Mestrado
 U. Federal da Paraíba, 1982, p. 19.

Outro processo agrário conducente a curto e médio prazos à concentração nas explorações agrícolas e redução no suporte de populações dentro das unidades produtoras, é o denominado pecuarização, que atinge o agreste e Brejo, e o Sertão. A tabela 14 permite avaliar quantitativamente o fenômeno, que no âmbito das unidades produtivas significa a eliminação/diminuição das áreas de cultivos, de subsistência (milho, feijão) e algodão.²⁰ Ainda que inexpressivas em comparação às pastagens naturais, as pastagens plantadas em seu crescimento de 1970 a 1980, revelam o processo de expansão/modernização do criatório (tabela 15).

Contudo, deve-se observar, que comparado aos resultados dos censos de 1920, e 1940, a participação do rebanho bovino da Paraíba, no rebanho nacional, é sensivelmente menor em 1984: em 1940 importava em 1.77%, e em 1984, 0.88%.²¹

Por outro lado, as terras irrigadas, no decênio 1970/1980, no estado, cresceram apenas 34%, observando-se ainda, para diversas microrregiões do Sertão e Agreste, diminuições de áreas.²²

A referida expansão do criatório, ao lado de outros fatores, tem solapado o arranjo sócio-estrutural de suporte da produção algodoeira, cultura por excelência do Agreste e Sertão paraibanos. Visando capitalização rápida e segura, diminuição de problemas trabalhistas, as grandes e médias unidades - fazendas - diminuem a presença de parceiros e arrendatários pequenos produtores, que tradicionalmente dedicavam-se ao trinômio algodão-milho-feijão. O Algodão, que em 1960 representou 43.6% do valor bruto da produção da Paraíba, passou em 1970 a representar 25.2%, e em 1980: 17,7%.²³ BRAGA observa ainda os baixos níveis de produtividade, e o atraso tecnológico da cotonicultura, quando comparados a padrões nacionais, e afirma haver uma estagnação na mesma.²⁴ A Tabela 16 expõe o comportamento desta atividade agrícola, na Paraíba e no Nordeste do país.

**GRAF. 7- PRODUÇÃO DE ALGODÃO (EM CAROÇO,
ÁRBOREO/HERBÁCEO): 1974/5 - 1982/3**
(em 1.000 ton.)

PARAÍBA, NORDESTE DO BRASIL

NORDESTE DO BRASIL ---

ESTADO DA PARAÍBA —

FONTE: BRAGA, M. G. S. A CRISE DA COTONICULTURA...

OB. CIT. P. 20-21

TABELA 14
PARAÍBA
REBANHO BOVINO SEGUNDO MESO E MICRORREGIÕES. CRESCIMENTO
1970 - 1975 - 1980

MESO E MICRORREGIÕES	1970	1975	1980	crescimento rebanho 1970/1980 (%)
	NÚMERO DE CABEÇAS	NÚMERO DE CABEÇAS	NÚMERO DE CABEÇAS	
Sertão paraibano*	565.398	770.697	832.608	47.26
MR**-Catolé do Rocha	50.723	68.922	72.867	43.66
MR-Seridó Paraibano	23.352	30.508	27.657	18.44
MR-Carimataui	35.790	51.283	57.504	60.67
MR-Sertão de Cafazeiras	83.816	110.143	139.180	66.05
MR-Alto Piranhas	189.418	265.586	276.612	46.03
MR-Cariris Velhos	162.069	207.395	209.734	29.41
MR-Serra do Teixeira	20.230	36.860	49.054	142.48
Agreste e Brejo paraibanos	263.943	345.320	400.364	51.69
MR-Piemonte da Borborema	100.954	133.796	146.083	44.70
MR-Agreste da Borborema	88.268	115.946	116.758	32.28
MR-Brejo paraibano	22.462	32.829	49.608	120.85
MR-Agro-pastoril do baixo paraiba	52.259	62.749	87.915	68.23
Litoral	36.607	47.057	63.109	72.40
MR-Litoral paraibano	36.607	47.057	63.109	72.40
TOTAL	865.948	1.163.074	1.296.081	49.67

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: Paraíba, 1970, 1975, 1980

* - mesorregião

** - microrregião

TABELA 15

PARAÍBA

CRESCIMENTO DAS PASTAGENS PLANTADAS

SEGUNDO MESORREGIÃO

1970 - 1980

MESORREGIÕES	1970 / 1980 (%)
Sertão paraibano	143.45
Agreste e Brejo paraibanos	200.38
Litoral paraibano	134.95
Total	171.80

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários: Paraíba, 1970, 1980

TABELA 16
 NORDESTE DO BRASIL . PARAÍBA
 PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO (ARBÓREO E HERBÁCEO)
 1973/1984

ANOS	NORDESTE DO BRASIL (ton.)	PARAÍBA (ton)
1973/74	-	123.887
1974/75	642.466	107.670
1975/76	499.913	84.037
1976/77	671.791	123.544
1977/78	690.803	120.198
1978/79	451.105	114.994
1979/80	384.024	74.539
1980/81	332.769	58.783
1981/82	437.293	52.280
1982/83	239.631	46.561
1983/84	239.946	-

FONTE: BRAGA, M. G.S. A Crise da Cotonicultura...
 ob. cit. pp. 20 - 21.

Entende-se, aqui, que o pequeno comércio, atividade tradicionalmente geminada às pequenas unidades agrícolas, tenha se constituído mais e mais numa alternativa de reprodução do extrato social.²⁵

A compreensão da modernização no âmbito do criatório e agricultura no Agreste/Brejo e Sertão paraibanos, requer a apreensão da natureza de "manchas"²⁶ com que se processa, a nível espacial. Há grande heterogeneidade para uma mesma cultura, e entre estratos semelhantes de agricultores, de mudança nos processos técnicos.²⁷ DUQUÊ, examinando a modernização no criatório, no município de Serra Branca, microrregião do Cariri paraibano (sertão de estado), observa que, ao lado do uso das capineiras irrigadas persiste e "se afirma na sua forma extensiva".²⁸ SA RAIVA surpreende a diferencial absorção tecnológica na produção do sisal, produção situada no Agreste/Brejo e Sertão paraibanos, e o fenômeno da "feira de candangos", onde proprietários exploradores do agave negociam força-de-trabalho presa por dívidas.²⁹

1.c.2. ELEMENTOS DA ECONOMIA URBANA NA REALIDADE ESTADUAL

Um traço marcante na natureza das atividades urbanas, no território paraibano, é a dominância dos pequenos estabelecimentos, ao lado da grande concentração que apresentam, acompanhando a bipolaridade urbana existente - João Pessoa, e Campina Grande -, nestas duas cidades.

A atividade comercial, registrada pelo Censo de 1980, dispunha de quase 95% dos seus estabelecimentos à forma de sem constituição física jurídica e firma individual, via de regra os menores estabelecimentos (Tabela 17), e que significavam cerca de 4/5 da mão-de-obra do setor. Examinando os estabelecimentos segundo grupos de pessoal ocupado, expressa-se com mais clareza este aspecto estrutural do comércio. Os estabelecimentos que ocupavam até

GRAF. 8

ESTADO DA PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SEGUNDO GRUPOS
DE PESSOAL OCUPADO (%)
1980

FONTE: I.B.G.E. : CENSO COMERCIAL : PARAÍBA, 1980

ESTADO DA PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS SEGUNDO GRUPOS
DE PESSOAL OCUPADO (%)
1980

FONTE: I.B.G.E. : CENSO DE SERVIÇOS : PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO GRUPOS
DE PESSOAL OCUPADO (%)
1980

FONTE: I.B.G.E. : CENSO INDUSTRIAL : PARAÍBA, 1980

TABELA 17

PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA SEGUNDO CONSTITUIÇÃO JURÍDICA, COM INDICAÇÃO DE MÉDIA MENSAL DE PESSOAL OCUPADO.

1980

CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Sem Constituição Jurídica	13.350	52.86	20.202	38.62
Firma individual	10.330	40.90	20.095	38.42
Sociedade por cotas de respons. limitada	1.178	4.66	7.074	13.53
Sociedade em nome coletivo ou solidário	203	0.80	1.380	2.64
Sociedade anônima	93	0.37	3.163	6.05
Demais formas	103	0.41	385	0.74
TOTAL	25.257	100.00	52.299	100.00

FONTE: IBGE. Censo Comercial: Paraíba - 1980

TABELA 18

PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO, COM INDICAÇÃO DE MÉDIA MENSAL DE PESSOAL OCUPADO
1980

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
1 Pessoa	10.899	43.27	10.899	20.12
2 Pessoas	10.342	41.05	20.251	37.37
3 - 4 Pessoas	2.807	11.14	10.816	19.97
5 e mais pessoas	1.144	4.54	12.208	22.54
TOTAL	25.192	100.00	54.174	100.00

FONTE: IBGE. Censo Comercial: Paraíba - 1980

4 pessoas, representaram 95% dos mesmos, ocupando cerca de 77% da força de trabalho no comércio (Tabela 18).³⁰ Contudo, o entendimento compreensivo do setor aponta no sentido da emergência, nos fins da década de 1970, e nos anos de 1980, de grandes lojas de departamento, em João Pessoa e Campina Grande, filiais de redes de abrangência nacional/regional, com organização "industrial" do trabalho e administração.

Os resultados censitários acerca dos serviços, não demonstram caráter diverso. Os estabelecimentos empregando 1 pessoa, eram cerca da metade do total (Tabela 19), e os empregando até 4 pessoas aproximadamente 94%, empregando em torno de 66% do pessoal no setor. Não se pode, contudo, obscurecer a evidência de grandes estabelecimentos na atividade, como se pode ver para os que ocupam 100 e mais pessoas, com média de 340 empregados por estabelecimento. (Tabela 19); a ligeira elevação do número médio de empregados, por estabelecimento, entre 1975 e 1980, acredita-se aqui que deva ser debitada à presença de grandes unidades, e não a uma repadronagem geral no perfil de todo o setor. De fato, na classe de serviços que inclui as oficinas de reparo, manutenção de bens em geral, o incremento no mesmo período, para o número de estabelecimentos, foi de 124.02%, inferior desta forma aos 102.16% para o pessoal ocupado, diminuindo assim, da específica classe de serviços mencionada, o número médio de empregados por estabelecimento.³¹

Os estabelecimentos industriais são, não só predominantemente pequenos, mas também são poucos os com número de pessoal ocupado elevado. Os que ocupam até 4 pessoas, eram cerca da metade do total; e estes, adicionados aos estabelecimentos que ocupam de 5 a 19 pessoas atingem mais de 90%.

Certo que muitas indústrias de porte, estabeleceram-se - praticamente em Campina Grande e João Pessoa - no fim da década de 1960 e década de 1970, sob o influxo dos financiamentos geridos pela SUDENE - Superintendên

TABELA 19

PARAÍBA

ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO, COM INDICAÇÃO DA MÉDIA MENSAL DE PESSOAL OCUPADO
1980

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
1 - Pessoa	5.850	49.75	5.850	20.49
2 - Pessoas	5.233	44.50	13.027	45.61
5 - 19 Pessoas	606	5.15	4.383	15.35
20 - 99 Pessoas	61	0,52	2.233	7.82
100 e mais pessoas	9	0.08	3.064	10.73
TOTAL	11.759	100.00	28.557	100.00

FONTE: IBGE. Censo de Serviços: Paraíba - 1980

TABELA 20

PARAÍBA

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO NOS
SERVIÇOS: CRESCIMENTO
1975/1980

DISCRIMINAÇÃO	1975	1980	CRESCIMENTO 1975/80 (%)
Nº de Estabelecimentos	6.218	11.785	89.53
Pessoal ocupado	13.929	28.557	105.02

FONTE: IBGE. Censos dos Serviços: Paraíba - 1975-1980.

TABELA 21
 PARAÍBA
 ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO
 GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO
 1980

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	ESTABELECIMENTOS	
	ABSOLUTO	%
De 1 a 4 Pessoas	1.686	48.50
De 5 a 19 Pessoas	1.455	41.86
De 20 a 99 Pessoas	271	7.80
100 e mais Pessoas	64	1.84
TOTAL	3.476	100.00

FONTE: IBGE. Censo Industrial: Paraíba - 1980

cia do Desenvolvimento do Nordeste - através do denominado 34/18, e outras facilidades, contudo a partir de 1979 começaram diversas a encerrar suas atividades. Em Campina Grande, cidade do estado com maior número de estabelecimentos industriais (Tabela 22), verificam-se fechamentos sucessivos de indústrias maiores e médias (WALLIG, metalúrgica; SANBRA, ligada a beneficiamento do algodão; p. exemplo), e encaminhou-se a atividade no sentido do restabelecimento do amplo domínio de fábricas de alimentos, têxtil e couros.³²

. . .

A curta exposição do caráter estrutural da economia estadual, e de alguns de seus processos de alteração, permite de certa maneira inferir que, se de um lado há uma fração da renda concentrada, por outro, e que parece mais importante para o presente estudo, há uma enorme dispersão dos rendimentos, via salários - cujos níveis se determinam numa situação visceral de desemprego - e pequenas atividades, configurando um amplo perfil de consumo sócio-ecologicamente no âmbito do pequeno comércio de massa.

A Tabela 23, que se reporta a rendimentos familiares médios mensais, mostra as possibilidades restritas, enxutas, da demanda. Praticamente a metade das famílias, apresentam rendimentos de até 1 salário-mínimo. Compreendidas em rendimento de até 5 salários, estavam aproximadamente 9/10 das famílias.

2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS-ESPACIAIS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

A cidade de Campina Grande situa-se a cerca

TABELA 22

PARAÍBA

MUNICÍPIOS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA

DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS (NÚMERO)

1985

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Campina Grande	727
João Pessoa/Santa Rita/Bayeux*	687
Patos	132
Sousa	110

FONTE: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA.

CADASTRO INDUSTRIAL DA PARAÍBA, 1985.

Campina Grande.

* Municípios que formam a cidade de João Pessoa
expandida.

TABELA 23

PARAÍBA

FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR RENDIMENTO MÉDIO FAMILIAR

1980

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM SALÁRIO-MÍNIMO	IMPORTÂNCIA RELATIVA (%)	
	% SIMPLES	% ACUMULADA
Até 1/2 Salário-Mínimo	21.06	21.06
Mais de 1/2 a 1 Salário-Mínimo	26.81	47.87
Mais de 1 a 2 Salários-Mínimo	23.33	71.80
Mais de 2 a 5 Salários-Mínimo	15.64	87.44
Mais de 5 a 10 Salários-Mínimo	4.15	91.59
Mais de 10 Salários -Mínimo	2.92	94.51
S/Rendimento/S/declaração	5.49	100.00
TOTAL	100.00	

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: Paraíba - 1980

GRAF. 9

ESTADO DA PARAÍBA
FAMILIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS
PARTICULARES POR FAIXA DE RENDI-
MENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR (EM
SALÁRIOS MÍNIMOS - S.M.)
1980

FONTE: I.B.G.E. CENSO DEMOGRAFICO. PARAÍBA-1980

de 120 quilômetros da capital, João Pessoa, sendo cortada pela BR-230, rodovia eixo que integra o estado da Paraíba de leste a oeste, isto é, desde o litoral canavieiro até o sertão extremo oeste paraibano. A posição de Campina Grande se dá justamente na faixa agrestina intermediária, entre estas duas áreas mencionadas, desempenhando a cidade sua influência sobre as microrregiões do Agreste/Brejo e Sertão, com particular ênfase, ainda que suas relações se estendam ao sul do Ceará, e do Rio Grande do Norte.³³

Do ponto de vista do seu conteúdo econômico, a área enfática de relações da cidade caracteriza-se pela policultura/gado, no Agreste e Brejo, devendo-se observar a tendência "monocultura" nos processos de expansão da cana de açúcar, e da pecuária, como se fez referência ainda neste capítulo; e no sertão, pela combinação gado/algodão/culturas alimentares, sob forte crise da articulação sócio-estrutural de sustentáculo desta combinação - parceria, arrendamento, moradia, -, e expansão do criatório, o que ficou referenciado também já neste capítulo. Deve-se observar que, no Agreste/Brejo, área de contorno imediata a Campina Grande, cristalizou-se um âmbito de pequenos produtores, quer como pequenos proprietários rurais, ou como parceiros/rendeiros, com padrões de família numerosa, e forte emigração - particularmente no Brejo -, para cidades regionais e sudeste do país. Uma larga tradição de pequeno comércio, em feiras próximas, ou almocrelando em penetração ao sertão do estado da Paraíba, Rio G. do Norte, Ceará, conduzindo rapadura, aguardente, farinha de mandioca, trazendo carne seca, queijo, couro, etc.

Pela sua dimensão e área de relações, no interior da Paraíba, e do chamado nordeste oriental, o que se construiu num longo processo, em que exerceu função de contacto inter-áreas³⁴ no conjunto de um modelo exportador - algodão, sisal - C. Grande se enquadra na categoria das cidades secundárias na rede de cidades regional, abaixo de Recife, Salvador, Fortaleza.

O crescimento/gestação da cidade se inicia no

século XIX. A princípio, o que mais a caracteriza do ponto de vista funcional é o comércio do gado, que se realiza através da forma feira. Mas também coleta algodão, couros, alimentos, em sua área de influência, que se ampliara com a abertura na segunda metade daquele século da Estrada Real, que partindo da então capital da Província, Paraíba - hoje João Pessoa -, tinha ponto terminal a oeste em Campina Grande. Daí saíam duas estradas de boiadas e tropas de animais de carga; uma para Patos, a oeste, seguindo em direção ao sul do Ceará; e outra para Nordeste, no rumo do sertão do Rio Grande do Norte.³⁵ Além da ligação litorânea com João Pessoa, note-se também o velho caminho de animais, passando por Mogeiro e Itabaiana, em direção ao Recife.

Müller considera que em 1907 inicia-se uma profunda ampliação da importância comercial da cidade, por conta do reforço à sua função que traria a estrada de ferro, cujos trilhos a ela chegariam naquele ano, ligando-a ao Recife e a João Pessoa.³⁶ Um novo impulso adviria da abertura de estradas pelo IFOCS (hoje DNOCS), rodoviárias; a penetração dos caminhões, e o crescimento da demanda internacional pelo algodão³⁷, ao que se adicionaria a expansão do sisal no começo da década de 1940.³⁸

As décadas de 1940 e de 1950 - nesta até meados - corresponderiam ao auge da inserção da cidade, como subarticuladora a nível regional, na antiga divisão internacional do trabalho, verificando-se neste período as mais elevadas taxas de crescimento da sua população nas últimas décadas (Tabela 24). Mas, ao mesmo tempo, é o início da grande transferência de população trabalhadora, para o sudeste do país, em cuja frente pioneira paulista MONBEIG os descreveu na década de 1940³⁹.

Como consequência da citada função, expandem-se os estabelecimentos de comércio e de crédito. MELO observava nos meados da década de 1950, que a indústria não adquiria relevo. A volumosa quantidade de algodão e sisal que Campina Grande recolhia, de áreas que transcendiam à

TABELA 24
CIDADE DE CAMPINA GRANDE
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
1940 - 1980

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO DECENAL (%)
1940	34.343	
1950	72.464	111.00
1960	116.226	60.39
1970	164.864	41.85
1980	222.229	34.80

FONTE: IBGE. Sinopses dos Censos Demográficos:
Paraíba. - 1960, 1970, 1980.

GRAF. 10

CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB
TAXAS DECENAIS (%) DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO : 1940/50, 1970/80

FONTE: IBGE. SINOPSE DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS
PARAÍBA - 1960, 1970, 1980

Paraíba, dirigia-se à exportação. O que se instalava era uma indústria de beneficiamento primeiro (beneficiamento' de fibras, extração de óleo de caroço de algodão, alguns curtumes) e fábricas de mercadorias de consumo popular (sabão. p. ex). O comércio de intermediação exportadora é que era a base funcional da cidade.⁴⁰

No começo da década de 1960, CARDOSO já avaliava o atacado em geral como lastro de sua influência.⁴¹ Na metade desta década - 1960 - ocorre a crise do agave⁴², que adicionada às dificuldades do algodão, exerce um efeito depressivo profundo sobre a agricultura que lhe enviava as mercadorias, e portanto sobre a circulação na qual a cidade era partícipe.

O setor de atacado em geral, na cidade, manteve-se, constituindo-se na função central de longo alcance.⁴³

A avaliação da força de trabalho, por setor de atividade, no município, indica-nos a dimensão relativa do terciário, e os sucessivos fechamentos de indústrias já referidos na primeira parte deste capítulo e a quase paralização da construção civil aprofundou, sem dúvida, a importância do setor (Tabela 25).

De 1975 para 1980, os estabelecimentos de serviços no município aumentaram em 63.7%.⁴⁴

Estes serviços - estabelecimentos - são em cerca de 7/10 representados por lanchonetes, bares e similares, e oficinas de reparo de veículos, aparelhos elétricos e mecânicos. São em maioria esmagadora pequenos estabelecimentos, o que não exclui a existência de grandes formas (Tabela 26).

Sem redizer o que se expôs na parte 1 deste capítulo, cumpre apontar a imensa quantidade de mercearias minúsculas, espalhadas pelos bairros da cidade, e engrossando esta multidão do pequeno comércio, os ambulantes e feirantes, coexistentes com o varejo de grandes firmas nacionais, à forma de lojas de departamento.

Os resultados do Censo Demográfico de 1980,

TABELA 25

CAMPINA GRANDE.

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS QUE TRABALHARAM NO ANO
DE REFERÊNCIA POR SETOR DE ATIVIDADE
1980

SETOR DE ATIVIDADE	IMPORTÂNCIA RELATIVA (%)
Agropecuária/Extrativismo	9.75
Indústrias	17.40
Construção Civil	9.84
Comércio/Transporte/Adm. Pública, etc.	63.01
TOTAL	100.0

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: Paraíba-1980

TABELA 26

CAMPINA GRANDE

ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO SEGUNDO CLASSES DE SERVIÇOS
1980

CLASSES DE SERVIÇOS	IMPORTÂNCIA RELATIVA (%)	
	ESTABELECI- TOS	PESSOAL OCU - PADO
Alojamento e alimentação	29,85	29.24
Reparo, manutenção; confecção sob medida	40.89	37.43
Serviços pessoais e higiene pes- soal	10.29	6.98
Rádiodifusão, TV, diversos	3.43	6.68
Serviços auxiliares diversos	13.50	15.74
Serviços de imóveis	2.04	3.93
TOTAL	100.00	100.00

FONTE: IBGE. Censo de Serviços: Paraíba, 1980

indicam que 81,5% das famílias residentes em domicílios particulares percebiam rendimento médio mensal familiar de até 5 salários-mínimo⁴⁵, o que conduz à apreciação que foi feita páginas atrás, com base na Tabela 23.

2.a. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO ESPAÇO URBANO

A estruturação interna da cidade de Campina Grande operou-se sob o comando da sua função comercial, receptora/emissora de mercadorias do/para o sertão (a oeste), o Brejo (a Nor-Nordeste e Norte), e o litoral (Recife e João Pessoa, a leste). MÜLLER em 1951 constata a imensa concentração comercial na rua João Pessoa, tradicional caminho em direção ao sertão do estado (oeste) e o alongamento residencial que se procedia neste sentido. Referia-se também à expansão residencial na sequência do caminho comercial para o Brejo, microrregião contígua, assim como seguindo a estrada que liga à capital (João Pessoa).⁴⁶ À época, no centro da cidade, os estabelecimentos de comércio/serviços não exerciam domínio exclusivo, dividindo espaço em casas terreas, ou de 1-2 pavimentos, com residências.⁴⁷

O comércio varejista se concentrava no chamado "centro", cujas ruas mais importantes eram as Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro, área da feira, e a rua que conduzia ao caminho oeste (sertão), rua João Pessoa, esta sobretudo concentração do atacado. Este último tipo de comércio apresentava ainda outra área de concentração: em torno da estação da estrada de ferro, em cujo local também se concentravam alguns estabelecimentos industriais, de natureza já referida neste capítulo. Estabelecimentos industriais, alguns também havia no caminho para oeste.⁴⁸

Por então, época de intenso crescimento (ver tabela 24), a cidade teria recebido a abertura de algumas avenidas, no centro, dando-lhe modificações de fi

sionomia.

Até os meados de 1960, não se observam modificações sensíveis na estruturação da cidade, e, numa avaliação mais rigorosa se pode afirmar, que a organização radio-cêntrica, com raios orientados pela função comercial da cidade, permanece.

As mudanças que ocorrerão no fim da década de 1960 e década de 1970, esquematicamente são: a expansão das indústrias no sentido sul (a partir do antigo local de concentração próximo à estação da estrada de ferro), seguindo o rumo da BR-104 em direção a Caruaru (PE), tendo como limite o então instalado distrito industrial, nos limites da área urbana; aí também construíram-se 5 conjuntos habitacionais (SFH); modificação sensível foi introduzida com a construção de grandes conjuntos residenciais, ao longo da fachada oeste e sudoeste da cidade, com afastamentos variáveis da área urbana, e sem se situar necessariamente nas tradicionais saídas da cidade, antes mais afastadas delas, em trechos inter-eixos. A integração dessas novas áreas de função residencial se realizou mediante construção de perimetral, ou vias ligando-as aos eixos tradicionais, e progressivamente os interstícios entre estes conjuntos e a área preenchida de residências vem sendo ocupados. Observou-se, também, no caso da educação, e saúde, alguma desconcentração dos estabelecimentos, no rumo dos bairros. Ainda que sejam notados pequenos núcleos de comércio nos bairros, a atividade propriamente se expande como mancha de óleo a partir do antigo centro, por suas áreas contíguas, expulsando/coexistindo com a função residencial.

A organização atual do espaço da cidade, interno, pode ser sumariamente descrita da seguinte forma:⁴⁹

1. zona de comércio e serviços central, onde no que respeita à primeira atividade estão contíguas as funções de atacado e varejo; é onde estão, salvo algum "posto de serviço" em repartição pública à causa do volume da folha de pagamentos, todas as agências bancárias.

CART. 5 - Campina Grande :

espacialização do crescimento urbano

FONTE : P.M.C.GRANDE - PERFIL DO MUNICÍPIO, 1983

É, a zona central, o local de concentração do comércio ambulante.

2. A zona com maior presença de indústrias, já referida, permeada de residências.⁵⁰

3. É a amplamente horizontalizada, e diversificada do ponto de vista sócio-econômico, zona residencial. Os conjuntos residenciais, com recursos advindos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) situam-se, em geral, na periferia geográfica da cidade, em numerosos casas como mancha pioneira.⁵¹

Entremetidas em áreas de ocupação antiga, ou na periferia geográfica, as favelas⁵², ou residências de alto padrão.

Em geral, as condições habitacionais e de infra-estrutura, são graves. A rede de esgotos corresponde a 1940. Desta maneira, quase toda - cidade - à exceção de exígua área central - está submetida ao escoamento de esgotos à superfície, que empocha em baldios e áreas mais baixas das ruas, orientando-se para os açudes existentes na cidade, e para afluentes do rio Paraíba. Os novos conjuntos habitacionais tem a mesma característica. Quanto à coleta do lixo, a ampla periferia apresenta a paisagem de imensos montes de detritos acumulando-se as margens de riachos e baldios. Por outro lado, quase 4/5 das vias da cidade, não possuíam revestimento.⁵³

REFERÊNCIAS E NOTAS

CAPÍTULO II: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO.

1. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1971, pp. 129-135.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. __; e outros. Imigração italiana: estudos. Caxias do Sul, Universidade de C. do Sul/ISBIEP, 1979, pp. 11-28.

2. BECKER, Bertha. Industrialização e elaboração do sistema espacial nacional. O modelo centro-periferia (1930-1960). IN: _____. Geopolítica da amazônia. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 17-32.

3. BRASIL. IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico : Brasil - 1980. Rio de Janeiro.

4. PORTO, Angela Mota F. Aspectos econômicos e sociais da migração rural: o caso de Ingá, PB. Campina Grande, Diss. de Mestrado Econ. UFPB, 1984, p. 73.

5. BRASIL. IBGE. Divisão do Brasil em r. func. urbanas. Rio de Janeiro, 1972.

6. MELO, M. Lacerda de, mostra a intensa migração em caminhões, do Brejo paraibano para o sudeste do país, nos fins da década de 40 e começos da década de 1950: IN: Aspectos da Geografia Agrária do Brejo paraibano. ANAIS da AGB. São Paulo, Vol. VI, t. II. 97, 1951-2
Como consideração de política demográfica global acerca do Nordeste: CAMPOS, Roberto, Desafios do nosso tempo. IN: _____. Além do cotidiano. Rio de Janeiro, Record, 1985, pp. 185-7.

7. Acerca do migração das áreas rurais para sedes municipais pequenas, ver: MARIN, Maria Cristina de M. Migração sem urbanização - o caso da cidade paraibana de

- Serra Branca. Revista Raízes, Mestrado Sociologia / Economia U. Federal da Paraíba, Campina Grande, [4,5] : 197-203, Jan 1984/dez 1985.
8. ANDRADE, M. Correia de. A Terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 159-176.
- MELO, M. Lacerda de. O Agreste paraibano. IN: _____.
Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife, SUDENE, 1980, pp. 101-172.
9. Embora o "sertão paraibano" encontre-se mais internado, nessa figura geométrica delimitadora da incidência de estiagens, o referido polígono cobre 97.8% da superfície do estado, e inclui partes da faixa canavieira, a leste da unidade da federação (BRASIL. IBGE, Sinopse estatística do Nordeste: 1983. Rio de Janeiro.
10. BARROS, Nilson Crocia de. Olinda - Recife e sua região: espaço geográfico e estrutura econômica (1535/1630). Recife, Dissertação de Mestrado U. Federal de Pernambuco, 1982.
11. BRANDÃO, Roza de L. Pereira. A Pequena produção da cana-de-açúcar no município de Santa Rita, PB. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1983, pp. 45-46-47.
12. BRANDÃO, ob. cit. p. 11
13. MIELE, Neide. A Mulher na palha da cana: estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita, PB. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1985, p. 58.
14. OLIVEIRA, Alunilda Janúncio de. Considerações sobre o processo de expansão do capital na agricultura: a cultura do abacaxi em Sapé. PB. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1985, p. 45.

15. EGLER, Claudio A. Os Impactos do pró-álcool na Paraíba. Revista Geonordeste, U. Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Aracaju, [1]: 16-19, mar. 1985.
16. OLIVEIRA, Alunilda. ob. cit. p. 45.
17. CARVALHO, Maria L. Gonsalves de. A Agroindústria maguary e sua influência sócio-econômica na produção da abacaxi no município paraibano de Sapê, PB. RESUMOS Sociedade Brasileira p/ o Progresso da Ciência (SBPC) Belo Horizonte, 37ª Reunião: 102, 1985.
18. SANTOS, Madalena Herculano dos. Fabricação de rapadura na Paraíba: estudo sócio-econômico. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1985, pp. - 126-132.
19. VAN DER LINDEN, Marta Gomes. Sobre a organização da produção da banana no município de Bananeiras, PB: 1970/1984. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1985. p. 29.
20. No quadro pretérito, de cessão da terra a trabalhador, em troca de parceria na produção/restolho, a cessão tendia a se reiterar. Generalizou-se, contudo, a prática de cessão por 2 anos, findo o que deve o trabalhador entregar o terreno cedido plantado com o capim (pasto plantado) (LIRA, Gitana M. Figueredo. O Homem ou o boi; o roçado ou o capim. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1983, p. 70.)
21. BRASIL, IBGE. Censo Agrícola: Brasil - 1940. Rio de Janeiro.
- BRASIL, IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1984. Rio de Janeiro: Comparando os dois anos, para o rebanho Caprino, nota-se que este passa de 10.73% do rebanho nacional (1940), para 5.25% (1984) (Idem, idem).
22. BRASIL, IBGE. Censos Agrícolas. Paraíba, 1970, 1980 Rio de Janeiro

23. BRAGA, Maria G. Serpa. A Crise da cotonicultura no sistema agropastoril sertanejo da Paraíba: o município de Santa Luzia, PB. C. Grande, Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1984.
24. BRAGA, M. G. S. A Crise.... ob. cit. pp. 32. Cerca de 3/4 da produção de algodão do estado está no sertão, e o 1/4 restante, no Agreste e Brejo (Idem, pp. 37-38).
25. Acerca disto, ver MENEZES, Marilda A. de. Da Paraíba.. ob. cit. p. 147.
Ver. também a REVISÃO, capítulo 01 deste trabalho.
26. CARVALHO, Renê L. de; CARDOSO, Eulália E. Frentes modernizantes na agricultura paraibana. Revista Raízes Mestrado Sociologia/Economia U. Federal da Paraíba, Campina Grande, [4-5]: 152, Jan./84-dez/85.
27. CARVALHO, R. L. de; CARDOSO, E. E. Frentes... ob. cit. p. 152.
28. DUQUÊ, Ghislaine. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri paraibano. Revista Raízes, Mest. Econ./Soc. da UF. da Paraíba. Campina Grande, (4-5]: 178, jan/84-dez/85.
29. SARAIVA, Ivone L. Monteiro. Cooperativa de sisal sociedade anônima. C. Grande. Dissertação de Mestrado U. Federal da Paraíba, 1981, pp. 69 e 148.
30. Os ramos dominantes — "alimentos/bebidas/fumo", e "tecidos/vestuário/art. de armarinho" — apresentam essa fortíssima concentração de estabelecimentos pequenos, representados pelas mercearias, vendas, barracas, armarinhos, numerosos tanto nas maiores quanto nas menores cidades e sedes municipais e arruados. É um elemento onipresente, nas áreas residenciais, a barraca, não raro expondo em uma janela de residência, confeitos, cigarros, palmas de banana, bebidas.
31. BRASIL, IBGE. Censo dos Serviços: Paraíba-1975, 1980. Rio de Janeiro.

32. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Perfil municipal. C. Grande, 1983, p. 100.
33. BRASIL. IBGE. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas.
34. MONBEIG, Pierre Notas sobre a geografia humana do nordeste do Brasil. Boletim Geográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 6, [65]: 470, 1948.
- MÜLLER, Nice Lecocq. Campina Grande: notas de geografia urbana. ANAIIS da AGB, São Paulo, v. VI, t. II: 14, 1951-1952.
- MELO, Mario L. de. O Caso de Campina Grande. IN: _____. Agreste. ob. cit. pp. 156-7.
35. MÜLLER, N. L. ob. cit. pp. 20-1.
36. MÜLLER, N. L. ob. cit. p. 20.
37. MÜLLER, N. L. ob. cit. p. 21.
38. MELO, M. L. de. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia (CNG), 1958, p. 253.
39. "... vagões, outros viajantes, em andrajos, carregando pobres trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam, atemorizados, essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas com o zetacismo do japonês ou o sotaque do alemão... Nas estações, numerosa multidão se comprime ... para conduzir novos recém-chegados até as terras de que esperam mil maravilhas", (MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984, p. 22 - 23.).
40. MELO, M. L. de. Paisagens... ob. cit. p. 254.
41. CARDOSO, Maria F. Thereza C. Campina Grande e sua função como capital regional. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, ano 25: 416, 1963.

42. SARAIVA, Ivoni Lídia M. Modernização da cultura do sisal e a reprodução da força de trabalho. RESU - MOS SBPC - B. Horizonte, 37ª Reunião: 104-5, B. Horizonte, 1985.
43. Fato referido por GEIGER, P e DAVIDOVICH, F., in: Aspectos do fato urbano no Brasil, p. 350, citado por CARDOSO, M. F.T.C. Campina Grande... ob. cit., à p. 416, e reafirmado por: PMCG. Perfil do Município de Campina Grande. C. Grande, 1984, p. 107
44. BRASIL. IBGE . Censos de Serviços: Paraíba - 1975 , 1980. Rio de Janeiro.
45. BRASIL. IBGE. Censo Demográfico: Paraíba - 1980 .
46. MÜLLER, N. L. ob. cit. pp. 30-34.
47. MÜLLER, N. L. ob. cit. p. 30.
48. MÜLLER, N. L. cit. p. 30 (planta funcional da cidade).
49. Descrição com base em cartas insertas em: PMCG. Perfil... ob. cit.
50. PMCG. Perfil ... p. 36
51. PMCG. Perfil ... p. 146
52. PMCG. Perfil ... p. 148
53. PMCG. Perfil ... p. 47 e 55.

CAPÍTULO III: O COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

1. O AMBULANTE NA IMPRENSA LOCAL

Com o fim de informar este trabalho, foi proce-
dido exame na Coleção de Jornais do Diário da Borborema, que
é, pela sua tiragem, praticamente o único diário da cidade
de Campina Grande, e circula por todo o estado. O período
coberto está compreendido entre 1º de setembro de 1984 e 30
de junho de 1986. A sistemática do levantamento consistiu na
identificação de referência de capa ao assunto — isto é,
na folha 01 —, o que se prejudicou indicar importância atri-
buída ao assunto pelo órgão de comunicação, após o que se
examinou a matéria interna porventura existente.¹

No período, verificou-se que o assunto constou
em capa 20 vezes, todas com foto (s), e em alguns casos co-
mo notícia de primeiro destaque.

1.a. O CICLO ANUAL DO COMÉRCIO AMBULANTE NA IMPRENSA

As matérias da imprensa, revelam que o comér -
cio ambulante se intensifica nos meses finais do ano, culmi -
nando com as festas de natal e ano novo. Trata-se, certamen -
te, de uma vivificação que corresponde ao comércio varejis -
ta de bens de consumo em geral, no que participa a modalida -
de em estudo. Como a demanda por bens de consumo pessoal se
eleva, a estrutura comercial correspondente varejista se
aciona no sentido de capturá-la, e bem que a carga confli -
tuosa seja permanente ao longo de todo o ano, entre os dois
elementos estruturais do comércio varejista, pode-se afir -
mar que o subjacente se mostra com evidência nos referidos
meses.

É por então que se verifica, ano a ano, a roti -
na de ofícios dos órgãos lojistas à prefeitura municipal,
solicitando desta, providências, no sentido de controlar o
comércio ambulante. Em 1984, a edição do Diário da Borbore-

ma de 03 de dezembro apresentou notícia de casa, com destaque e foto, tendo por título Lojistas Querem tirar os Camelôs, e legenda de foto "Os Camelôs estão invadindo as calçadas e concorrendo com as lojas", em que informava de ofício enviado pelo Clube dos Diretores Lojistas e pela Associação Comercial de Campina Grande, à prefeitura, pedindo que esta adotasse providências enérgicas para tolher a proliferação de camelôs no centro da cidade, que estaria crescendo de forma intolerável, prejudicando os estabelecimentos regularizados, recolhedores de impostos e que ofereciam empregos. Em matéria interna, o jornal relata o reconhecimento pela presidência do Clube dos Diretores Lojistas de que os ambulantes são um problema social, mas que estavam a resistir, e desrespeitar as normatizações da prefeitura. A mesma matéria indica que a citada Associação Comercial enviara outro ofício, e a municipalidade mantinha-se omissa ao problema. Além das duas mencionadas associações, dirigiu-se à municipalidade também o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmaceuticos Teriam encontro, estes órgãos, com a Secretaria de Serviços Urbanos, para examinar a questão.²

No ano de 1985, a rotina preventiva parece haver começado com mais anterioridade. A 24 de setembro, o diário mostra o seguinte título de matéria de capa: Com a Aproximação do Natal os Camelôs Começam a Tomar as Ruas, e como título da matéria interna: "Associação declara guerra contra camelôs campinenses". A Associação Comercial enviará documento à municipalidade pedindo rígida fiscalização contra a "costumeira invasão dos ambulantes".³

Mesmo sem referências explícitas às relações entre as associações comerciais e a prefeitura municipal, as notícias sobre o comércio ambulante adquirem nos meses finais do ano um conteúdo particularmente enfático. Em novembro de 1984, apresenta-se como título de matéria de capa: Camelos Tomam o Centro da Cidade. Opina o diário, que as perspectivas de "lucros", e a "passividade do município", estimulam a "literal invasão do centro" por camelos; os transeuntes estariam irritados.⁴ Matéria interna, na mesma edição, sob o título "O Centro foi tomado por completo pelos ca

melôs", afirma que estes só se preocuparam em faturar, aproveitando a época natalina.⁵ No dia 26 de dezembro, finda a festa de natal, o jornal publica editorial sobre o assunto, tendo por título "camelôs", cuja notícia de capa que faz a chamada traz como título O Eterno desafio.⁶ Em outubro de 1985, a edição do dia 27 traz à capa matéria sob título: Camelos Preparam Invasão. Haveria, para o diário, prejuízo para os transeuntes e comércio estabelecido "que tem suas portas tomadas por lonas e bancos, repletos de quinquilharias"... os praticantes do comércio clandestino, que encontram como mola propulsora da não repressão, o grave desemprego que assola a cidade".⁷ Em 21 de dezembro, notícia de capa com título Comércio Entra em Pique de Vendas: "Além das lojas, os camelôs nunca venderam tanto no ritmo alucinante' Natal... Os ambulantes estão tirando o "pé da lama", como afirmou um deles".⁸

Observam-se na imprensa duas referências que poderiam ser entendidas como componentes do ciclo anual: a época compreendida entre os meses de safra de frutas regionais (nov.,dez., jan., fev., mar., abr., maio), e o período pré e carnavalesco, de cerca de duas semanas em fevereiro/março.⁹

1.b. INVASÃO, EXPANSÃO E ACUIDADE DE OCASIÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE.

A concepção do ambulante como elemento estranho à paisagem urbana central, manifesta-se de forma nítida no discurso da imprensa. Trata-se de uma compreensão evidentemente contraditória, posto que se reconhece o fato como "eterno desafio". Esta duplicidade, é, certamente, reveladora da riqueza e profundidade do fato, do jogo múltiplo de interesses, e neste âmbito da procura de uma paisagem urbana "estranha".

Os ambulantes e pedintes são reduzidos a uma só categoria, no que tange à invasão incômoda que realizavam na cidade: "A presença de pedintes e ambulantes nas portas dos estabelecimentos comerciais... tem criado um qua

dro estarrecedor e incômodo... Nas portas dos bares e restaurantes são os pedintes que complementam a invasão da urbe".¹⁰ Em Dezembro de 1984, o jornal veicula a opinião de que, como se não bastasse" a invasão dos camelôs, agora era a invasão ruidosa dos motoqueiros nos calçadões.¹¹ Ao lado do "fantasma" da invasão à época do natal, observa-se certa ciosidade, no que tange à preservação dos ambulantes, acerca de edificações que se destacam pela sua importância, tais como o terminal Rodoviário de Passageiros, e o prédio da Companhia Telefônica. O diário reclama do erguimento de barracas próximas à Rodoviária, em terreno público, "com tendas disformes que contrastam com a suntuosidade do imponente prédio do novo terminal", era "a febre de aproveitar o espaço vazio próximo ao novo filão, que é a Estação Rodoviária".¹² Também repele as barracas improvisadas vendendo livros usados, televisões e rádios usados, discos usados, na calçada da Companhia Telefônica, do "suntuoso prédio da Telpa", onde poluíam sonoramente pois os discos a venda eram de "gosto discutível".¹³ O jornal transcrevia opinião da secretaria municipal pertinente, de que com o fim dos serviços de reforma de praça próxima (Clementino Procópio), os mesmos seriam deslocados para ela; ambulante ouvido pela reportagem, sobre a transferência, dissera que garantia não deixar o local: "porque não vou ficar escondido entre as árvores e deixar aqui, perto do terminal do ônibus",¹⁴ transferência esta que realmente não veio a acontecer.

O órgão da imprensa observa um fenômeno que se caracteriza pela expansão progressiva de algumas unidades ambulantes. De início pequenas, ocupam um canto exíguo da calçada, junto à parede, pondo à venda alguns cigarros, confeitados; depois, consolidado o ponto, passam "a vender e comprar eletro-domésticos, livros, violão... discos."¹⁵ Esse apontar expansão, está presente também em matéria que examina o que chama "invasão" do centro pelos ambulantes de livros didáticos usados, que estariam já a incomodar livrarias; vendedor ambulante afirmara à reportagem: " Quem sabe se num futuro próximo, ao invés de apenas livros, não estejamos vendendo compassos, réguas, e outros objetos usados."¹⁶

TABELA 27

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
TÍTULO DE MATÉRIAS DE CAPA E DE MATÉRIAS INTERNAS
SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE PUBLICADAS NO "DIÁRIO DA
BORBOREMA": 01 SET. 1984 a 30. JUN. 1986

DATA	TÍTULO MATÉRIA DE CAPA	TÍTULO MATÉRIA INTERNA
22.Set.1984	A Invasão das "cafezetes"	"Cafezetes" na luta pela sobrevivência.
03.Out.1984	Ministério do Trabalho atua "Cafezetes"	-
07.Out.1984	-	Camelôs voltam aos calçadões
30.Out.1984	Fechamento das lojas anima os camelôs	Camelôs vendem bem com o fechamento do comércio.
23.Nov.1984	Camelôs tomam o centro da cidade	O Centro foi tomado por completo pelos camelôs
03.Dez.1984	Lojistas querem tirar os camelôs	Lojistas pedem a prefeito combata a camelô no centro.
26.Dez.1984	O Eterno desafio	Camelôs
08.Fev.1985	Pedintes e ambulantes invadem as ruas centrais.	Pedintes e ambulantes invadem calçadões
14.Fev.1985	Carnaval: vendas ainda fracas	-
04.Mar.1985	Livro usado: fuga ao alto preço da praça	-
15.Abr.1985	Um Comércio incômodo.	-
05.Jun.1985	Barracas de camelô invadem rodoviária.	Instalação de barracas enfeia a nova Rodoviária.
24.Set.1985	Com a aprox. do Natal camelos começam a tomar as ruas	Associação declara "guerra" contra camelôs campinenses.
27.Out.1985	Camelôs preparam invasão	-
21.Dez.1985	O Comércio entra em pique de vendas.	-
14.Fev.1986	Camelôs invadem tudo e formam até feira-livre	Camelôs proliferam na rua João Pessoa
05.Mar.1986	Comércio de tabelas de preços	-
06.Mar.1986	Polícia Federal prende vendedores de tabelas no Calçadão	-

FONTE: COLEÇÃO DE JORNAIS DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, Paraíba, 1984/1985/1986.

* Duas referências de capa, por não possuírem título, e nem chamada à parte interna do jornal, não foram consideradas.

CALENDÁRIO DO COMÉRCIO AMBULANTE

GRAF. II - C.G.-PB.

Outro aspecto revelado pela imprensa, é o senso agudo de oportunidade do comércio ambulante. Isto se deixa notar, no que se refere ao já mencionado caso do novo Terminal Rodoviário de Passageiros, no aproveitar a época das safras de frutas regionais, as festas do fim do ano, carnaval, ou festas juninas, portas de locais de diversões públicas, ou serviços educacionais, hospitalares, ou mesmo fatos mais fortuitos, como uma fila para compra de carne, ou para inscrição de concurso para emprego, ou para recebimento de benefícios de previdência. Na edição de 5 de março de 1986, o jornal noticia que ambulantes estavam vendendo, na esquina das ruas Cardoso Vieira/Venâncio Neiva, a tabela de congelamento emitida pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB); realizavam a venda, tanto fiteiros, quanto vendedores exclusivamente de tabelas.¹⁷ No dia seguinte, matéria de capa, com título Polícia Federal Prende Vendedores de Tabela no Calçadão.¹⁸ Note-se também, como reveladora dessa sensibilidade "conjuntural" do vendedor ambulante, a foto e legenda publicada a 22 de junho de 1986, com o ambulante recolhendo as bandeiras do Brasil após a derrota da seleção de futebol no campeonato mundial.¹⁹

CART. 6

PLANTA DA CIDADE DE
CAMPINA GRANDE, COM INDICA-
ÇÃO DO RETÂNGULO CENTRAL
DA CIDADE (ÁREA CENTRAL)

CONVENÇÕES

ESCALA

0 0,5 1 Km

CONTORNO DA ÁREA CENTRAL ———

FONTE: P.M.C.G. PERFIL DO MUNICÍPIO ...
OB. CIT. 1984

Comércio de tabela de preços

O novo patete econômico do governo pretende acabar com as dúvidas dos consumidores, contando, para o ambulantista José Ferreira da Silva, estabelecido na esquina da Cardoso Vieira com Vitoriano Nery, ele foi decisivo. O ambulante simplesmente recorreu às tabelas divulgadas pelo DB para orientar os consumidores, e instituiu o comércio de cópias ao preço de um cruzado e sete cruzeiros a cópia aplicada.

Assim, os consumidores se contra o "bobo" de pagar centenas de pes-
sas para a compra da tabela. Houve
até fila e ao meio dia 500 tabelas já
tinhm, são comercializadas, dan-
do-lhe um lucro aproximado de 250
cruzeiros. (PAGINA 8)

O ambulante vende a tabela ao consumidor previndo

PF prende vendedores de tabela do Calçadão

Agentes da Polícia Federal levam presos vendedores de tabela

A Polícia Federal prendeu cerca de dez pessoas, que na tarde de ontem vendiam tabelas de preços vencidos nas principais artérias centrais, por crime contra a economia popular, depois de receber denúncias de descontentes.

Os ambulantes faziam ponto mais no "Calçadão" da Cardoso Vieira, onde aos gritos, procuravam atrair os transeuntes para a "infallibilidade" dos números contidos nas tabelas, a maioria recortada de jornais e xerocadas. (PAG 2)

2. O AMBULANTE NO FICHÁRIO DE REGISTRO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Antes da exposição das informações constantes nas fichas de registro de ambulantes da prefeitura municipal de Campina Grande, fazem-se necessárias determinadas observações.

O fichário começou a ser composto no ano de 1983, como parte de medidas regulamentadoras do tipo de comércio do que resultaram também barracas padronizadas para as unidades ambulantes nas ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva. O projeto consistia, em que as áreas de calçada contivessem ambulantes apenas alinhados ao centro, acolhidos em barracas, à forma de tendas, iguais. O pavimento recebeu marcação simétrica de espaços reservados, numerados, e antigos ambulantes receberam estes espaços, assim como novos. Tal regulamentação foi realizada após a reserva das ruas de mais intenso comércio varejista, no centro, para os pedestres, com a construção dos denominados "calçadas". Em fevereiro de 1986, no registro constavam transferências de 'ponto', assim como 'pontos' ainda vazios. Em contrapartida, dezenas de ambulantes, com mercadorias diversas, contornavam as barracas, e invadiam 'pontos' regulamentares, ocasionando inclusive reclamações dos responsáveis por unidades padronizadas, como a pesquisa de campo pode constatar. A pressão/expansão do fenômeno transformou o que deveria ser exclusivo e dominante, em unidades ilhadas.

Como se afirmou anteriormente, o início do cadastró data de 1983. As fichas, pelo modelo, permitiriam um levantamento significativo de características; contudo, quase em sua totalidade são incompletas quanto ao preenchimento, dificultando um entendimento mais seguro dos responsáveis pelas unidades. Dispunha o arquivo, em fevereiro de 1986, de 141 fichas. O índice mais alto de aproveitamento por informação, verificou-se quanto ao local de nascimento:

GRAF. 12 - C.G.. PB.

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE SEGUNDO MOBILIDADE

GRAF. 13 - C.G. - PB.

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE SEGUNDO O GÊNERO DE COMÉRCIO

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

118 informações para 141 fichas, portanto cerca de 84%. As fichas, então, desde o ano de 1983 vêm sendo acumuladas; isto é: ambulantes que passaram o ponto a outrem, com o conhecimento da secretária atinente ao assunto — onde se encontra o cadastro, Secretaria de Serviços Urbanos —, ou o fizeram sem notificar a secretaria, tem ficha constante no arquivo. O arquivo, observe-se, não encerra registro apenas das barracas padronizadas, mas de outras unidades também; contudo, as fichas em sua totalidade referem-se a ambulantes localizados no centro da cidade, como ficou supra-mencionado, apresentava o arquivo o total de 141 fichas. A investigação não conseguiu determinar no referido arquivo, o número exato de ambulantes com registro pleno (alvará de funcionamento, mas licença específica, acarretando esta última a emissão de uma carteira de ambulante, e sendo pré-condição para esta emissão a concessão do alvará), tendo sido apenas possível levantar, com base em informação verbal do setor competente da municipalidade, que eram em fevereiro ' de 1986 cerca de 30.²⁰

Interessado à presente investigação, características de ambulantes — não necessariamente em atividade presente —, a sistematização das informações em fichário foi realizada.

2.a. CARACTERÍSTICAS DOS AMBULANTES COM REGISTRO NA MUNICIPALIDADE.

No que se refere ao sexo, observou-se uma predominância masculina no registro: 65.5%. Podia-se hipotetizar, que do ponto de vista da responsabilidade efetiva do negócio, a presença das mulheres seria maior. Tal hipótese teria o pressuposto de que, sendo a unidade orçamentária básica a família,²¹ a mulher-companheira deixar-se-ia a gestão diária do negócio. Ou, por outro lado, uma importância relativa por sexo que se não diferenciasse em relação ao exposto antes, que é referente aos dados constantes no cadastro, por conta de uma participação de membros diversos do núcleo familiar, no auxílio-trabalho ao negócio ambulante. Poder-se-ia ademais no reforço à feminização da atividade pensar em fôr

te centralidade de emprego regular, pelo lado masculino; MA RIM sobrelevou o emprego regular, posto que sua análise ' partia de operários ²²; contudo, acha-se aqui que, partindo-se do ambulante, não se chega às mesmas conclusões. Sem de antemão apresentar indicadores do que se entende neste trabalho como articulação das pequenas formas na manutenção da existência das camadas populares, entende-se que a situação geográfica específica do objeto da investigação, em outras palavras, o contexto urbano-regional, sugere uma consideração estrutural diferente. Pensa-se que o amplo ' contorno agrário e de pequenas formas, da cidade de Campina Grande, talvez nem tanto, mas certamente requer na análise do pequeno comércio, o cuidado, com a complexidade sócio-econômica urbana, como quando se examina o ambulante em Manaus. ²³

Levantamento de campo realizado em agosto de 1986 (tab.28), por amostra, cujos resultados serão expostos no item III deste capítulo, pode constatar uma predominância masculina maior, de cerca de 79%, para todos os denominados gêneros de comércio ambulante. Evidentemente, há diferenças entre gêneros, o que será adiante examinado.

As fichas constantes em registro, revelaram, no que se refere à idade dos ambulantes, que cerca de 90% dos mesmos tinham idade entre 21 e 50 anos, e 70% aproximadamente estavam na faixa etária compreendida entre 21 e 40 anos, observando-se equivalência entre os de 21 a 30, e 31 a 40 anos. Informações posteriormente colhidas no levantamento de campo, veio a corroborar essas informações, no que se refere ao responsáveis efetivos, ²⁴ como se pode verificar na tabela 30. A pesquisa direta, posterior, apontou no sentido de se entender a atividade, em geral, como principal. São pessoas em plena idade produtiva, em geral. O registro da municipalidade continha informações sobre o estado civil, mostrando a dominância dos núcleos familiares, na responsabilidade de direito, como se pode ver na tabela 29 .

Na pesquisa direta, o estado civil, foi substituído por existência ou não de esposo (a) ou companheiro

TABELA 28

CAMPINA GRANDE.PB.

AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE

SEGUNDO SEXO

1986

MASCULINO (Z)	FEMININO (Z)	TOTAL (Z)
78.57	21.43	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 29

CAMPINA GRANDE. PB

AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE

COM REGISTRO NA MUNICIPALIDADE SEGUNDO ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	%
Casado	69.91
Solteiro	23.30
Viúvo	4.85
Divorciado/Desquitado	1.94
TOTAL	100.00

Fonte: Registro de ambulantes da PMCG, 1986.

TABELA 30

CAMPINA GRANDE. PB.

**AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA
CIDADE SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
1986**

GRUPOS DE IDADE	Z	Z Acum.
Até 18 anos	18.57	18.57
De 19 a 24 anos	17.14	35.71
De 25 a 34 anos	38.58	74.29
De 35 a 45 anos	17.14	91.43
De 46 a 59 anos	7.14	98.57
60 anos e mais	1.43	100.00
Total	100.00	-

Fonte: Pesquisa direta, 1986

(a), como se vê na tabela 31, e os resultados, sabendo-se do auxílio efetivo — como responsáveis de fato — que mem bros familiares prestam ao negócio, não apontam em sentido diverso. Acredita-se que no contexto em exame, não há evidências que possam comprovar hipótese que atribua à "profusão de doenças físicas e mentais"²⁵, a não inserção — de parte que pelos menos seja significativa, dos dedicados ao comércio ambulante — no chamado mercado formal de força de trabalho nacional.

O exame do fichário facultou ainda identificar o local de residência dos ambulantes com registro, constando-se (tabela 32) ser quase totalidade deles residentes na própria cidade de Campina Grande, o que veio a ser reconstatado na pesquisa direta junto às unidades. Esta evidência, todavia, (tabela 33) não pode obscurecer o fato registrável de ambulantes que, pondo à venda produtos rurais como milho, frutas regionais, vem de municípios limítrofes, evento essencialmente atrelado ao calendário agrícola local, e tem natureza episódica. Observe-se ainda, que a presença de mercadorias de tal ordem, nem sempre correspondem a produtos diretamente trazidos das áreas rurais pelos ambulantes, verificando-se circuitos mais complicados, como mediante a aquisição em feira, central de abastecimento.

A rigor, e à presente, é sensato portanto afirmar que o comércio ambulante é uma forma de obtenção de rendimento da população trabalhadora urbana, em Campina Grande.

O manuseio do registro da municipalidade permitiu examinar o local de nascimento dos constantes no arquivo, concluindo-se pela dominância ampla dos nascidos no próprio estado da Paraíba (88.12%). Do total de fichas aproveitadas para o fim de levantar esta informação, cerca de 53 % eram de naturais do município de Campina Grande, e a parte substancial restante dos nascidos na Paraíba eram nascidos nas microrregiões limítrofes à de Campina Grande, particularmente a denominada do Brejo Paraibano, e no sertão. As informações obtidas mediante a pesquisa direta, co-firmam em parte este fato, como se verá mais adiante.

Ora, os ambulantes são, por residência pelo

TABELA 31

CAMPINA GRANDE. PB

AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE

SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ESPOSO (A) OU COMPANHEIRO (A)

1986

EXISTÊNCIA DE ESPOSO(A) OU COMPANHEIRO (A)		TOTAL %
SIM (%)	NÃO (%)	
56.45	43.55	100.00

Fonte: Pesquisa direta, 1986

TABELA 32

CAMPINA GRANDE. PB

AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS COM REGISTRO NA

MUNICIPALIDADE SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA

LOCAL DE RESIDÊNCIA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL	% EM RELAÇÃO MUNICÍPIO DE CAMP. GRANDE
Município de Campina Grande	99.08	100.00
na cidade	-	99.06
fora da cidade	-	0.94
Municípios vizinhos	0.92	-
TOTAL	100.00	

Fonte: Registro de ambulantes da PMCG. 1986.

TABELA 33

CAMPINA GRANDE. PB

AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE SEGUNDO

LOCAL DE RESIDÊNCIA

1986

LOCAL DE RESIDÊNCIA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL	% EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO DE C. GRANDE
Município de Campina Grande	100.00	100.00
na cidade	98.57	98.57
fora da cidade	1.43	1.43
Municípios vizinhos	-	-
TOTAL	100.00	

Fonte: Pesquisa direta, 1986

TABELA 34

AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS COM REGISTRO NA
MUNICIPALIDADE SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO

C. GRANDE-PB

LOCAL DE NASCIMENTO	%
Estado da Paraíba	88.12
Estado de Pernambuco	7.63
Estado do Rio Grande do Norte	1.70
Estado de São Paulo	1.70
Outro	0.85
TOTAL	100.00

Fonte: Registro de ambulantes da PMCG, 1986

menos, habitantes urbanos, mas cerca da metade deles advém do entorno majoritariamente rural, isto sem aqui expor — o que será feito a tempo — os resultados acerca do local de nascimento dos pais/responsáveis. Sendo a cidade de Campina Grande não detentora de um sistema urbano — industrial, e sim predominantemente comercial/serviços privados/públicos / pequenas formas, entende-se que o exame do micro-comércio em foco requer o desenvolvimento concomitante de uma ótica aberta ao empírico (TABELA 34).

3 - A INVESTIGAÇÃO DIRETA SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE

Os resultados expostos e examinados nesta parte 3, do capítulo III, foram obtidos em duas incursões de campo realizadas em momentos diversos do ano de 1986.

Em fevereiro deste ano mencionado, foi procedida uma contagem, com atenção por ruas, visando uma determinação aproximada do número de ambulantes nas ruas centrais da cidade. Na contagem, cuidou-se também de que se identificasse a capacidade de mobilidade das instalações, assim como — ainda que de forma superficial — o que seria o gênero de comércio com base na natureza das mercadorias expostas à venda.

Em agosto e setembro do mesmo ano, realizaram-se as entrevistas, e em outubro as demais apreensões de material do que se denominaria investigação direta.

3.a. O MATERIAL EMPÍRICO : EXPOSIÇÃO E PRIMEIRA INTERPRETAÇÃO

Levantamento realizado em 19 de fevereiro de 1986, nas ruas centrais da cidade, indicou a presença de 363 unidades de comércio ambulante. Este valor, contudo deve ser entendido como expressão quantitativa de um conjunto em que muitos elementos tem alta mobilidade, não só no sentido de se deslocar de um ponto para outro do centro, mas também no de que se podem ausentar do centro, para horas após retornar²⁶. É, portanto, uma oscilação quanto-qualitativa intra-diária. Ela pode se realizar em consoante com a busca de um "locus" de venda potencialmente melhor, no que se poderia mencionar a procura pelas paradas de ônibus entre 11:30 e 14:30 horas, ou ao fim da tarde, por fiteiros, picolezeiros, pipoqueiros, vendedores de frutas, milho assado, etc, assim como a procura pela porta dos estabelecimen-

tos de ensino, à hora do "recreio" ou das entradas e saídas, Observe-se ainda, para certos vendedores — frutas, frituras, milho assado, cocadas, etc —, quando encerrada a mercadoria que expõem à venda, o retirar-se da rua, ainda que pela manhã ou começo da tarde. Outro fator concorrente na oscilação seria o de ambulantes infanto-juvenis, que em muitos casos — em geral dedicados à venda de picolés — trabalham apenas 1 expediente, posto que no outro frequentam a escola.²⁷

O valor mencionado acima foi obtido, como já se afirmou, no mês de fevereiro. Do ponto de vista da oscilação anual do comércio ambulante, é considerado o referido mês, de refluxo, em relação à expansão cíclico-anual máxima verificada nos meses finais — novembro, dezembro — do ano. (tabelas 35 e 36).

A contagem procedida procurou identificar a situação de mobilidade das unidades, e se as tipificou em unidades deslocáveis/desmontáveis, e unidades fixadas. Estas últimas localizam-se sempre sobre calçadas, e no caso de ruas de pedestres, em um alinhamento "imaginário" de calçada²⁸. A possibilidade de retirada pela prefeitura municipal é remota, embora quase nenhuma possua licença oficial, e há unidades com mais de 10 anos. Em geral, "vão ficando", até que sua existência se torna um fato consumado²⁹. Como se pode ver na tabela 35, mais da metade das unidades tipificadas como fixadas, são fiteiros (51.39%); é um gênero, o fiteiros, onde — em contraste com as demais, salvo no caso de Livros e Revistas Usadas — as unidades fixadas são bem mais numerosas que as deslocáveis/desmontáveis. Pela quantidade, deve-se mencionar também o gênero Calçados, sendo que neste gênero só se pôde verificar o tipo de localização "encostado à parede" (localização tipo b, adiante, no gráfico 14); são, pode-se afirmar, as "caixas" metálicas encostadas à parede para a venda de calçados, um elemento caracterizador da fisionomia urbana. Não só para a venda de calçados, como também para os Fiteiros, Ferragens, e Revistas e Livros Usados.

A localização destas unidades — as fixadas — ,

TABELA 35

CAMPINA GRANDE. PARAÍBA
UNIDADES AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS COM INDICAÇÃO DE MOBILIDADE,
E GÊNERO DE COMÉRCIO *

1986

GÊNERO	DESLOCÁVEIS/ DESMONTÁVEIS		FIXADOS		AMBAS AS FORMAS	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
Fiteiros	39	15.35	56	51.39	95	26.17
Bijouterias/Brinquedos	31	12.21	6	5.50	37	10.19
Alimentos	32	12.60	5	4.59	37	10.19
Frutas	27	10.63	7	6.42	34	9.37
Calçados	20	7.87	14	12.84	34	9.37
Cintos/Bolsas	33	12.99	-	-	33	9.09
Vestuário	28	11.02	1	0.92	29	7.99
Ferragens	17	6.69	7	6.42	24	6.61
Lucros e revistas usadas	2	0.79	6	5.50	8	2.20
Adornos e utilidades do lar	7	2.76	-	-	7	1.93
Outros	18	7.09	7	6.42	25	6.89
TOTAL	254	100.00	109	100.00	363	100.00

Fonte: Pesquisa direta, 1986

* - Levantamento realizado em 18 e 19 Fev. 1986; ficam excluídas bancas de revistas e jornais novos, ainda que seja comum atuarem com venda de outros artigos (cigarros, confeitos, etc.) ; os fiteiros, que apenas vendem jornais, foram incluídos.

TABELA 36
CAMPINA GRANDE - PB
UNIDADES AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS
COM INDICAÇÃO DE MOBILIDADE
1986

SITUAÇÃO DE MOBILIDADE	ABSOLUTO	%
UNIDADES DESLOCÁVEIS/DESMONTÁVEIS	254	69.97
UNIDADES FIXADAS	109	30.03
TOTAL	363	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

obedece a determinações de detalhe que cumpre observar. Em geral, os estabelecimentos reclamam à prefeitura de localização de ambulantes na calçada frontal. Assim, é comum se localizarem encostadas às paredes divisórias entre entradas de estabelecimentos, como se pode ver no gráfico 14, ou a muros ou paredes longas sem entradas, particularmente de órgãos públicos.

A maioria, contudo, das unidades do comércio ambulante são deslocáveis/desmontáveis, e as instalações e mercadorias são recolhidas à noite por seus responsáveis, ficando em sua maior parte guardadas em depósito, ou em estabelecimentos comerciais, como se pode constatar na investigação por amostragem. Somente cerca de 1/3 conduz para casa suas instalações e mercadorias, e estes são em geral os que negociam com instalações leves, ou sobre rodas, tais como tabuleiros, balaies, pedaços de plástico sobre o que põem as mercadorias à venda, etc. (tabela 37)

Os que guardam as instalações e mercadorias, à noite e fins de semana, em estabelecimentos comerciais, em geral não pagam pelo serviço. Todavia, a maioria, que as recolhe em depósitos, pagam um valor médio semanal de cerca de 10 cruzados³⁰. É comum o fato de unidades que não são deslocadas à noite, junto com algumas que o são, serem vigiadas por pessoa que recebe contribuições semanais dos responsáveis por estas unidades, ficando portanto as instalações e mercadorias embaladas, nas calçadas.

Quanto a estas unidades deslocáveis/desmontáveis ainda, observe-se que entre elas estão as barracas padronizadas, em estrutura leve de metal/madeira, implantadas como já se fez menção, a partir de 1983, e se dedicam sobremaneira a Vestuário, Calçados e Bolsas. Os gêneros onde se destacam os deslocáveis/desmontáveis, são Bijouterias/Brinquedos — em geral expostos em tabuleiros apoiados sobre sustentáculos articulados de madeira —, Cintos/Bolsas/Carteiras — não só nas barracas padronizadas, mas também ao chão sobre plásticos, assim como Vestuário —, Ferragens — estes expostos ao chão ou em caixotes —, Adornos e Utilidades do Lar, e Frutas — neste caso, em balaies e carros de

GRAF. 14 . C.G. PB _ TIPOS DE LOCALIZAÇÃO DE UNIDADES FIXADAS

CONVENÇÕES

- UNIDADE AMBULANTE
- E - ESTABELECIMENTO
- DIVISÓRIAS DE ESTABELECIMENTO
- CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES
- CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS

01

- (a) - localização ao alinhamento da rua
- (b) - localização contígua à parede
- E - estabelecimento

02

(DETALHAMENTO)

- (a) - localização ao alinhamento da rua
- (b) - localização contígua à parede
- E - estabelecimento

madeira alguns com logotipos de marcas automobilísticas famosas. Note-se ademais o gênero Alimentos, com as frituras (peixes de água doce, pastéis, acarajés, etc.), doces (cocas, doces de goiaba, banana), tapiocas, bolos, em tabuleiros ou simples pratos ou bacias, pipoqueiras, picolezeiros, e as carrocinhas de lanches (refrigerante ou refresco, com sanduíches).

Após as 19 horas, ou sábados à tarde e domingos, pela remoção aos fins de expediente, as ruas apinhadas de instalações ambulantes encontram-se vazias, restando sobre as calçadas as instalações das unidades fixadas, minoritárias.

Intra fixados, ou intra deslocáveis/desmontáveis, as diferenciações de porte econômico das unidades e seus empreendedores é notável. Entre as fixadas, há variações que vai da "caixa" simples, de aparência rude, com duas ou tres marcas de cigarros os mais baratos para venda a retalho e confeitos comuns, até o fiteiro completo, que vende confeitos de maior valor unitário, cigarros de diversas firmas produtoras (inclusive importados), artigos de tabacaria em geral, e possui telefone para contactos comerciais ou outros, atuando como intermediários abastecedores de outras unidades de micro-comércio, ambulantes ou não (como "bodegas", e "vendas" dos bairros). Entre os deslocáveis/desmontáveis, desde a unidade que expõe à venda uma dezena de cocas, ou uma dúzia de revistas usadas de sexo explícito, até a unidade de venda que é um veículo, expondo no entorno e sobre o mesmo, bijouterias, vestuário, etc, veículos com um/dois anos de uso.

TABELA 37
 CAMPINA GRANDE.PB
 UNIDADES AMBULANTES NAS RUAS CENTRAIS
 QUE RECOLHEM À NOITE INSTALAÇÕES E MERCADORIAS
 SEGUNDO FORMA DE RECOLHIMENTO
 1986

DISCRIMINAÇÃO	%
Guarda em depósito	47.91
Guarda em estabelecimento comercial	16.67
Conduz para casa	35.42
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

3. a.1. O AMBULANTE E A MIGRAÇÃO PARA CAMPINA GRANDE

A evidência que se deve de antemão assinalar, é que 90% dos responsáveis pelas unidades ambulantes ouvidos, são naturais do próprio estado da Paraíba, e destes, 69.84% nascidos no próprio município de Campina Grande (TABELA 38). Os ambulantes ouvidos, nascidos em Campina Grande, em relação ao total, apresentam a importância relativa de 62.85%, valor este que não se afasta pronunciadamente do mesmo índice que se obtém para o conjunto da população. Contudo, há uma vincada diferença em relação aos favelados, estudados por Alves da SILVA (favela Pedreira do Catolé) na cidade de Campina Grande, onde somente 38.64% dos entrevistados (chefes de fam.) eram nascidos no município de C. Grande.³¹

Assim, se está diante de uma bacia migratória, do ponto de vista da cidade de Campina Grande como núcleo de recepção, de cursos curtos de deslocamento, examinando-se o fenômeno à escala dos cursos das migrações a nível nacional. Neste particular cumpre fazer referência à consideração de FARIA, que no estudo das formas de atividades urbanas, procura entender estas formas articulando, fazendo participar no aparelhamento teórico-metodológico as diferenciações no âmbito do sistema urbano³².

Os dados revelam um alto grau de endogeneidade regional, o que seria sem dúvida de se esperar, dado que se está a examinar região de emigração, strictu sensu. De uma maneira global, à exceção das partes ocidentais do Maranhão e Bahia, o Nordeste do país é de emigração, em direção ao Centro-Sul, e fronteira oeste. Todavia, no interior da região se observam orientações intra-regionais, no que se destacariam as migrações para as capitais das unidades da federação — de maior abrangência quando para capitais metrópoles regionais — Salvador, Recife, Fortaleza —, todas, à exceção de Teresina, cidades litorâneas, e as migrações para as cidades maiores da hinterlândia, como Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) (cidades geminadas), Campina Grande, Mossoró, etc.

TABELA 33

CAMPINA GRANDE. PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO
1986

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	%
Paraíba	90.00
Outros	10.00
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAF. 15. CG.PB.

RESPONSÁVEIS PELAS U. AMBULANTES NATURAIS DO ESTADO DA PARAIBA, SEGUNDO MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO.

- I - Município de Campina Grande
- II - Agreste da Borborém (MR-087)
- III - Cariri Velho (MR-096)
- IV - Alto Rio Piranhas (MR-095)
- V - Catolé de Rocha (MR-089)
- VI - Piemonte da Borborém (MR-092)
- VII - Sertão Paraibano (MR-090)
- VIII - Outras

GRAF. 16. CG.PB.

RESPONSÁVEIS PELAS U. AMBULANTES SEGUNDO QUADRO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL DE NASCIMENTO.

- EM SEDE DE MUNICÍPIO
- EM VILA, VILAREJO, ARRUAÇO
- EM SÍTIO.

GRAF. 17. CG.PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ETAPA NA MIGRAÇÃO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO/ MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.

GRAF. 18. CG.PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES SEGUNDO EXPERIÊNCIA DE MIGRAÇÃO PARA O SUL / SUDESTE / DISTRITO FEDERAL

GRAF. 19. CG. PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES
SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE NAS
CIMENTO

GRAF. 20. CG. PB.

PAIS / RESPONSÁVEIS DOS AMBULANTES
SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE NAS
CIMENTO.

O ambulantes são advindos em geral - como se verifica também para o conjunto da população do município de C. Grande - das denominadas (IBGE) mesorregiões do Agreste e Brejo Paraibano, e Sertão Paraibano, particularmente da própria microrregião onde se encontra a cidade (MR-Agreste da Borborema), e das duas microrregiões sertanejas a oeste, a dos Cariris Velhos (096), e a Depressão do Alto Piranhas (Tabela 39). Em outras palavras, os ambulantes são advindos de áreas dominadas ora pela policultura/gado, e pequenas e médias propriedades, ora pela associação gado/algodão, sob estrutura de amplas propriedades. Campina Grande, pela sua dimensão, e maior proximidade das áreas sertanejas, exerce atração no âmbito da migração intra-estadual sobre as populações desta hinterlândia.

Observe-se também que, quanto ao quadro de residência no local de nascimento, cerca de 4/5 dos mesmos eram oriundos de quadros de habitação agregados, quadros estes que tiveram notável expansão-inclusive cidades - a partir da década de 1960. (Tabela 40). Mas há uma participação não desprezível dos que nasceram no âmbito de propriedades rurais. Como em geral, à exceção de umas poucas cidades, as sedes municipais são formas de habitat rural agregado, pode-se falar em contextos de residência na origem, no que tange aos caracteres do comércio, marcados fortemente pelas feiras, barracas, pequenas intermediações de produtos rurais, sobrejacentes — às redes mais amplas do algodão e do gado.³³ Há, sem dúvida, um amplo e profundo - na formação histórico/espacial regional - lastro de pequeno comércio.³⁴

Em larga maioria, vêm dos municípios de origem diretamente para Campina Grande, sem etapas. (Tabela 41). Tal dinâmica se entende, pela inconstante influência desta cidade no âmbito do agreste e sertão paraibanos. A pesquisa empírica pode também comprovar que os mesmos, em cerca de 9/10, saíram dos municípios de origem com idade compreendida na faixa inferior - inclusive - a 21 anos. (Tabela 42) Vem, portanto, em esmagadora maioria, ou trazidas em migra

TABELA 39**CAMPINA GRANDE. PB****RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE****NATURAIS DA PARAÍBA, SEGUNDO MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO****1986**

MICRORREGIÃO	%
MR - Agreste da Borborema (097)	73.00
MR - Cariris Velhos (096)	6.35
MR - Depressão do Alto Piranhas (095)	6.35
MR - Catolé do Rocha (089)	3.18
MR - Piemonte da Borborema (092)	3.18
MR - Seridó Paraibano (090)	3.18
Outras Microrregiões ¹	4.76
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

1. M-Regiões do Brejo Paraibano (098), Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (099), e Serra de Teixeira (100) em proporções iguais.

TABELA 40

CAMPINA GRANDE - PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

SEGUNDO QUADRO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL DE NASCIMENTO

1986

QUADRO DE RESIDENCIA	%	% ACUM.
Em cidade (sede de município)	72.85	72.85
Em vila, vilarejo, arruado	5.72	78.57
Em sítio, fazenda, engenho	21.43	100.00
TOTAL	100.00	

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 41

**CAMPINA GRANDE. PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES
NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO DE C. GRANDE
SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ETAPA NA MIGRAÇÃO
1986**

**EXISTÊNCIA DE ETAPA NA MIGRAÇÃO: MUNICÍPIO DE
NASCIMENTO - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

NÃO (%)	SIM (%)	TOTAL (%)
80.77	19.23	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 42

CAMPINA GRANDE, PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES
NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO
IDADE DE PARTIDA DO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO
1986

CAMPO DE IDADE	%	% ACUMULADA
De 0 a 16 anos	57.68	57.68
De 17 a 21 anos	30.77	88.45
De 22 a 30 anos	3.85	92.30
31 anos e mais	7.70	100.00
TOTAL	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

ção de membro ou do grupo familiar, ou para fins de trabalho/ busca de oportunidade. ³⁵

Entre os nascidos no município de Campina Grande, observou-se que mais de 4/5 nunca tinham realizado experiência migratória. O restante, em maioria (Tabela 43), tinha realizado migração para municípios do próprio estado - da mesma microrregião do município de Campina Grande, MR-Agreste da Borborema, e do sertão. Ainda deste cerca de 1/5, levantou-se que se dividia a importância entre os que migraram já para municípios de unidades da federação vizinhas, e para Rio de Janeiro e São Paulo.

Examinando os responsáveis pelas unidades ambulantes em geral, sem especificar município de nascimento, chega-se a valor diverso no que se refere a experiência migratória para o Sul/Sudeste/Distrito Federal, pois, enquanto os responsáveis pelas unidades ambulantes nascidos em Campina Grande apresentaram um índice da referida experiência, de 4.65%, os responsáveis em geral apresentavam um índice de 14,29 (Tabela 44). Trata-se portanto de um valor alçado para cima, pelos não nascidos em Campina Grande, e assim se evidencia que, os ambulantes advindos dos municípios agrestinos e sertanejos paraibanos, tem em si uma experiência migratória de longo curso mais pronunciado, e foram portanto mais submetidos ao circuito nacional de força de trabalho. ³⁵

Ou, em outras palavras, do ponto de vista do mercado de trabalho, as pequenas redes municipais, vilas, e fazendas e sítios dos municípios das duas referidas meso-regiões - agreste e sertão paraibanos - são mais integrados em termos nacionais que a cidade de Campina Grande.

3.a.2. ORIGEM SÓCIO-GEOGRÁFICA FAMILIAR

Além das inquirições acerca do fato migratório referente aos responsáveis pelas unidades ambulantes, a pesquisa procurou investigar o que se chamaria profundidade sócio-geográfica familiar dos mesmos mencionados ambulantes.

A pesquisa permitiu evidenciar, que entre os

TABELA 43
CAMPINA GRANDE, PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DO COMÉRCIO AMBULANTE
NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO
EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA
1986

EXISTÊNCIA E NATUREZA DE EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA	% em relação a C	% de B ₁ , B ₂ , B ₃ , em relação a (B)
Nunca realizou migração (A)	83.72	-
Já realizou migração (B)	16.28	100.00
Para município da própria Paraíba (B ₁)	-	42.88
Para município(s) de U. da Fe deração vizinhos (B ₂)	-	28.56
Para as U. da Federação do RJ e SP . (B ₃)	-	28.56
TOTAL (A + B) = C	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 44
CAMPINA GRANDE. PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO
AMBULANTE POR EXPERIÊNCIA DE MIGRAÇÃO
PARA SUL/SUDESTE/DISTRITO FEDERAL
1986

DISCRIMINAÇÃO	%
Nunca realizou	85.71
Já realizou	14.29
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

ambulantes nascidos em Campina Grande — cerca de 63% dos entrevistados —, 59.52% deles tinham pelo menos um dos genitores ou responsáveis nascidos em outro município (Tabela 45); isto é, eram migrantes. Isto mostra a eminência do fato migratório, recebendo populações do agreste e sertão do estado, no crescimento urbano de Campina Grande, e a esteira das estreitas relações de sua população com o entorno rural nordes tino que lhe é próximo.

Os referidos pais/responsáveis, eram também, como os ambulantes, advindos em quase totalidade do próprio estado, e o restante de estados limítrofes à Paraíba. (Tabela' 46.)

No que se refere às microrregiões do estado, de onde são originárias os pais/responsáveis dos ambulantes, observa-se a mesma constatação geral já feita para os próprios responsáveis pelas unidades ambulantes, de que advém do agreste e sertão do estado — microrregiões que se compõem das microrregiões de onde vêm. Contudo, observa-se pequena diferenciação, no que tange à maior importância, para os pais/responsáveis que para os próprios ambulantes, dos oriundos dos municípios agrestinos componentes das duas microrregiões de transição para a área canavieira: MR-Piemonte da Borborema, e MR-Agropastoril do Baixo Paraíba. Poder-se-ia falar numa diminuição da força de atração de Campina Grande, em termos de migrantes, na fachada agrestina de leste, ficando esta fachada mais submetida às atrações migratórias das capitais (João Pessoa, e Recife) para as gerações mais recentes, o que não é contraditório com as transformações de economia urbano-regional verificadas na região e cidade (Tabela 47).

A investigação cuidou também de avaliar a profissão principal, dos pais/responsáveis dos ambulantes, exercida por aqueles enquanto estes últimos foram dependentes (Tabela' 48).

Os referidos pais/responsáveis (que em torno de 55% não eram nascidos no próprio município) tinham, — o cabeça de casal — em cerca de 3/4, atividade principal de Agricultura, Comércio e Ofício Autônomo, e no âmbito destas ati-

TABELA 45

**CAMPINA GRANDE, PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE,
SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO DOS GENITORES OU RESPONSÁVEIS
ENQUANTO FOI DEPENDENTE
1986**

LOCAL DE NASCIMENTO	Z
Ambos os genitores/responsáveis nascidos em outro (s) município (s)	33.33
Um dos genitores/responsáveis nascido em outro município	26.19
Ambos os genitores/responsáveis nascidos em Campina Grande	40.48
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta. 1986.

TABELA 46

CAMPINA GRANDE. PB

PAIS/RESPONSÁVEIS DOS AMBULANTES SEGUNDO UNIDADE DA
FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO
1986

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	%
PARAÍBA	86.35
Outros	13.65
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 47

CAMPINA GRANDE. PB
PAIS/RESPONSÁVEIS DOS AMBULANTES, NATURAIS DA
PARAÍBA, SEGUNDO MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO
1986

MICRORREGIÃO	%
MR - Agreste da Borborema	59.66 ⁽¹⁾
MR - Piemonte da Borborema	8.77
MR - Cariris Velhos	7.90
MR - Seridó Paraibano	6.14
MR - Repressão do Alto Piranhas	5.26
MR - Agropastoril do Baixo Paraíba	3.51
MR - Brejo Paraibano	2.63
Outras Microrregiões ⁽²⁾	6.13
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

(1) - No próprio município de C. Grande, 43,86% do total dos naturais da Paraíba.

(2) - 5,25% , distribuídas equitativamente por tres MRegiões sertanejas: MR-Catolé do Rocha, de Serro do Teixeira, e do Sertão de Cajazeiras.

CART.7 - C. GRANDE . PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE
COMÉRCIO AMBULANTE, NATURAIS DO
ESTADO DA PARAÍBA, NÃO NASCIDOS
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SE-
GUNDO MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO

CONVENÇÕES

MESO E MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO		
NOME	CÓDIGO	
MESORREGIÃO DO AGRESTE E BREJO (A)		
MICRORREGIÃO DO AGRESTE DA BORBOREMA *	(097)	
II	PIEMONTE DA BORBOREMA	(092)
II	BREJO PARAIBANO	(098)
II	AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA	(099)
MESORREGIÃO DO SERTÃO (B)		
MICRORREGIÃO	DOS CARIRIS VELHOS	(096)
II	DO ALTO PIRANHAS	(099)
II	CATOLÉ DO ROCHA	(089)
II	SERIDÓ PARAIBANO	(090)
II	SERRA DO TEIXEIRA	(100)

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986
CARTA-BASE: I.B.G.E., 1980
* EXCLUÍDO O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

CART. 8 - C. GRANDE. PB.

PAIS / RESPONSÁVEIS, DOS AMBULANTES,
NATURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA,
NÃO NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE CAM-
PINA GRANDE, SEGUNDO MICRORREGIÃO
DE NASCIMENTO.

CONVENÇÕES

LIMITE DE MESO-REGIÃO ---- ESCALA
LIMITE DE MICRO-REGIÃO ————— 0 50 Km.
ESPESSURA DE SETA: 1mm → 2,5%

(com base na tab. 47)

MESO E MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO		
NOME	CÓDIGO	
MESORREGIÃO DO AGRESTE E BREJO (A)		
MICRORREGIÃO DO AGRESTE DA BORBOREMA *	(097)	
II PIEMONTE DA BORBOREMA	(092)	
II AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAIBA	(099)	
II BREJO PARAIBANO	(098)	
MESORREGIÃO DO SERTÃO (B)		
MICRORREGIÃO DOS CARIRIS VELHOS	(096)	
II DO SERIDÓ PARAIBANO	(090)	
II DEPRESSÃO DO ALTO PIRANHAS	(095)	
II DE CATOLÉ DO ROCHA	(089)	
II DA SERRA DO TEIXEIRA	(100)	
II DO SERTÃO DE CAJAZEIRAS	(094)	

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

CARTA-BASE: I.B.G.E., 1980

* EXCLUÍDO O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

TABELA 48

CAMPINA GRANDE. PB

PROFISSÃO PRINCIPAL DO PAI. /RESPONSÁVEL DOS AMBULANTES

ENQUANTO ESTE FOI DEPENDENTE

1986

ATIVIDADE	% DA ATIVID.	% DA ATIVID. ACUMUL.	% DA CONDIÇÃO NA ATIVIDADE
Agricultor	38.57	38.57	100.00
Pequeno proprietário			48.15
parceiro/arrendatário			29.63
assalariado agrícola			22.22
Comércio	28.57	67.14	100.00
próprio em feira			40.00
próprio estabelecido			35.00
próprio viajando			10.00
empregado em comércio			10.00
outra			5.00
Ofício autônomo	10.00	77.14	100.00
em const. civil			57.14
mecânico			42.86
Empregado (exceto agric. comércio setor público)	11.43	88.57	-
Funcionário público	8.57	97.14	-
Outra	2.86	100.00	-
TOTAL	100.00	-	-

Fonte: Pesquisa direta, 1986.

vidades dominava majoritariamente a condição de conta pró -
pria. A Agricultura, que importou em 38,57%, no que respei-
ta à condição principal acusou um valor de 77.78% para pe-
queno proprietário e parceiro/arrendatário. O Comércio, com
28.57%, teve 85% das informações enquadradas em formas autô-
nomas. Neste particular, deve-se ressaltar — o que inclui
ofício autônomo, empregado, funcionário público — que a fa-
mília sendo a unidade referência, nesse pano de fundo de ge-
ração familiar é usual a articulação de atividades e condi-
ção, o que se refaz/se redefine com a urbanização peculiar
em exame.³⁷

3.a.3. CARACTERES PESSOAIS DOS RESPONSÁVEIS PELO COMÉRCIO. AMBULANTE E FAMILIARES.

Já foi examinado no item 2.a., caracteres dos
responsáveis pelas unidades ambulantes no que respeita a
idade, sexo, situação conjugal e local de residência, toman-
do como material, para comparação, as informações constan-
tes em registro da prefeitura, e a pesquisa direta.

Acerca do sexo, a pesquisa direta revela al-
guns aspectos que cumpre editar. Note-se que o gênero Fi-
teiros é marcadamente um gênero cujas responsáveis são do
sexo masculino, assim como frutas e calçados — quando a mer-
cadoria à venda é quase exclusivamente calçados — e Ferra-
gens (Tab. 49). Todavia, nos outros gêneros, observa-se ape-
nas a predominância, masculina já referida no item 2.a.
No que tange aos Fiteiros, a respeito de idade, não é inco-
mum se encontrar pessoas de idade avançada, com situação de
aposentadoria regulamentada ou não, que se dedicam à ativi-
dade, não raro como responsáveis de fato por uma unidade em
cuja instalação e reposição de estoques participam financei-
ramente filhos. O mesmo não se poderia afirmar de outros gê-
neros, de forma alguma, nem entender o gênero Fiteiro a par-
tir destas afirmações. A respeito do gênero Frutas, é notá-
vel, nos vendedores não-fixados, a presença de homem, e do

TABELA 49

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES SEGUNDO

SEXO, COM INDICAÇÃO DO GÊNERO DE COMÉRCIO

1986

GÊNERO DE COMÉRCIO	SEXO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL %
Fiteiro	80.95	19.05	100.00
Calçados	85.71	14.29	100.00
Ferragens	100.00	0.00	100.00
Frutas	100.00	0.00	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

GRAF. 21. CG. PB.
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO DO SEXO, SEGUNDO O GÊNERO DE COMÉRCIO.

a. TOTAL

b. GÊNERO FITEIROS

c. GÊNERO CALÇADOS

d. GÊNERO FERRAGENS

e. GÊNERO FRUTAS

menino, em geral filho.

No item II a. já se fez referência a situação dos responsáveis pelas unidades ambulantes, no particular à existência de esposa (o) companheira (o). Na Tabela 50, está exposta a situação destes, no que toca a rendimento, ou não, verificando-se que há uma divisão aproximadamente equitativa, entre sem-rendimento, e com-rendimento. Examinando em detalhe a forma destes rendimentos, constata-se que 44% aproximadamente advêm de trabalho por conta própria; se adicionarmos a forma "misto de salário/conta própria", se chega ao valor de 55,55%. É-se levado portanto a considerar como suportada em evidências, o já mencionado neste capítulo, domínio da articulação das pequenas formas na manutenção da existência das camadas populares, o que sem dúvida comporta a articulação, entendida sobretudo no âmbito da unidade familiar, com trabalho doméstico ou em firmas privadas, emprego público, aposentadoria.

Observou-se ainda, que 58.06% dos responsáveis pelas unidades ambulantes, possuíam filhos (Tabela 51). E há, como se pode observar na tabela 52, uma notável concentração, quanto ao número de filhos, na faixa que está compreendida entre 1 e 4 filhos (inclusive), o que se entende aqui ser padrão de composição familiar diferenciado em relação ao padrão tradicional, onde era costumaz 7, 8, 9 ou mais filhos. A investigação cuidou também, como fizera para esposa (o) ou companheira (o) dos responsáveis pelas unidades ambulantes, de indagar acerca da situação sócio-profissional dos filhos que tinham rendimento, evidenciando-se a grande importância, para esta nova geração, da atividade por conta própria, e do emprego público (62.50%). (Tabela 53). O emprego público, para os pais/ responsáveis pelos ambulantes, não era tão importante, nem para esposa (o) companheiro (ver tab. 48 e 50). É verdade que em ampla medida pela situação rural dos mesmos (no caso dos primeiros); no âmbito, contudo, da urbanização das populações, deve-se associar a expansão do emprego público nos serviços, a partir dos meados da década de 1960. Mas não se pode afirmar, que em cidades interioranas em geral, e no ca

TABELA 50

CAMPINA GRANDE. PB

ESPOSA (o) COMPANHEIRA (o) DE RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES, SE-
GUNDO RENDIMENTO OU NÃO, E SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

1986

SITUAÇÃO DE RENDIMENTO	% DO TOTAL	% PARCIAL (II)
Sem rendimento (I)	48.57	-
Com rendimento (II)	51.43	100.00
Trabalha por conta própria		44.44
Salário em firma particular ou resid.		27.78
Misto de salário/conta própria		11.11
Funcionário público		11.11
Aposentado		5.56
TOTAL	100.00	-

FONTE. Pesquisa direta, 1986

TABELA 51
 CAMPINA GRANDE. PB
 RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO
 AMBULANTE SEGUNDO EXISTÊNCIA DE
 FILHOS*

1986

POSSUI FILHOS %	NÃO POSSUI FILHOS %	TOTAL (%)
58.06	41.94	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 52

CAMPINA GRANDE, PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES
COM FILHOS, SEGUNDO QUANTIDADE DELES
1986

GRUPOS	%	% ACUMULADO
01 Filhos	19.44	19.44
02 Filhos	25.00	44.44
03 Filhos	30.56	75.00
04 Filhos	11.11	86.11
05 Filhos	-	-
06 Filhos	5.56	91.67
07 e mais Filhos	8.33	100.00
Total	100.00	-

FONTE. Pesquisa direta, 1986

TABELA 53

CAMPINA GRANDE. PB

**FILHOS, COM RENDIMENTO, DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES
DE COMÉRCIO AMBULANTE, SEGUNDO SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL
1986**

SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	%
Conta própria	41.67
Salário em firma particular ou residência	37.50
Funcionário público	20.83
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

GRAF. 22. C.G. PB. FILHOS DOS RESPON-
SAVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO
AMBULANTE, COM RENDIMENTO, SEGUNDO SI-
TUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

GRAF. 23. C.G. PB. ESPOSA(O) / COMPANHEIRA(O)
DOS RESPONSÁVEIS PELAS U. DE COMÉRCIO
AMBULANTE, COM RENDIMENTO, SEGUNDO
SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

GRAF. 24. C.G. PB. PROFISSÃO PRINCIPAL DO
PAI/RESPONSÁVEL PELO AMBULANTE, EN-
QUANTO ESTE DEPENDEU DAQUELE.

so da cidade de Campina Grande, o emprego público tenha tido a expansão inusitada das capitais, onde estão as sedes, político-administrativas dos organismos públicos estaduais, e federais.³⁸

Há, entre os responsáveis pelas unidades ambulantes, um índice de analfabetismo muito baixo (cerca de 7%), e uma porcentagem alta deles (17.14%), em contrapartida, com curso completo de 2º grau (tabela 54). O mais, contudo, concentra-se numa escolaridade que compreende a alfabetização e o 1º grau completo. O mencionado nível de analfabetismo, é muito inferior ao constatado para a favela Pedreira do Catolé, no município de Campina Grande — o que nos indica se tratar, no geral, de estratos sociais diferentes —, assim como quanto à escolaridade em geral, pelo estudo de ALVES DA SILVA, podendo-se o mesmo ser verificado com base no estudo de GOMES DA SILVA, para as favelas de Coqueiros, Tamandaré, Cova da Onça, Maloca, Vila Cabral, e Cortiças do Canal³⁹. (Tabela 55).

O nível de escolaridade, entre os responsáveis pelas unidades ambulantes, é nitidamente mais elevado entre os mais jovens, o que sem dúvida é efeito das políticas mais recentes de expansão do ensino de base. Observa-se também, nos gêneros Frutas e Alimentos, níveis de escolaridade mais baixos.

Procurou-se, além da educação usual, indagar acerca da realização, pelos ambulantes, do que se denominou aqui cursos rápidos de ofício (Tabela 56), verificando-se a cifra de 22.86%, para os que tinham feito algum curso deste tipo, ainda que incompleto. Analizando-se estes, segundo a natureza do curso realizado, constata-se a pronunciada dominância dos cursos ora ligados a escritório (50,00%) — retornando o problema da ambição de tornar-se ou manter-se autônomo com relativo sucesso, abordado por diversos autores,⁴⁰ não se estaria diante também de uma ambição em torno de serviços de escrita? —, ora a artes de possibilidades domésticas de realização (16.67%) (tab.57). Isto no que se refere a cursos feitos, o que, acha-se aqui, poderia ajudar na indicação da ambição profissional, posto que se tratam de ten

TABELA 54

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO

DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE

1986

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%	% ACUMULADO
Não sabe ler nem escrever	7.14	7.14
Alfabetizado	25.71	32.85
Antigo primário (4ª série 1º grau) completo	27.15	60.00
Antigo ginário (1º grau) completo	22.86	82.86
Curso de 2º grau (cient. pedag. técn.) completo	17.14	100.00
TOTAL	100.00	-

Fonte: Pesquisa direta, 1986

TABELA 55

CAMPINA GRANDE - PB

FAVELAS: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES

DE FAMÍLIA NELAS RESIDENTES

1979-1986

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SEGUNDO O ESTUDO de ALVES, em 1986 (%)	SEGUNDO O ESTUDO de SILVA em 1979 (%)
Não sabe ler nem escrever	30.85	57.67
Alfabetizado	65.59	30.58
Antigo primário(4ª série 1º grau completo)	2.20	10.58
Antigo ginário (8ª série 1º grau) com pleto	0.85	1.17
Outro	0.51	-
TOTAL	100.00	100.00

Fonte: SILVA, Ivanise Alves da. A Política habitacional para as classes
de baixa renda de Campina Grande - Paraíba. Dissert. de Mestra
do UFPB, 1986, p. 125.

SILVA, Antonio Gomes da. Polo de crescimento e marginalidade:
Campina Grande. C. Grande, Dissert. de Mest. UFPE, 1979, p.

TABELA 56

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO
DE CURSO RÁPIDO DE OFÍCIO (REALIZAÇÃO OU NÃO)

1986

CURSO RÁPIDO DE OFÍCIO		TOTAL
REALIZOU (Z)	NÃO REALIZOU (Z)	
22.86 .	77.14	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986 .

TABELA 57

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES SEGUNDO

NATUREZA DOS CURSOS DE OFÍCIO RÁPIDOS REALIZADOS

1986

NATUREZA	Z
Datilografia/Contabilidade	50.00
Costura/Bordado/Confeitaria	16.67
Ofícios mecânicos de elétricos, const. civil	33.33
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

GRAF. 25. C.G.PB.

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE: COMPARAÇÕES

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AM-
BULANTES SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARI-
DADE (1986)

CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES NA FAVELA
PEDREIRA DO CATOLÉ, C.GRANDE, SEGUNDO NÍVEL DE
ESCOLARIDADE (1979)

CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES EM
FAVELAS DE C.GRANDE, SEGUNDO NÍVEL DE ESCO-
LARIDADE (1984)

I - NÃO SABE LER NEM ESCREVER
II - ALFABETIZADO
III - ANTES PRIMÁRIO COMPLETO
IV - ANTES GINÁSIO COMPLETO
V - 2º GRAU COMPLETO
VI - OUTRO

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

FONTE: SILVA, ANTONIO G. de. - POLO DE CRESCIMENTO E MAR-
GINALIDADE: C.GRANDE, PB. RECIFE Diss. Mestrado UFPE,
1979, P.123.

FONTE: SILVA, IRANISE A. - A POLÍTICA HABITACIONAL PARA AS
CLASSES DE BAIXA RENDA DE C.GRANDE, C.GRANDE
DISS. MESTRADO UFPE, 1986, P.125

tativas de adestrar-se para o mercado de trabalho.⁴¹

Esta procura, por cursos ligados a escritório, tem certamente uma articulação com o já examinado nível médio de escolaridade, e a busca da despedida ao trabalho manual: isto é, uma procura não na direção do assalariado-operário, mas sim do assalariado dos trabalhos burocráticos públicos e privados. É uma fração da classe média real nas circunstâncias sócio-geográficas determinadas. Não uma classe média no sentido metropolitano de SANTOS.⁴²

A investigação cuidou em aferir os tipos efetivos de trabalho já exercidos por estes responsáveis pelas unidades ambulantes. A primeira constatação que se deve expor, é de que 34.29% dos mesmos declararam nunca ter realizado outro tipo de trabalho, senão comércio próprio, inclusive ambulante (observe-se que não se indagou, no caso, se o comércio ambulante ora realizado, era o primeiro. (Tabela 58). Tal realidade conduz a conclusão de que o comércio ambulante, no contexto urbano-regional em exame, não é atividade que se possa denominar ocasional, de refúgio temporário ao desemprego, e sim uma atividade integrada, permanente, e responsável pela entrada na atividade econômica de contingente notável de força de trabalho. Observam-se, também, antecedentes de emprego realizando ofícios autônomos — pedreiro, encanador, boleiro, costureira, etc. —, o que às vezes, no caso do ambulante que vende ferragens de encanção, ou de fogão, pode continuar a ser exercida, deixando por momentos a unidade aos cuidados de amigo ou parente, ou ajudante, ou fazendo consertos à noite ou nos fins de semana. Notem-se também os cerca de 41%, de declarações de trabalhos como operário em fábrica ou oficina ou comerciante; e a mínima representatividade de anterior exercício de trabalho agrícola. Entre outros trabalhos, a presença de ex-bancário, e ex-funcionário público, ao lado dos demais.

Foi investigada, a importância relativa, entre os ambulantes, da anterioridade de outro tipo de comércio por contra-própria realizado — inclusive ambulante — verificando-se que próximo a 1/5 dos mesmos já tinham o tinham empreendido, em proporções equânimes para comércio em feira,

TABELA 53

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
POR TIPOS DE TRABALHO JÁ EXERCIDOS, EXCLUSIVE CO
MERCIO PRÓPRIO

1986

TRABALHOS JÁ EXERCIDOS	%
Operário em fábrica ou oficina	25.71
Comerciário	15.71
Ofícios autônomos	14.29
Agricultura	2.86
Outras	7.14
Nenhum outro	34.29
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

e para comércio estabelecido. Estes, são sobretudo experiências de instalação de "barracas" e "bodegas", nos bairros. (Tabela 59).

3.a.4. O COTIDIANO DO DESLOCAMENTO DIÁRIO E O RESIDIR DOS AMBULANTES

Conforme se pode examinar em parte anterior deste mesmo capítulo, são os ambulantes pessoas residentes na cidade de Campina Grande (tabs. 32 e 33) ⁴³ e ligadas às atividades urbanas.

O cotidiano do ambulante, é marcado normalmente por 2 deslocamentos: um pela manhã, de vinda da residência para o local de negócio, e outro de retorno. Assim procedem cerca de 4/5 dos informantes, como se vê na tabela 60. É comum mulheres ou crianças levarem em marmitas, o almoço dos ambulantes, dando-se o notável quadro do ambulante almoçando junto à sua unidade de comércio. Por vezes, realiza-se divisão de jornada, com um membro familiar responsabilizando-se pela unidade à manhã, e outro à tarde. Quando possível — e necessário no caso de mulheres responsáveis pelas unidades, que tem tarefas domésticas essenciais à hora do almoço —, retornam à residência ao meio do dia, para voltar ao comércio à tarde, deixando membro da família, geralmente, com o encargo do negócio.

Parte dos ambulantes, masculinos, almoçam em restaurantes do centro, a preço econômico, próximo a CZ\$... CZ\$ 15.00 (agosto 1986).

O tempo médio gasto de percurso, da residência ao local de negócio, está expresso na Tabela 61. Cerca de 93% dos ambulantes, gastam até cerca de 1/2 hora, aproximadamente, neste deslocamento. Ainda que a cidade seja possuidora de cerca de 250 mil habitantes, o ônibus é largamente empregado, posto que se trata de uma "aglomeração" extremamente horizontalizada, e com muitas áreas-internas à superfície urbana-vazias, em processo de especulação imobiliária

TABELA 59

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO

AMBULANTE, COM INDICAÇÃO DE OUTRO (S)

TIPO (S) DE COMÉRCIO REALIZADO (S), EXCLUSIVE AMBULANTE

1986

DISCRIMINAÇÃO	% DO TOTAL	% EM RELAÇÃO A II
Nunca realizou outro tipo de comércio (I)	81.16	
Realizou outro (s) tipo (s) de comércio (II)	18.84	100.00
Feira		46.15
Comércio estabelecido *		46.15
Outro		7.70
TOTAL	100.00	

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

* Inclusive box em mercado público.

TABELA 60

CAMPINA GRANDE, PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM
INDICAÇÃO DO COTIDIANO DE DESLOCAMENTO DIÁ
RIO .

1986

COTIDIANO DO DESLOCAMENTO DIÁRIO	%
2 viagens	78.57
4 viagens	21.43
TOTAL	100.00

FONTE. Pesquisa direta, 1986.

TABELA 61

CAMPINA GRANDE. PB

TEMPO MÉDIO DE PERCURSO GASTO DA RESIDÊNCIA

AO LOCAL DE NEGÓCIO PELOS RESPONSÁVEIS

DAS UNIDADES AMBULANTES.

1986

TEMPO MÉDIO	%	% ACUMULADA
Até 10 minutos	21.42	21.42
15 ou 20 minutos	51.44	72.86
25 min. ou 1/2 hora	20.00	92.86
40 ou 45 minutos	7.14	100.00
TOTAL	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 62

CAMPINA GRANDE: PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

SEGUNDO MEIO DE TRANSPORTE USUAL EMPREGADO NO TRA

JETO RESIDÊNCIA - LOCAL DE NEGÓCIO

1986

MEIO DE TRANSPORTE	%
Ônibus	72.86
A pés	14.14
Outro	10.00
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

ria _____, localizando-se na via de regra os grandes conjuntos habitacionais na periferia da mesma (TABELA 62).

Pesquisa realizada por Alves da SILVA, na Favela Pedreira do Catolé, chegou a resultados extremamente diversos, como se vê na Tab. 63.⁴⁴

Os que se deslocam a pé, são mais de 80%, em contraste com os cerca de 15% encontrados para os ambulantes. Tal constatação certamente vem em apoio à afirmação precedente, no item anterior, de que no global, se está diante, quando se examina o ambulante, de uma categoria social ou fração da população, não caracteristicamente favelada.

O que se deve ainda observar, é a mobilidade intra-urbana, do ponto de vista residencial, dos responsáveis pelas unidades ambulantes. Cerca de 72% dos mesmos tinham procedido a pelo menos 1 mudança de residência no âmbito interno da cidade, como se vê na tabela 64, com frequência mais elevada na realização de 2 a 4 mudanças, com 63,26% dos que já se haviam mudado.

Tal dinamismo, vincula-se ao crescimento e reformulação urbanas nas cidades brasileiras em geral, que se operam para os sob estudo, mediante a necessidade de mudança de residência alugada, pelas oscilações do valor dos imóveis devido às inversões públicas, a possibilidade de acesso aos conjuntos habitacionais, por via legal ou de invasões, a invasões de terrenos para auto-construção, ou compra a outrem de terreno ou unidade residencial, revendas, etc.

A tabela 65, indica que somente 20% dos responsáveis por unidades ambulantes ouvidos, residiam em casa alugada. Os demais, de diversas formas, moravam em habitação própria. A habitação própria, pela ótica deste estudo, é vista como um passo importante, no âmbito do próprio objetivo de ter rendimento como autônomo, não só para instalar pequeno comércio, mas também pequena fabricação ou oficina para consertos, fato realçado por MARIM⁴⁵ e MENEZES⁴⁶.

Nota-se, ao se comparar com estudos sobre favelas, já referidos⁴⁷ um índice mais elevado de habitação

TABELA 63

CAMPINA GRANDE. PB

FAVELA PEDREIRA DO CATOLÉ: MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO.
NO PERCURSO DOMICÍLIO-TRABALHO

1984

MEIO DE TRANSPORTE	%
A pés	80.97
Ônibus	9.06
Bicicleta	6.34
Outros	3.63
TOTAL	100.00

FONTE: SILVA, I. Alves da. A Política habitacional... ob. cit. p.104

TABELA 64

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
COM INDICAÇÃO DE MUDANÇA DE RESIDÊNCIA NO ESPAÇO
INTRA-URBANO.

1986

OCORRÊNCIA DE MUDANÇA DE RESIDÊNCIA NO ESPAÇO IN TRA-URBANO.	EM RELAÇÃO AO TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A II %
Nunca se mudou (I)	27.94	-
Já se mudou (II)	72.06	100.00
1 vez		24.49
2 vezes		36.73
3 - 4 vezes		26.53
5 e mais vezes		12.25
TOTAL	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAF. 26. C.G. PB. MEIOS DE DESLOCAMENTO

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO MEIO DE DESLOCAMENTO USUAL EMPREGADO NO TRAJETO RESIDÊNCIA-LOCAL DE NEGÓCIO (1986)

CHEFES DE FAMÍLIA NA FAVELA PEDREIRA DO CATOLÉ (C.G.)* SEGUNDO MEIO DE TRANSPORTE EMPREGADO NO TRAJETO RESIDÊNCIA LOCAL DE TRABALHO. (1984)

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

* LOCALIZADA NA PERIFERIA DA CIDADE
FONTE: SILVA, IRANISE A. - A POLÍTICA HABITACIONAL PARA AS CLASSES DE BAIXA RENDA EM C. GRANDE. Diss. de Mestrado UFPB. 1986 P. 104

TABELA 65
 CAMPINA GRANDE-PB
 RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
 SEGUNDO SITUAÇÃO DA HABITAÇÃO ONDE RESIDE
 1986

SITUAÇÃO DA HABITAÇÃO	%
Própria	78.57
Alugada	20.00
Cedida s/ônus	1.43
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

própria, entre os ambulantes; contudo, em tese, não se crê aqui que este possa ser um índice para fins de diferenciação social. Examinando internamente a situação própria, apreende-se que cerca de 53% das residências à maneira haviam sido adquiridas a particular, estando todas pagas (Tabela 66). As casas adquiridas ao sistema financeiro da habitação, estavam em 15% dos casos, já pagas (quitadas), e pelas restantes observou-se uma média aritmética de pagamento mensal (prestação), de Cz\$ 80,73, com extremos máximo e mínimo de respectivamente Cz\$ 276.00 e Cz\$ 50.00 (agosto 1986). A tabela 67 mostra, que mais de 9/10 dos prestamistas do SFH pagavam prestações entre-inclusive - Cz\$ 50.00 e Cz\$ 100.00 (agosto, 1986).

Há uma importância relativa pronunciada da construção própria, e deve-se notar que no geral, as casas adquiridas a particular e também ao SFH - via de regra as denominadas "casas populares" dos conjuntos habitacionais -, recebem "puxadas".

As casas alugadas, apresentaram uma média aritmética de valor mensal de aluguel, de Cz\$ 243.57 (agosto 1986), e extremos máximo e mínimo, de respectivamente Cz\$. Cz\$ 600,00 e Cz\$ 80,00 (agosto 1986). A diferença de valor mensal pago entre as casas alugadas e as adquiridas ao SFH - sem contar que o pagamento desta conduz a aquisição do imóvel, e em geral com terreno permite expansão -, pode ser observada quando se compara que, enquanto os adquirentes ao SFH em mais de 90% pagavam mensalidades entre 50 e 100 cruzados - inclusive -, o valor dos aluguéis neste intervalo era de apenas pouco mais que 20% (Tabela 68). Cerca de 65% dos aluguéis, situavam-se entre Cz\$ 100,00 - exclusive - e Cz\$ 300,00. Daí, a pressão elevada de parte da população, pelas unidades habitacionais "casas populares", o ocorrendo com grande frequência invasões, de conjuntos em fase de acabamento que tem obras interrompidas ou desaceleradas.

As condições de habitação dos ambulantes, revelam um padrão extremamente diferenciado em relação às camadas mais pobres da cidade de Campina Grande. Praticamente todos residem em domicílios com ligação na rede pública -

TABELA 66

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

RESIDENTES EM CASA PRÓPRIA, SEGUNDO FORMA DE OBTENÇÃO DA MESMA

1986

FORMA DE OBTENÇÃO	%
A particular	52.72
Ao sistema financeiro da habitação (SFH)	25.46
Construção própria	16.36
Invasão	1.82
Não-informou	3.64
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 57

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

PRESTAMISTAS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

(SFH), SEGUNDO VALOR DO PAGAMENTO MENSAL.

1986

VALOR DO PAGAMENTO MENSAL (PRESTAÇÃO)*	%
Cz\$ 50.00 < Prestação < Cz\$ 100.00	91.67
Prestação > Cz\$ 100.00	8.33
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

* Agosto/1986.

TABELA 63

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

RESIDENTES EM CASA ALUGADA, SEGUNDO VALOR MENSAL

DO ALUGUEL

1986

VALOR DE ALUGUEL *	%	% ACUMULADA
Aluguel ≤ Cz\$ 100.00	23.43	21.43
Cz\$ 100.00 < Aluguel ≤ Cz\$ 200.00	28.57	50.00
Cz\$ 200.00 < Aluguel ≤ Cz\$ 300.00	35.71	85.71
Aluguel > Cz\$ 300.00	14.29	100.00
TOTAL	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

* agosto/1986.

GRAF. 27 . C.G. PB.

**RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
SEGUNDO SITUAÇÃO DA HABITAÇÃO ONDE RESIDE**

GRAF. 28 . C.G. PB.

**RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE
RESIDENTES EM DOMICÍLIO PRÓPRIO, SEGUNDO FORMA DE
OBTENÇÃO DO MESMO**

GRAF. 29. CG. PB.

FAMÍLIAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, PRESTANISTAS DO S.F. DE HABITAÇÃO SEGUNDO VALOR DO PAGAMENTO MENSAL (AGOSTO 1986)

FAMÍLIAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE RESIDENTES EM CASA ALUGADA, SEGUNDO O VALOR MENSAL DO ALUGUEL (AGOSTO 1986)

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

— água tratada — de água, e com encanação internalizada na residência (Tabela 42, parte A), e o mesmo se pode afirmar no que toca à energia elétrica (Tabela 69, parte B). O já mencionado estudo de Alves da SILVA, para a favela Pedreira do Catolé, aponta apenas 49.83%, de residências com ligação na rede pública de água, e também apenas 55.68% das residências tinham instalação com contador de consumo, valores relativos esses dois, significando quase a metade dos verificados para as residências de ambulantes.⁴⁸ O estudo de Antonio G. da SILVA, que se refere a diversas favelas da cidade — já anteriormente mencionadas — indica um índice para ligação das residências na rede pública de água (49.40%) semelhante ao de Alves da SILVA retro-citado, e quanto à disposição de energia elétrica — sem discriminação se a residência possui ou não contador de consumo — um valor de 58.83%. A água é apanhada em chafariz, ou em torneira privada de residência outra, não raro fora da favela. A iluminação, quando não há energia elétrica, faz-se a querosene.⁴⁹

Quanto ao combustível empregado usualmente na cocção dos alimentos, a pesquisa direta registrou que 91.30% das residências dos ambulantes empregavam o gás liquefeito de petróleo (GLP) com exclusividade, e os restantes 8.7% alternativamente o GLP e carvão e/ou lenha. Conclui-se, portanto, pela presença em todas unidades do fogão a gás, um dos objetos domésticos mais ambicionados entre as camadas mais pobres da população. (Tabela 70). Em contraste, nas favelas, segundo o estudo de Antônio SILVA, o uso exclusivo de lenha e carvão atingia o valor relativo de 82.36%, participando o GLP nos demais 17.64%, de forma exclusiva ou não.

Foi investigada a presença, nas residências dos ambulantes, de objetos eletro-domésticos, notando-se a presença elevada dos mesmos (Tabela 71), o que é tornado tecnicamente possível pela dotação de energia elétrica que atinge praticamente todas as unidades habitacionais, como se expõe na Tabela 69, parte B. Para os eletrodomésticos de maior valor, verifica-se a aquisição — refrigerador, e sobretudo televisão — em proporção considerável, de objetos usados, cujas oficinas/ponto de venda, alguns como unidades ambulan

TABELA 69

CAMPINA GRANDE. PB

RESIDÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES

SEGUNDO ABASTECIMENTO D'ÁGUA E ENERGIA

1986

ABASTECIMENTO D'ÁGUA (A)	% DO TOTAL	% EM RELAÇÃO A (I)
Com abastecimento próprio (ligação na rede pública) (I)	97.14	100.00
c/encanação interna		95.59
Apenas 1 torneira		4.41
Sem abastecimento próprio *	2.86	-
TOTAL	100.00	-
ENERGIA (B)	% DO TOTAL	% EM RELAÇÃO A (I)
Dispõe de energia elétrica (I')	98.57	100.00
instalação com contador de consumo		98.55
instalação sem contador de consumo		1.45
Não dispõe de energia elétrica	1.43	-
TOTAL	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986

* - usa água de casa de vizinho, e conjuntamente paga a conta à concessionária.

TABELA 70

CAMPINA GRANDE. PB

RESIDÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES

SEGUNDO COMBUSTÍVEL USADO NA COCÇÃO DOS ALIMENTOS:

1986

COMBUSTÍVEL	%
Gás (GLP)	91.30
Gas/carvão/lenha	8.70
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 71

CAMPINA GRANDE. PB

RESIDÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM

INDICAÇÃO DE PRESENÇA DE OBJETOS ELETRO-DOMÉSTICOS

1986

ELETRO DOMÉSTICOS	NÃO POSSUI (%)	POSSUI (%)	TOTAL	ADQUIRIDO NOVO (%)	ADQUIRIDO USADO (%)	TOTAL (%)
Televisão	8.57	91.43	100.00	73.02	26.98	100.00
Refrigera- dor	27.14	72.86	100.00	82.35	17.65	100.00
Ferro-elê- trico	7.14	92.86	100.00	92.31	7.69	100.00
Liquidifica- dor	17.14	82.86	100.00	98.28	1.72	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 72

CAMPINA GRANDE . PB

APARELHOS DE TELEVISÃO NA RESIDÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS
PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, COM INDICAÇÃO
DA NATUREZA DA IMAGEM.

1986

PRETO E BRANCO (%)	A CORES (%)	TOTAL (%)
77.78	22.22	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

tes - particularmente na rua Floriano Peixoto - são numerosos na cidade. As televisões são sobretudo preto e branca (77.78%), de menor valor portanto (TABELA 72).

Ainda que barracas, mercearias, e bodegas sejam ubíquas, os responsáveis pelo negócio ambulante em ampla maioria realizam suas compras básicas em Feira/Supermercado, onde estão ausentes as relações de crédito acumulado e dependência, que recobrem as camadas mais pobres da população pela exiguidade e irregularidade dos rendimentos que auferem, e ajudam a compreender a multipresença dos referidos estabelecimentos - barracas, bodegas, mercearias, - sobretudo nos bairros mais pobres.⁵¹ (TABELA 73).

3. a 5. A UNIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE

O exame das informações constantes na Tabela 74, facultam a afirmação de que os responsáveis pelas unidades ambulantes estão ligados à atividade, em sua maioria, com permanência. É bastante elevada relativamente a importância dos que exercem a atividade há três anos ou mais (34.78%); e considerável a importância dos que a exercem há seis anos ou mais. Há, sem dúvida, a ampliação cíclica anual correspondente às festas de natal/ano novo, mas também há um conjunto de unidades mais permanentes, e diversas que são mais "estabelecimentos na rua" que ambulantes.

Em geral, exercem a atividade⁵² durante todo o ano, e somente exígua parcela, 5.80%, não a desempenhavam desta forma permanente. (Tabela 75).

Ainda do ponto de vista temporal, a investigação procurou determinar os dias da semana que os responsáveis pelas unidades ambulantes declaram como de maior movimento de vendas. Os resultados apontam um incontestável destaque, como dia de maior movimento, para a segunda-feira, com 94.20% das declarações, seguindo-lhe a quarta-feira, com 4.35%. Acerca do 2º dia da semana em movimento de vendas, observou-se que 33.33% opinaram ser a quarta-feira, secundada pela sexta-feira com 28.99%. É-se levado a afirmar

TABELA 73

CAMPINA GRANDE, PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM
INDICAÇÃO DE LOCAL PRINCIPAL DE REALIZAÇÃO DAS COM-
PRAS BÁSICAS PARA ALIMENTAÇÃO.

1986

NATUREZA DE COMÉRCIO	%
Feira/Supermercado	92.75
Barraca/Mercearia/Venda	7.25
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 74

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO
DO TEMPO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.

1986

TEMPO DE EXERCÍCIO	% SIMPLES	% ACUMULADA
Menos de 1 ano	30.43	30.43
De 1 a menos de 3 anos	34.79	65.22
De 3 a menos de 6 anos	17.39	82.61
De 6 anos a mais	17.39	100.00
Total	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 75

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES AMBULANTES SEGUNDO FUNCIONAMENTO DURANTE O ANO
1986

FUNCIONAMENTO *	%
O ano todo	94.20
Não o ano todo	5.80
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

* as unidades com funcionamento há menos de 1 ano
foram consideradas segundo "intensão" de funcio
namento.

que a 2ª e 4ª feira, são os dias de movimento mais intenso, com o destaque incontestável já mencionado para a segunda-feira.

Procurou-se também identificar a situação de propriedade ou não pelos ambulantes, das mercadorias à venda. Observou-se que 100% dos responsáveis pelas unidades ambulantes declararam ser as mercadorias próprias da unidade, não se verificando portanto formas outras (ver Tabela 76).

Fruto da inquirição acerca da origem do recurso inicial, para instalação das unidades de comércio ambulante, é a constatação de que aproximadamente a metade das referenciadas unidades (48.56%), foram criadas com recursos oriundos de economias de salário que membro (s) familiar(es) recebe (m) ou recebia (m). Secundando em importância, viria a obtenção do recurso inicial através de empréstimo de pessoa amiga ou parente, com 22.86%; e em terceiro, obtenção de recurso a partir de negócio próprio ou familiar anterior ou coexistente. Verifica-se, por fim, em proporções reduzidíssimas, e assemelhadas, o levantamento do recurso inicial por via de ajuda do comerciante ou fabricante das mercadorias que iniciaria a vender, indenização recebida de empresa de onde trabalhou, e empréstimo a agiota (ver tabela 77). Tais fatos conduzem à inclinação pela aceitação de uma forte articulação entre emprego assalariado e esfera das pequenas formas na manutenção da existência das camadas populares, sem que contudo se precipite na parcialização de uma centralidade, de uma ou outra.

As instalações da unidade ambulante, são em geral, ou feitas pelo próprio ambulante, ou adquiridas a produtor de natureza individual/familiar ambas, as situações representando 74.24% das declarações (Tabela 78). Contudo, deve-se observar a aquisição a outro ambulante, evidenciando o fato de transferência de unidades. Ora, não representaria isto—24.24% — uma elevada circulação no comércio ambulante, de entrada e saída de pessoas? Se sim, de nenhuma forma isto representa in-permanência das unidades, que podem mudar de mãos, permanecendo todavia, em sua impessoalidade.

As unidades ambulantes, via de regra, nunca

TABELA 76

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO SITUAÇÃO
DE PROPRIEDADE DAS MERCADORIAS À VENDA.

1986

SITUAÇÃO	%
Mercadorias próprias	100.00
Outra forma	-
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 77

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO ORIGEM DO

RECURSO PARA INICIAÇÃO DO NEGÓCIO

1986

ORIGEM DO RECURSO INICIAL	%
Ecônomia (s) de salario (s) próprio ou de membro (s) familiar (es).....	48.56
Empréstimo de amigo ou parente.....	22.86
Recurso de negócio próprio ou familiar anterior ou coexistente.....	17.14
Ajuda do comerciante ou fabricante da mercadoria.....	2.86
Indenização de empresa onde trabalhou.....	2.86
Empréstimo de agiota	1.43
Outro	4.29
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 78 .

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO OBTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

1986

OBTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES	%
Feita pelo próprio ambulante/amigo/familiar	36.36
Adquiriu a produtor individual/familiar	37.88
Adquiriu já feita a outro ambulante	24.24
Adquiriu a empresa	1.52
TOTAL	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAF. 30. CG. PB.	GRAF. 31. CG. PB	GRAF. 32. CG. PB.																										
UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO ORIGEM DO RECURSO PARA ABERTURA DO NEGÓCIO	UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO OBTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES	UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO FUNCIONAMENTO DURANTE O ANO																										
<p>I- economia de salário próprio e/ou familiar</p> <p>II- empréstimo de amigo, parente</p> <p>III- recurso de negócio próprio/familiar anterior ou coexistente</p> <p>IV- outro</p>	<p>I- adquiriu a produtor individual/familiar</p> <p>II- feito pelo próprio ambulante/familiar/amigo</p> <p>III- adquiriu já feita a outro ambulante</p> <p>IV- adquiriu a empresa</p>
<table><thead><tr><th>Origem do Recurso</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>I</td><td>48,56%</td></tr><tr><td>II</td><td>22,86%</td></tr><tr><td>III</td><td>17,14%</td></tr><tr><td>IV</td><td>11,44%</td></tr></tbody></table>	Origem do Recurso	Porcentagem	I	48,56%	II	22,86%	III	17,14%	IV	11,44%	<table><thead><tr><th>Obtenção das Instalações</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>I</td><td>37,88%</td></tr><tr><td>II</td><td>36,36%</td></tr><tr><td>III</td><td>24,24%</td></tr><tr><td>IV</td><td>1,52%</td></tr></tbody></table>	Obtenção das Instalações	Porcentagem	I	37,88%	II	36,36%	III	24,24%	IV	1,52%	<table><thead><tr><th>Funcionamento Durante o Ano</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>TUDO O ANO</td><td>94,20%</td></tr><tr><td>PARTE DO ANO</td><td>5,80%</td></tr></tbody></table>	Funcionamento Durante o Ano	Porcentagem	TUDO O ANO	94,20%	PARTE DO ANO	5,80%
Origem do Recurso	Porcentagem																											
I	48,56%																											
II	22,86%																											
III	17,14%																											
IV	11,44%																											
Obtenção das Instalações	Porcentagem																											
I	37,88%																											
II	36,36%																											
III	24,24%																											
IV	1,52%																											
Funcionamento Durante o Ano	Porcentagem																											
TUDO O ANO	94,20%																											
PARTE DO ANO	5,80%																											

tem estoque: 33,33%; muito pouco estoque: 61.90%. E para o segundo: muito pouco estoque: 71.43; e sempre possui esto - que: 28.57%(TABELA 79).

As mercadorias são adquiridas pelos ambulantes, junto aos seus fornecedores, normalmente à vista (Tabela 80) Os adquirentes a prazo, realizam em sua ampla maioria (83.33%) pagamento no ato da compra de 50% do valor global das mercadorias, e o restante é pago, em 3/4 das ca sas, com 30 dias. Quanto ao valor usual de pagamento no ato da compra — à prazo —, registraram os percentuais de 30 e 50%, e quanto ao prazo usual de liquidação do débito restan te, 8,15,30 e 60 dias.

As aquisições em mais de 3/4 dos casos regis trados, se fazem ao comércio, o restante dire tamente aos produtores (Tabela 81). Cumpre contudo, notar diferenciações por gênero de comércio ambulante, o que está expresso na tabela 82. Registrou-se o abastecimento direta mente ao produtor, como fonte principal, nos gêneros Calça dos, Vestuário, e Bolsas/Cintos, com maior importância de abastecer-se desta maneira no primeiro gênero (Calçados).

Quanto à área geográfica de compras de abaste cimento, _____, averiguou-se o que se chama ria aqui um triângulo de abastecimento, apoiado em Campina Grande, Santa Cruz do Capibaribe (PE)⁵³ — passando por Caruaru (PE)—, e Recife (PE).

Detalhando-se este triângulo de abastecimento do comércio ambulante da cidade de C. Grande, evidencia-se que as unidades que adquirem principalmente ao comércio — e são a maioria, mais de 3/4 conforme Tabela 81 — o fazem na própria Campina Grande (88.89%) (Tabela 83); cerca de 1/10 na cidade do Recife (9.26%), e um resíduo de 1.85% al terna de forma equitativa suas compras ao comércio entre es tas duas cidades. Os adquirentes ao comércio, que o fazem em Recife, são 80% dos mesmos do gênero Bijouterias/Brinque dos. Neste genero, 57.14% dos unidades resolvem desta forma o problema do abastecimento. Adquirir ao comércio em Recife.

No que se refere aos que se abastecem direta mente ao produtor, de forma principal, quase a metade dos

TABELA 79

CAMPINA GRANDE. PB
UNIDADES DO COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ESTOQUE DE
MERCADORIAS: SITUAÇÃO ATUAL
1986

SITUAÇÃO USUAL	%
Nunca tem estoque	54.55
Muito pouco estoque	38.18
Sempre possui estoque	7.27
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 80

CAMPINA GRANDE. PB
UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DAS FORMAS USUAIS
DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO.
1986

FORMAS	%
À vista	82.86
A prazo	12.86
Ambas	4.29
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 81

CAMPINA GRANDE. PB
UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DE FONTE DE ABASTE-
CIMENTO PRINCIPAL.
1986

FONTE DE ABASTECIMENTO	%
Ao comércio	77.14
Diretamente ao produtor	21.43
Ambas	1.43
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 82

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DE FONTE DE ABASTECIMENTO PRINCIPAL

SEGUNDO GÊNERO

1986

FONTE DE ABASTECIMENTO	CALÇADOS	VESTUÁRIO	BOLSAS / CINTOS	FITEIRO	BIJOUT. / GRIQUEROS	FERRAGENS	ALIMENTOS	FRUTAS
Ao Comércio	-	28.57	42.86	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Diretamente ao produtor.....	100.00	71.43	57.14	-	-	-	-	-
Ambas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAF. 33. C G. P B.

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DAS
FONTES USUAIS DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO

AMBAS (1.43%)

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO FORMAS USUAIS DE
COMPRAS DE ABASTECIMENTO

FONTE : PESQUISA. DIRETA, 1986

CART. 9 - C. GRANDE . PB .

**ÁREA DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO
DAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE**

CONVENÇÕES

N
 ↑
 LIMITE INTERESTADUAL - - - - -
 PREFIXO DE RODOVIA ————
 COMPRA DE ABASTECIMENTO
 AO COMÉRCIO □ □ □
 AO PRODUTOR ————
 CIDADES C/ MENOS DE 100.000 hab. ●
 CIDADES DE 100 A 500.000 hab. ⊙
 ESPESSURA DE LINHA: 1mm → 5%
 (com base na tab.83)
 ESCALA: 0 20 40Km

COMPRAS DE ABASTECIMENTO	%
AO COMÉRCIO	100,00
NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE (PB)	88,89
NAS CIDADES DE C.GRANDE e RECIFE	1,85
NA CIDADE DO RECIFE (PE)	9,26
DO PRODUTOR	100,00
NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE (PB)	46,66
NA CIDADE DO RECIFE (PE)	20,00
NA CIDADE DE ST. CRUZ do CAPIBARIBE (PE)	20,00
NA CIDADE DE CARUARU (PE)	6,67
NAS CIDADES DE C.GRANDE e RECIFE	6,67

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986
 CARTA - BASE: IBGE/ SUDENE, 1984

mesmos (Tabela 83) o fazem na própria C. Grande; em proporções iguais de declarantes, — 20% — em Recife e Stª Cruz do Capibaribe (PE); e em proporções menores, na cidade de Caruaru, e equitativamente em C. Grande e Recife. Especifique-se que no gênero Calçados, no qual se verificou o mais elevado índice de abastecimento ao produtor, as compras se fazem em 71.43% na própria C. Grande, e o restante, em igualdade relativa, em Caruaru, e C. Grande/Caruaru; no referente ao gênero Vestuário, entre os que compram diretamente ao produtor, 60% deles declararam fazer estas compras principalmente em Stª Cruz do Capibaribe, e o restante no Recife; e no gênero Bolsas/Cintos, os informantes declararam fazer suas compras aos produtores em Campina Grande.

. . .

Para aferir a relação direta das unidades ambulantes com o sistema financeiro/bancário, indagou-se da presença, entre os responsáveis pelas referidas unidades, de conta bancária. Pode-se constatar que mais da metade (52.17%, Tabela 84) deles dispunha, de pelo menos um dos dois tipos de conta, corrente ou poupança. A conta poupança — a denominada caderneta de poupança — mostrou-se dominante, evidenciando-se, nas proporções individuais modestas deste tipo de investimento popular e nos limites das condições de poupança da população sob estudo, participação no mercado de capitais do país. Acredita-se que os referidos saldos sejam de alta oscilação, e extremamente vinculados às necessidades do negócio.

A discriminação da presença ou não de conta, por gêneros, apontou no sentido de uma mais elevada presença em unidades dedicadas a Vestuário, Calçados, Fiteiros e Bolsas/Cintos, como se depreende da tabela 85.

Quando, contudo, se passa do exame da relação em que o ambulante é depositante no banco, para a em que ele receba crédito — empréstimo — das instituições finan -

TABELA 83

CAMPINA GRANDE. PB
 ÁREA GEOGRÁFICA DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO
 DAS UNIDADES AMBULANTES
 1986

FONTE E LOCAL DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO	%
<u>Compra ao comércio</u>	<u>100.00</u>
Na cidade de Campina Grande (PB)	88.00
Na cidade do Recife (PE)	9.26
Nas cidades de C. Grande (PB) e Recife (PE)	1.85
<u>Compra direto ao produtor</u>	<u>100.00</u>
Na cidade de Campina Grande (PB)	46.66
Na cidade do Recife (PE)	20.00
Na cidade de Stª Cruz do Capibaribe (PE)	20.00
Na cidade de Caruaru (PE)	6.67
Na cidade de C. Grande (PB) e Recife (PE)	6.67

FONTE: Pesquisa direta, 1986

ceiras, a relação não se mostra mais estreita. Somente 1/10 dos declarantes declararam terem banco/instituição financeira como local usual de levantar empréstimo, quando necessitam fazê-lo; enquanto cerca de 74% recorrem usualmente a pessoa amiga/parente. Atente-se para os cerca de 15%, correspondente aos que declararam nunca fazer empréstimos. Do que antes ficou afirmado, depreende-se que, quando se trata de se financiar, prevalecem as relações extra-sistema financeiro — se se examina de forma imediata. Com mediações, no que se refere ao abastecimento, a compra financiada foi declarada como usual por pouco mais de 10% dos responsáveis pelas unidades ambulantes (Tabela 80). Há, portanto, no tocante ao tópico, coexistência de relações diversas (Tabela 86).

. . .

A pesquisa tratou de indagar, acerca dos rendimentos auferidos pela unidade ambulante. Como o ciclo semanal, no que tange aos rendimentos, é dominante como referência para os declarantes, levantou-se o rendimento líquido médio semanal das unidades, que ajustado ao mês, propiciou a avaliação do mencionado rendimento, em termos médios mensais. Ademais, os valores foram convertidos em salário-mínimo, à data da pesquisa (agosto 1986) (TABELA 87).

O que se verifica, é uma massiva concentração de rendimentos na faixa entre 1 e 3 salários-mínimos, com 63.76%, i.é, mais de 2/3 das declarações. Observe-se, ainda, que os casos de rendimentos declarados inferiores a 1 salário-mínimo, em nenhum deles se registrou valor inferior a 1/2 salário mencionado.

A comparação com levantamentos feitos sobre rendimentos da população favelada, é elucidativa no sentido de se precisar especificidades dos comerciantes ambulantes já referidas. O estudo de Gomes da SILVA, em 1979, constatou que 41.16% dos chefes de família entrevistados percebiam rendimentos de até 1 salário-mínimo, e 36.46% entre mais de

TABELA 84

CAMPINA GRANDE: PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES
SEGUNDO DISPONIBILIDADE DE CONTA BANCÁRIA E TIPO DA MESMA
1986

DISPONIBILIDADE DE C. BANCÁRIA	% DO TOTAL	% DE (1)
Não dispõe de c. bancária	47.83	
Dispõe de c. bancária (I)	52.17	100.00
somente c. poupança		44.45
somente c. corrente		36.11
ambas		19.44
TOTAL	100.00	

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 85

CAMPINA GRANDE. PB
RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO
DE CONTA BANCÁRIA, SEGUNDO GÊNERO DE COMÉRCIO

1986

GÊNERO DE COMÉRCIO	DISPONIBILIDADE DE C. BANCÁRIA (%)		
	SIM	NÃO	TOTAL
Vestuário	100.00	-	100.00
Calçados	85.71	14.29	100.00
Fiteiros	65.00	35.00	100.00
Bolsas/cintos	57.14	42.86	100.00
Bijouterias/Brinquedos	28.57	71.43	100.00
Alimentos	28.57	71.43	100.00
Ferragens	14.29	85.71	100.00
Frutas	14.29	85.71	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

TABELA 86

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO DA

FONTE USUAL DE CRÉDITO

1986

FONTE USUAL DE CRÉDITO	Z
Pessoa amiga/parente	74.28
Banco/instituição financeira	10.00
Ambas	1.43
Nunca pediu \$ emprestado	14.29
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

1, e 2 salários-mínimos: a faixa de até 2 salários-referência, compreendia 77.62% dos entrevistados.⁵⁴ O estudo de Alves da SILVA, sobre dados colhidos em Jan/mar. 1984, na favela Pedreira do Catolê, mostra que 30.09% dos chefes de família auferiam rendimento de até 1/2 salário-mínimo, e 49.37% com rendimentos de mais de 1/2 até 1 salário-mínimo; deste modo, 79.46% dos entrevistados recebiam até 1 salário.⁵⁵ (Ver tabela 88). Observa-se, então, um nível de rendimentos consideravelmente mais elevado para os comerciantes ambulantes.

Aos responsáveis pelas unidades de comércio sob exame, foi indagado acerca de disporem de outro rendimento. Os resultados indicam que cerca de 1/4 destes responsáveis, dispõem de outras fontes de obtenção de ganhos. No exame da natureza destas fontes, constata-se de 35% aproximadamente correspondiam a trabalhar para outras pessoas (regular ou episodicamente), e cerca de 24% tinham outro negócio próprio em comércio. Aproximadamente 30% dos 1/4 referidos recebiam aposentadoria, o que representou em relação ao total de responsáveis declarantes no que tange ao assunto, 7.35%. Observou-se, ainda, o que está incluído em "outra fonte", 1 funcionário público, e 1 que auferia rendimentos de juros de empréstimos que concedia (TABELA 89).

3.a.6. CARACTERES SÓCIO-GEOGRÁFICOS DA CLIENTELA DAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE

Procurou a investigação, identificar caracteres sócio-geográficos dos que compram ao comércio ambulante, com o objetivo de entender a clientela ou mercado desta forma de comércio. Os gêneros investigados, foram: vestuário, bijouterias/brinquedos, cintos, bolsas e calçados.

Os atos de compra/venda, entre a clientela e as unidades de comércio ambulante, pode-se dizer que são dominantemente atos com pagamento à vista (Tabela 90), o que configura a prevalência acentuada de impermanência e in-es

TABELA 87

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO

MENSAL LÍQUIDO: EM SALÁRIO (s) - MÍNIMO (s) *

1986

NÍVEIS DE RENDIMENTO	%
Até 1 Salário Mínimo	10.15
Mais de 1 a 2 Salários-Mínimos	37.67
Mais de 2 a 3 Salários-Mínimos	26.09
Mais de 3 a 4 Salários-Mínimos	11.59
Mais de 4 a 5 Salários-Mínimos	8.70
Mais de 5 Salários-Mínimos	5.80
Total	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

* Valor do salário-mínimo: Cz\$ 804,00

TABELA 88

CAMPINA GRANDE. PB

RENDIMENTO MENSAL DE CHEFES DE FAMÍLIA NA FAVELA

PEDREIRA DO CATOLÉ, EM SALÁRIOS-MÍNIMOS

1984

NÍVEIS DE RENDIMENTO	%
Até 1/2 SM	30.09
Mais de 1/2 a 1 SM	49.37
Mais de 1 a 2 SM	17.37
Mais de 2 a 3 SM	1.48
Mais de 3 a 5 SM	1.27
Mais de 5 até 10 SM	0.42
Total	100.00

FONTE: SILVA, I. Alves. A Política... ob. cit. p. 131

GRAF. 34. CG. PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES SEGUNDO DISPONIBILIDADE DE CONTA BANCÁRIA E TIPO DA MESMA

GRAF. 35. CG. PB.

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO DA FONTE USUAL DE CRÉDITO.

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

TABELA 89

CAMPINA GRANDE. PB

RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO
DE RENDIMENTO FORA DA UNIDADE.

1986

DISCRIMINAÇÃO	% DO TOTAL	% DE (I)
Não percebe outro rendimento	75.00	-
Percebe outro rendimento (I)	25.00	100.00
Trabalha para outrem		35.29
Aposentadoria		29.41
Outro comércio próprio		23.53
Outra fonte		11.77
Total	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 90

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMERCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DA FORMA DE VENDA
1986

FORMA DE VENDA	% SIMPLES	% ACUMULADA
Nunca vende fiado	54.28	54.28
Às vezes vende fiado	44.29	98.57
Vende bastante fiado	1.43	100.00
Total	100.00	-

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAP.36. C6.PB. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE CHEFES DE FAMILIA RESIDENTES NA FAVELA PEDREIRA DO CATOLÉ, C. GRANDE, EM SALÁRIOS MÍNIMOS (1984)

FONTE: SILVA, IRANISE A. A POLÍTICA... ob. cit. p.131

GRAP.37. C6.PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL LÍQUIDO, EM SALÁRIOS-MÍNIMOS* (1986)

* SALÁRIO MÍNIMO CZ R 804,00/agosto 86

FONTE: PESQUISA DIRETA 1986

tabilidade nas relações comerciante/comprador nestes gêneros. Cerca de 54% dos responsáveis pelas unidades, declararam a exclusividade das vendas à vista. Esta forma de venda à vista -, somada à "às vezes vende «fiado»", somam quase o total (98.57%) das declarações. Todavia, a presença da venda a crédito ("fiado"), normalmente para pagar com menos de oito dias, em quantidade não irrisória, adverte o estudo no sentido de que se verificam, ainda que a prevalência acentuada seja da impermanência, relações costumazes entre vendedor e comprador, o que se chama "frequência conhecida"

O que foi permitido aferir na tabela 74, é que aproximadamente 70% das unidades ambulantes no centro da cidade, funcionam a mais de 1 ano, e cerca de 35% a mais de 3 anos. As dimensões da cidade, com centro comercial único, o fato de um inter-conhecimento acentuado entre a população, e a própria necessidade de concorrência entre unidades, propiciam a presença, ainda que reduzida, do "freguês conhecido", particularmente nos gêneros Calçados, e Vestuário.

Globalmente afirmando, ou seja, sem a especificação de dias da semana — oscilação semanal —, constatou-se que 76.55% dos clientes das unidades ambulantes entrevistados residiam na própria cidade de Campina Grande. Os restantes 23.45%, se dividiam entre: 17.28% residentes no próprio município de C. Grande, mas fora da cidade (sítios, fazendas, vilas); e 6.17% em sede ou sítios, fazendas, vilas de outros municípios, vizinhos (Tabela 91).

A análise detalhada a nível de dias da semana, evidenciou sensível oscilação do local de residência da clientela, e dimensão da área de influência do comércio ambulante (o específico "urban field"). Enquanto nos dias da grande-feira, os clientes residentes na própria cidade de Campina Grande importaram em 70.73% (sexta-feira e sábado) (tabela 91) nos dias comuns, de 2ª a 5ª feira, elevam-se para 82.20%; um incremento de clientes da própria cidade da ordem de 14%. Por outro lado, os clientes de fora da cidade de Campina Grande — pelas dimensões das sedes municipais dos outros municípios vizinhos, seria sensato considerá-los aglomerados rurais —, isto é, das áreas rurais do próprio municí

TABELA 91

CAMPINA GRANDE. PB

CLIENTELA DAS UNIDADES DO COMÉRCIO AMBULANTE, COM INDICAÇÃO
DO LOCAL DE RESIDÊNCIA SEGUNDO DIAS DA SEMANA

1986

LOCAL DE RESIDÊNCIA	CONJUNTO SEMANAL (%)	DE 2ª A 5ª FEIRA (%)	6ª FEIRA E SÁBADO* (%)
Cidade de Campina Grande	76.55	82.50	70.73
Município de C. Grande: sítios, fazendas, vilas.....	17.28	12.50	21.95
Outro município	6.17	5.00	7.32
Total	100.00	100.00	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986

* dias principais da feira central

pio (sítios, fazendas, vilas), e de municípios vizinhos, que nos dias de 2ª a 5ª feira significaram 17.50% do total da clientela inquirida, passam a representar 29.32% da mesma nos dias de 6ª feira e sábado. (Tabela 91)

Tais evidências, apontam no sentido de um pulsar semanal do específico "urban field".⁵⁵ Ou seja, além do dinamismo que um campo de influência possater, por conta das transformações urbanas, a curto, médio ou longo prazos, verifica-se um dinamismo cíclico semanal. A expansão referenciada, do campo de influência do comércio ambulante, certamente está associada à expansão semanal da importância relativa do pequeno comércio na estrutura comercial da cidade, operada pela feira central. Mostra-se portanto, que realizam-se oscilações estruturais na escala do micro-tempo, que repercute na organização espacial em suas micro-pulsões.

. . . .

Se examinando a clientela, ainda numa análise de detalhamento por dias da semana, segundo o motivo de estar no centro da cidade, notam-se oscilações significativas nos valores correspondentes aos motivos (tabela 92) significativas no sentido de corroborar a generalização que foi exposta no período anterior. A grande alteração consiste, no declínio relativo do motivo declarado "trabalha no centro ou o centro é passagem para o trabalho", de 27.50% dos entrevistados de 2ª a 5ª feira, para 9.76%, dos entrevistados 6ª feira e sábado; e o aumento, relativo, do motivo declarado "veio à feira e passou no centro da cidade" de 2.50% de 2ª a 5ª feira, para 24.39% na 6ª feira e sábado. No que se refere aos dois demais motivos, as oscilações não foram significativas.

Também se procurou aferir, a oscilação intra - semanal da clientela, segundo seu perfil sócio-profissional. A referida diástole/sístole, encerra em seu movimento um caráter sócio-profissional que se diferencia. Os dias de 2ª a

TABELA 92

CAMPINA GRANDE. PB

CLIENTELA DAS UNIDADES DO COMÉRCIO AMBULANTE, COM INDICAÇÃO DO MOTIVO
DE ESTAR NO CENTRO DA CIDADE SEGUNDO DIAS DA SEMANA.

1986

MOTIVO	CONJUNTO SEMANAL (%)	DE 2ª A 5ª FEIRA (%)	6ª FEIRA E SÁBADO (%)
Realizar compras no centro	60.49	62.50	58.53
Trabalha no centro ou o centro é passagem para o trabalho	18.52	27.50	9.76
Veio à feira e passou no centro	13.58	2.50	24.39
Resolução de problemas: burocráticos, médicos, etc.	7.41	7.50	7.32
Total	100.00	100.00	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

5ª, quando se observa ser menos extensa a área de clientela, apresenta uma composição acentuadamente marcada de emprega-
dos urbanos, e trabalhadores urbanos por conta própria (Tabe-
la 93). Na sexta-feira e sábado, a composição — quando a
área de clientela é mais extensa — é caracterizada pela ele-
vação da participação da clientela de agricultores, e empre-
gadas domésticas.

Se está aqui fazendo referência, à composição ' (relativa), ora sócio-profissional, ora de motivo de estar no centro da cidade, ou de local de residência. Já foi examina- do, que as vendas das unidades ambulantes localizadas no cen- tro são mais intensas — maior volume — na 2ª feira; portan- to, para os ambulantes centrais, à sístole do campo de influ- ência — sua diminuição —, corresponde um incremento de suas vendas. Certamente, a feira captura parte da clientela potencial, e não raro as unidades ambulantes do centro são desdobramentos ou se desdobram, via cooperação de unidade familiar, em unidades de comércio na feira. As compras na 2ª feira, mais intensas, associam-se também à massa de pagamen- tos dos assalariados urbanos, feitos aos sábados, assim como aos rendimentos das pequenas atividades propiciados pela ocor- rência da feira, particularmente — embora não só — no pe- queno comércio.

Quanto às formas de unidade comercial, às quais recorre a clientela, os resultados obtidos — também em aten- ção à diferenciação intra-semanal — são conducentes no re- forço à interpretação oferecida nas páginas anteriores. Os clientes das unidades ambulantes, nos gêneros referidos no início deste item (3.a.6.), são compradores habituais ao tipo de comércio, isto no conjunto, e nos diversos dias da semana. Indagados sobre realizarem compra (s) do (s) mesmo (s) artigo (s) adquirido (s) na unidade ambulante, em unida- des comerciais nas feiras (barracas, tabuleiros, etc), obser- vou-se que, enquanto entre os entrevistados de 2ª a 5ª feira os compradores habituais representavam 32.50%, entre os en- trevistados na sexta-feira e sábado eles representavam 51.22%. Por outro lado, as declarações acerca de ser comprador em es- tabelecimentos (lojas, supermercados), mostraram-se quanto à

TABELA 93

CAMPINA GRANDE. PB

CLIENTELA DAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, COM INDICAÇÃO DE SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL PRÓPRIA, OU DE QUEM É DEPENDENTE, SEGUNDO DIAS DA SEMANA.

1986

SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	CONJUNTO SEMANAL (%)	DE 2ª A 5ª FEIRA (%)	6ª FEIRA E SÁBADO (%)
Empregado urbano	44.45	55.00	34.15
Funcionário público	17.28	15.00	19.51
Trabalhador urbano por conta própria	16.05	22.50	9.76
Empregada doméstica	11.11	5.00	17.07
Agricultor	11.11	2.50	19.51
Total	100.00	100.00	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 94

C. GRANDE - PARAÍBA

CLIENTELA DAS UNIDADES DO COMÉRCIO AMBULANTE, DE DOIS PERÍODOS DIVERSOS NA SEMANA — CLIENTES DE 2ª A 5ª FEIRA; CLIENTES DE 6ª E SÁBADO — SEGUNDO INTENSIDADE COM QUE REALIZAM COMPRAS DO MESMO ARTIGO ADQUIRIDO À U. AMBULANTE, EM FORMAS COMERCIAIS DIVERSAS.

1986.

DISCRIMINAÇÃO DE UNIDADES COMERCIAIS	CONJUNTO SEMANAL			2ª a 5ª FEIRA			6ª FEIRA E SÁBADO		
	ÀS VEZES OU SEMPRE	NUNCA	TOTAL	ÀS VEZES OU SEMPRE	NUNCA	TOTAL	ÀS VEZES OU SEMPRE	NUNCA	TOTAL
Em unidades de comércio ambulante	100.00	-	100.00	100.00	-	100.00	100.00	-	100.00
Em unidades comerciais na feira.....	41.98	58.02	100.00	32.50	67.50	100.00	51.22	48.78	100.00
Em lojas, "lojinhas", su per-mercados	56.79	43.21	100.00	60.00	40.00	100.00	53.66	46.34	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

GRAF. 38. C.B. P.B.

UNIDADES DE COMERCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DA FORMA DE VENDA

GRAF. 39. C.B. P.B.

CLIENTELA DAS UNIDADES DO COMERCIO AMBULANTE COM INDICAÇÃO DO LOCAL DE RESIDÊNCIA

GRAF. 40. C.B. P.B.

CLIENTELA DAS UNIDADES AMBULANTES, COM INDICAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL PRÓPRIA OU DE QUEM DEPENDE

I - EMPREGADO URBANO
 II - FUNCIONÁRIO PÚBLICO
 III - TRAB. URBANO CONTA PRÓPRIA
 IV - EMPREGADA DOMÉSTICA
 V - AGRICULTOR

positividade, declinantes, de 60.00 para 53.66%. Evidencia-se, desta maneira uma clientela às 6ªs e sábados mais íntima do elemento estrutural micro-comercial (TABELA 94).

3.a.7. O AMBULANTE NO ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE: DISTRIBUIÇÃO POR RUAS E ESPECIALIZAÇÕES.

A investigação cuidou de avaliar a distribuição das unidades de comércio ambulante, pelas ruas da área central da cidade.

Constatou-se que a rua Floriano Peixoto, apresentava maior número de unidades, com cerca 1/3 das mesmas.⁵⁷ Contudo, como nesta rua estas unidades se localizam por ampla extensão, não se observa uma concentração elevada. Elas apresentam um padrão de situar-se aglomeradas junto às paradas de coletivos, e esta rua é efetivamente a artéria central das paradas de ônibus. Também nesta rua está o grande número de unidades ambulantes fixadas, existentes no centro da cidade. Os imóveis da rua Floriano Peixoto, caracterizam-se em geral pelo uso para serviços públicos e privados, e velhas residências deterioradas. A conjunção da grande concentração das paradas de coletivos, com um uso de imóveis não concorrencial com as unidades ambulantes, ajuda a compreender a facilidade de fixação das unidades, e o grande número delas na referida rua (TABELA 95).

A rua Maciel Pinheiro é a outra, que se destaca no que tange à grande presença de unidades ambulantes, observando-se que quase 20% destas unidades, existentes no centro da cidade, situavam-se nela. À diferença, contudo, da rua Floriano Peixoto, pela menor dimensão dela, a concentração de ambulantes é a mais elevada que se verifica no centro. Na Maciel Pinheiro estão também cerca de 1/4 das unidades deslocáveis/desmontáveis presentes na área central.

Como ruas de importante presença das unidades ambulantes, destacar-se-iam ainda, a Cardoso Vieira, a João Pessoa, e a Venâncio Neiva. Estas três, mais as duas ruas antes mencionadas, juntas, continham segundo o levantamento qua-

se 80% do total das unidades ambulantes na área central da cidade.

Ao contrário do que se observou para a rua Floriano Peixoto no primeiro período deste item, o que se nota nas ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira, João Pessoa e Venâncio Neiva, é a bem superior presença de unidades deslocáveis/desmontáveis (Tabela 96). Estas últimas, caracterizam-se por uso estritamente comercial de gêneros similares, aos dos ambulantes que as ocupam. A pressão da municipalidade, no sentido de evitar fixação, é permanente, e são as ruas em geral mencionadas nas notícias da imprensa escrita.

A pesquisa buscou determinar a concentração, por ventura existente, de gêneros de comércio das unidades ambulantes, por ruas. Na Tabela 97, estão expostos os resultados. Estes levam à conclusão, de que há uma evidente tendência à especialização - não exclusividade -, particularmente acentuada, particularmente nos gêneros Cintos (Bolsas, Vestuário, Fiteiro-Alimentos e Calçados.

No tocante a Cintos/Bolsas, 84.85% das unidades levantadas situavam-se em faixa contínua pelas ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira. Quanto ao gênero Vestuário, 62.07% localizam-se na Maciel Pinheiro. Acerca de Calçados, 41.18% das unidades do gênero registradas no levantamento, no centro, estavam nesta mesma rua, que portanto se configurava - à semelhança do referente aos estabelecimentos comerciais nela - como caracterizado pela atividade comercial de venda de vestuário, adornos e calçados.

A rua Floriano Peixoto, caracterizar-se-ia pela presença massiva de Fiteiros e Alimentos, no padrão já mencionado de aglomerar-se em torno das paradas dos ônibus. O gênero Ferragens, é principalmente concentrado na rua João Pessoa, o que acompanha o gênero comercial geral dos estabelecimentos.

TABELA 95

C. GRANDE

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO DA CIDADE, COM INDICAÇÃO DE NATUREZA DESL/DESM. OU FIXADA, SEGUNDO RUAS ONDE SE LOCALIZAM
1986

RUAS	TOTAL		DESL/DESMONT		FIXADO	
	ABSOL.	%	ABSOL.	%	ABSOL.	%
Floriano Peixoto	112	30.86	67	26.37	45	41.28
Maciel Pinheiro	69	19.01	65	25.59	4	3.67
Cardoso Vieira	39	10.74	34	13.39	5	4.59
João Pessoa	31	8.54	27	10.63	4	3.67
Venâncio Neiva	30	8.26	19	7.48	11	10.09
Outras ruas, avenidas, praças.....	82	22.59	42	16.54	40	36.70
Total	363	100.00	254	100.00	109	100.00

FONTE: Pesquisa direta, 1986.

TABELA 96

CAMPINA GRANDE . PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO DA CIDADE, COM
INDICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS NATUREZAS DESLOCÁVEIS/
DESMONTÁVEIS OU FIXADA, SEGUNDO RUAS

1986

RUAS	TOTAL %	DESLOCÁVEL/ DESMONTÁVEL %	FIXADO %
Floriano Peixoto	100.00	59.82	40.18
Maciel Pinheiro	100.00	94.20	5.80
Cardoso Vieira	100.00	87.18	12.82
João Pessoa	100.00	87.10	12.90
Venâncio Neiva	100.00	63.33	36.67
Outras ruas, avenidas, praças	100.00	51.22	48.78 (1)

FONTE: Pesquisa direta, 1986

1 - cerca da metade destes, na Rod. antiga e Barão de Abiaí/

TABELA 97

CAMPINA GRANDE. PB

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE:
CONCENTRAÇÃO DOS GÊNEROS DE COMÉRCIO DAS UNIDADES, POR RUAS
1986.

GÊNERO	rua/avenida, e índice de concen- tração (%) *
Cintos/Bolsas	ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira :84.85
Vestuário	rua Maciel Pinheiro. :62.07
Fiteiro.	rua Flor. Peixoto e praça da Ban- deira :60.00
Alimentos	rua Flor. Peixoto :46.00
Calçados	rua Maciel Pinheiro :41.18
Frutas	rua Flor. Peixoto :38.24
Ferragens	rua João Pessoa :37.50

FONTE: Pesquisa direta. 1986

* i concentração = $\frac{\text{total de unidades ambulantes do gênero na rua}}{\text{total de unidades ambulantes do gênero g no centro da cidade.}} \times 100$

GRAF. 41. CG. PB.

UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO DA CIDADE,
SEGUNDO RUAS ONDE SE LOCALIZAM (% do total de unidades)

DETALHAMENTO

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

CART.10 - AREA CENTRAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

N

CONVENÇÕES

- (P) PARADA DE COLETIVO
- (B) ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
- (AR) ANTIGO TERMINAL RODOVIÁRIO (FUNCIONANDO LINHAS RODOVIARIAS P/ DISTRITOS E MUNICÍPIOS VIZINHOS)
- (Fc) FEIRA E MERCADO CENTRAIS

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- ① COMPANHIA TELEFÔNICA (TELPA)
- ② FORUM
- ③ PREFEITURA MUNICIPAL
- ④ UNIVERSIDADE REGIONAL
- ⑤ CATEDRAL
- ⑥ CAMARA MUNICIPAL
- ⑦ BOLSA DE MERCADORIAS
- ⑧ CORREIOS E TELEGRAFOS
- ⑨ TEATRO MUNICIPAL

ESCALA 1:6000

- FONTE: PESQUISA DIRETA, 1986

CARTA - BASE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, PB, 1986

CART. II - ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE
ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE POR RUAS

CONVENÇÕES

ESCALA: 0 100m

----- CONTORNO DA ÁREA PESQUISADA

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DAS UNIDADES AMBULANTES

- ATÉ 0,5 UNIDADES/Dm²
- MAIS DE 0,5 e 1,0 UNIDADES/Dm²
- MAIS DE 1,0 UNIDADE / Dm²

RUAS	Nº	ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO
FLORIANO PEIXOTO	1	0,36 U / Dm ²
JOÃO - PESSOA	2	0,84 U / Dm ²
VERANCIO NEIVA	3	0,66 U / Dm ²
CARDOSO VIEIRA	4	1,20 U / Dm ²
MACIEL PINHEIRO	5	1,20 U / Dm ²
OUTRAS RUAS, PRAÇAS...	6	0,46 U / Dm ²

FONTE: PESQUISA DIRETA, 1988
 CARTA BASE: PREFEITURA MUNICIPAL DE C. GRANDE, PB
 1986

3.b. A NARRATIVA DO AMBULANTE ACERCA DE SUA REALIDADE

Nos meses finais do ano, com a elevação da demanda correspondente às festas de Natal e Ano Novo, aumenta, como se afirmou, o número de unidades ambulantes nas ruas centrais da cidade. Note-se, contudo, que este aumento é diferenciado por gêneros, incidindo particularmente nas Bijouterias/Brinquedos, Calçados, Cintas/Bolsas, Vestuário, e Adornos/Utilidades do Lar, e, pelo caráter episódico, as unidades que se adicionam são em regra deslocáveis/desmontáveis.

Cumpramos observar o segmento dedicado a enfeites de Natal e cartões - artigos natalinos - que se pode constituir como unidade especializada, ou os referidos artigos serem agregados às mercadorias de venda usual.

"Nessa época, coloco 2 árvores de Natal, 3 caixas de bolas, cartões... sai bem... Meu negócio é mercadoria de plástico, mas tem que aproveitar..." (o ambulante).

"Meu ramo é ferragem... trago o menino com um tabuleiro pra vender cartão" (o ambulante).

No que respeita ao comércio do material escolar mais simples (cadernos, borrachas, lápis, régua), característico dos meses de janeiro/fevereiro, ao comércio de artigos carnavalescos, e ao de artigos juninos, verifica-se a mesma possibilidade de unidade especial ou agregação, devendo-se notar que uma unidade especializada pode estar na realidade agregada a uma unidade anterior, de venda de outras mercadorias, usuais.

O comércio de frutas, todavia, é caracterizadamente - é um comércio concentrado, o das frutas de época.

ca, de novembro a março — desempenhado por unidades especializadas:

"Vendo caju, imbu, manga, goiaba, pinha... mas não largo a feira ... isso aqui é por tempo... acabou a fruta, pronto..." (ambulante).

Além do aumento de unidades, verifica-se aumento de vendas dos negócios que permanecem iguais:

"Meu comércio é este... café, bolo, cigarro, confeito, doce... às vezes tem pão... fim de ano melhora muito" (o ambulante).

O final do ano, como período de maior movimento comercial, é também o cenário da mais intensa pressão da parte do comércio estabelecido, sobre a municipalidade, visando a contenção do ambulante:

"Não vou dizer que fico seguro, porque não fico... dizem que o jornal é contra negociar na rua... Uns aí já foram no rádio, o rádio nos apoiou... jornal é de rico" (o ambulante).

Sem dúvida, a oscilação quanto-qualitativa da procura, é identificada pelo senso de oportunidade de negócio, do ambulante. Este senso, ainda, se manifesta de outras formas. Por exemplo, na perspectiva episódica de ganho, como no caso da mencionada venda de "tabelas" da "sunab" — congelamento oficial de preços ditado pelo plano cruzado —, ou bandeiras do Brasil com o campeonato mundial de futebol; ou material didático.

"Eu ajudo o povo, e o povo me ajuda" (ambulante, vendedor de tabelas da sunab).

"O preço de livraria dá medo, é uma hora para comprar um lápis" (ambulante, material escolar).

A formação de grande aglomeração de pessoas, por ocasião de pagamento de benefícios previdenciários, ou pagamento de salários do serviço público, ou de diversão pública, não raro é ocasião de negócio. As paradas de coletivos, as portas de educandários, são também locus identificáveis.

"Cedo fico por aqui, depois vou pra porta do colégio, depois pra parada do ônibus... de tarde de novo" (ambulante, confeitos).

Durante a jornada diária, observam-se oscilações quantitativas. Unidades, como dedicadas a Frutas, Alimentos, expõem à venda uma quantidade de mercadoria julgada possível de ser, numa jornada, comercializada:

"Chego cedo, 6/7 horas, e arreio o balaio... Acabei, vou embora. Se der tempo, apanho outra carga" (o ambulante, frutas).

"Só venho à tarde... às vezes antes de escurecer não tem mais nada" (o ambulante, frituras).

As narrativas de vida, no que tange à experiência migratória, dos ambulantes, revelam elucidativos caracteres pertinentes à força de trabalho nos municípios sob influência da cidade de Campina Grande:

"Sou de Soledade (município paraibano da MR-Agreste da Borborema)... vim com 18 anos para o exército. Aí o cabra se enquadra, não tem conversa fiada... Tenho dois irmãos em São Paulo... eles dizem que estão bem, um tem até carro... fui de fábrica, tive ponto na feira, depois botei este aqui. Se Deus me ajudou, só Ele me tira a ajuda... vou lhe dizer: quase fui para São Paulo, moço, ilusão... Mas se Deus me dá o de comer aqui prá que me afastar do que Ele me dá..." (ambulante).

"Nasci em Patos (município paraibano da MR-Alto Piranhas)... ajudava pai e mãe na roça, vim trabalhar em casa de família aqui em Campina ... passei 10 anos, era de casa... saí... de casa em casa, trabalhei até no Rio..." (o ambulante).

"Sou filho de Bananeiras (município paraibano, MR-Brejo paraibano) ... trabalhava na roça... puxando terra para os pés... não tem futuro. O cabra tem que ver a luz, ter progresso, negociar" (o ambulante).

"Sou natural da Paraíba, mas já andei demais... Brasília, São Paulo, Rio... fui "peão" em São Paulo,

em todo canto... serviço de lim
peza... negociei... saio mais
não, acostumei em Campina... Mo
ço tem que caçar... andar atrás
de melhora, a não ser um rico,
um engenheiro... um funcionário
federal" (o ambulante).

Alguns explicam o fato de não terem migrado:

"Eu mesmo nunca pensei em
sair de Campina ... quer dizer,
pensar pensei, mas não vi faci-
lidade. Meu irmão tem uma arte
(tratorista), trabalhou até no
estrangeiro (Oriente Médio)...
o cabra com uma arte escapa em
qualquer lugar" (o ambulante).

"Faz tempo (1975/6)... foi
um primo meu, depois foi meu
irmão... foi outro primo meu...
um voltou... tive prá ir (São
Paulo)... Tem gente que pensa
que vai ficar rico... volta
só com a passagem... O que
ganho dá pra comer, o pouco
com Deus é muito, o muito sem
Deus é nada" (o ambulante).

. . .

A pesquisa evidenciou que 63% dos entrevista
dos eram nascidos em Campina Grande, município; todavia,
60% destes, aproximadamente - ver item 3.a.2, cap. III -

tinham pelo menos 1 dos genitores advindos de fora de Campina Grande. Acrescente-se que, 3/4 dos "cabeça de casal", da família de onde provêm os ambulantes — nascidos ou não em C. Grande — tinham por atividade principal Agri - cultura, Comércio e Ofício autônomo, com expressiva dominância da primeira, o que não exclui combinação com as demais, sobretudo a segunda; e na Agricultura, a condição dominante era pequeno proprietário, e parceiro/arrendatário:

"Mãe nem pai não tinham terra, a gente vivia na terra dos outros , e no alugado... (o ambulante).

"O "sítio" de pai era nada (2 ha)... a gente vendia na feira... pai almocreva, já morreu, ia do Brejo (MR-Brejo parai-bano) para o sertão (farinha de mandioca, rapadura, carne seca)... quando eu quise viajar com pai, pai deixou de viajar..." (o ambulante).

"... ele era mais pedreiro ... nós cuidávamos da roça..." (o ambulante).

Examinando associadamente gênero/sexo, observa-se que as Ferragens, tanto referentes a peças de fogão, quanto a material hidráulico (torneiras, juntas, etc), e mesmo elétrico (fios, tomadas, etc.) não raro são vendidas por pessoas capazes de realizar pequenos consertos e instalações, ofícios estes essencialmente masculinos. Mas não seria a vinculação a ofício elemento explicativo de vinculações quase exclusivas, de sexo, a gêneros de comer

cio. Por exemplo, no que tange a Fiteiros, ou a Calçados, majoritariamente masculinos, não se observa a relação, por não necessitar trabalho complementar.

"Se o freguês quizer, eu ins talo, faço reparo... Vou mais depois que recolho aqui, ou de manhã cedo... posso até ir na hora, depende do serviço, do freguês... deixo o colega daí da banca olhando..." (ambulante, vendedor de produtos hidráulicos).

Acerca disto, veja-se o depoimento de senhora casada, 30 anos, responsável por fiteiro:

"Eu conheço mulher que o ma rido não deixa... porque isso, porque aquilo... faltam com respeito. Vou lhe dizer, se ela é direita não pega nada..." (a am bulante).

Ou:

"Meu marido tem venda... eu e as meninas... tudo estuda... ven demos aqui" (a ambulante, confecções de crianças)

O ambulante, opinando sobre sua história pessoal profissional, deixa entrever o esforço de ser por si, não ser empregado de outro:

"Sempre vivi assim... sempre

negocieei... ganhei de salários, mas foi pouco... não quero cor da no meu pescoço" (o ambulante).

"Eu vivia de salário, só, do meu marido... abri uma barraca, fechei, o fiado é de mais... o negócio aqui (bolsas/cintos) é melhor, e no fim do ano é bom" (a ambulante).

"Fui pedreiro, fui pintor (de paredes)... sou aposentado do governo (ex-funcionário público)... agora que eu estou vendo ganho" (ambulante).

"Eu ganhava salário... não era nem o mínimo... não é nada não é nada tiro 2 vezes, 3 vezes..." (o ambulante).

salvo em certos casos:

"... um funcionário graduado, um empregado numa firma boa... aí está certo... mas esses empregos de placa na porta, oferecido" (o ambulante).

Acerca dos rendimentos obtidos pelas unidades ambulantes, os depoimentos são destacáveis:

"Dá para comer... melhora no fim do ano, no São João... tem dia que não vendo nada (a ambulante) (roupas).

"Não reclamo não... vou me defendendo... é melhor que certos salários" (o ambulante).

"Posso dizer que ganho bem. Não sou rico, mas a menina quer pagar a faculdade, eu tenho. Quer uma roupa, eu tenho... uma viagem... Num emprego, tirar o que tiro, só se fosse formado" (o ambulante) (fiteiro).

"Tenho esse carro aí (sobre o qual expõe mercado - rias)... tem gente que pensa que eu sou rico... Tenho outro negócio... mas minha despesa é grande... minha mulher é professora, me ajuda, são 5 meninas, tudo para calçar, vestir, comer estudar..." (o ambulante).

Eu vendo, mas não é sempre... é preciso o dinheiro para adquirir a mercadoria, e tem vezes que não tenho nem para o café quanto mais 100, 200 cruzados... se eu tivesse um emprego certo, era melhor, eu não vinha vender pela rua" (o ambulante) (frutas).

A combinação com outra atividade, é explicada pelo ambulante:

"Se eu fosse só viver da - qui... passava fome. Faço serviço de pedreiro... a mulher

me ajuda aqui, as meninas (fi
lhas)... às vezes boto merca-
ria na feira" (ambulante).

"... funcionário público...
é certo, mas é pouco... não dá,
tenho que caçar por fora" (am
bulante).

1. Fiteiros fixados - localização usual
agosto 1986.
Praça da Bandeira, CG/PB.

2. Alimentos - Milho, acima; fritura, abaixo
xo - agosto 1986.
rua João Pessoa. CG/PB.

3. Fiteiro deslocável - agosto 1986.
rua João Pessoa, CG/PB.

4. Fiteiro deslocável - agosto 1986.
rua Maciel Pinheiro, CG/PB

5. Fiteiros deslocáveis - agosto 1986
rua Marques. do Herval - CG/PB.

6. Fiteiros complexos - agosto 1986.
praça da Bandeira (acima); rua J.Pessoa
(abaixo)
CG/PB

7. Guarda de instalações e mercadorias
agosto 1986.
Av. Floriano Peixoto, CG/PB.

8. Unidades ambulantes diversas (fiteiros, discos e rádio/tu/som usados, revistas usadas) agosto 1986.
Av. Floriano Peixoto, CG/PB.

9. Vendedores de frutas-agosto 1986

R. Venâncio Neiva ;

R. Barão do Abiaí

CG/PB

• 10. Vendedores de frutas-agosto 1986
R. Marques do Herval;
R. Barão de Abiaí
CG/ PB

11. Ambulantes com automóvel - agosto 1986
r. Simeão Leal;
r. Monsenhor Sales
CG/PB .

12. Ambulantes com automóvel - agosto 1986
rua Cardoso Vieira; roupas e toalhas;
esquina da João Pessoa (abaixo, caldo de
cana).

13. Ambulantes vendedores de utilidades do
lar e ferragens - agosto 1986
R. João Pessoa, CG/PB

14. Unidades Vendedoras de ferragens-agos/86
R. Barão de Abiaí(acima);praça da Bandeira
(abaixo)
CG/PB.

15. Unidades vendedoras de calçados-agos.86
R. Venâncio Neiva (acima)
R. João Pessoa (abaixo)
CG/PB

16 a. Rodoviária Velha: unidades ambulantes
diversas - agosto/86.
CG/PB

16 b. Unidades dedicadas à venda de calçados,
agosto 1986.
Rodoviária Velha
CG/PB

17 a. Unidade padronizada dedicada a roupas
e objetos de criança - agosto 1986
R. Venâncio Neiva,
CG/PB

17 b. Unidade dedicada a objetos de costura
de tecidos e couro - agosto 1986
R. Barão do Abiaí -
CG/PB

18. Unidades situadas em pontos de parada de coletivos - agosto 1986
avenida Floriano Peixoto,
CG/PB

.19. Unidades fixadas - agosto 1986
Av. Floriano Peixoto,
CG/PB

20. Unidades situadas em ponto de parada de
coletivo - agosto 1986
Av. Floriano Peixoto,
CG/PB

21. Unidades que expõem mercadorias ao chão-
agosto - 1986.
R. Marques do Herval (acima);
R. Maciel Pinheiro (abaixo),
CG/PB

22. Ambulantes na rua Maciel Pinheiro -
agosto 1986

CG/PB.

23. Ambulantes na rua Maciel Pinheiro -
agosto de 1986
CG/PB

24. Calçada da rua Cardoso Vieira - agosto
1986
CG/PB

25. R. Cardoso Vieira - agosto 1986
CG/PB

REFERÊNCIAS E NOTAS: CAPÍTULO 03: O Comércio ambulante na cidade de Campina Grande.

1. COLEÇÃO DE JORNAIS DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, Paraíba. 01.09.1984/30.06.1986.
2. COLEÇÃO... ed. 03.12.1984, p.1 e 2. O título da matéria interna: "Lojistas pedem a Prefeito combate a camelô no centro" (p.2)
3. COLEÇÃO... ed. 24.09.1984, p. 1.
4. COLEÇÃO... ed. 23.11.1984, p. 1.
5. COLEÇÃO... ed. 23.11.1984. p. 8. Ambulante ouvido pela reportagem: "ou a gente ganha dinheiro por essa época, ou em janeiro não há como sobreviver" (vendedor de árvore de natal), COLEÇÃO... idem, p. 8)
6. "Passada a efervescência do final de ano, urge as autoridades municipais buscarem, de forma indolor, uma solução para o grave problema do camelô que vem desafiando seguidas administrações... desemprego... Contudo, em nome de uma solução social, não se deve comprometer o ordenamento urbano... o aspecto urbano de um modo geral" (COLEÇÃO... ed. 26.12.1984)
Editorial, mesma edição, na íntegra: "CAMELÔS: Uma dor de cabeça constante do prefeito de Campina Grande em todas as administrações tem sido os camelôs. Na verdade, esses pequenos comerciantes que enchem o centro da cidade com suas barracas de mercadorias, precisam de um espaço para o exercício de seus negócios. É da venda dos artigos com os quais comercializam que eles vivem com suas famílias. De certo tempo a esta parte os camelos invadiram as principais ruas de Campina Grande, destruindo o trânsito e prejudicando até certo ponto as atividades dos comerciantes estabelecidos nas ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira. Aproximam-se os festejos de fim de ano quando o volume de negócios é maior e a fiscalização da Prefeitura não quis mexer"

com os camelôs nesse período. Era preciso dar-lhes também uma oportunidade na fase natalina. Agora, quando o ano já vai terminando e o volume de vendas vai diminuindo, já se começa a falar na mudança dos camelos para outro local. Esta certo que se faça essa mudança. Evidentemente, as ruas que eles estão ocupando atualmente, precisam ser desobstruídas para o tráfego do pedestre. Antes, no entanto, de se proceder à mudança, é imperioso que se pense no local onde se possa colocar os camelos, que eles não sofram prejuízos nos seus negócios com o deslocamento. Uma área que não sendo central seja a mais próxima possível do centro, para onde possa convergir a freguesia daqueles pequenos comerciantes. Com a inauguração do novo terminal rodoviário, talvez fosse de bom alvitre situar o pequeno comércio ambulante na atual estação rodoviária, onde já existe uma parcela de negócios em funcionamento." (p.2).

7. COLEÇÃO... ed. 27.10.1985, p. 1
8. COLEÇÃO... ed. 21.12.1985, p. 1
9. COLEÇÃO... edições, respectivamente, de 08 e 14.02.1985, em ambas pgs. 1 e 8.
10. COLEÇÃO... ed. 08.fev.1985, p.1. O diário enfocava particularmente os ambulantes vendedores de frutas regionais numerosos nos meses de novembro a março: seria um perigo um cliente de banco, na saída "tropeçar numa cesta de caju" (Idem, idem, p. 8)

Álvaro denuncia ação violenta dos fiscais da Prefeitura no "rapa"

O vereador Álvaro Gaudêncio Neto, PDS, apresentou ontem requerimento à Câmara, onde pede que aquela Casa denuncie a "ação desumana e arbitrária" praticada pelos fiscais da Prefeitura Municipal, no "rapa", feito na última sexta-feira, quando agrediram fisicamente e com palavras de baixo calão os vendedores de frutas que estavam pelo Centro da cidade.

O vereador apela, também, que o Prefeito Ronaldo Cunha Lima, indenize esses humildes vendedores de frutas pelos prejuízos que tiveram, quando toda mercadoria foi estragada pela ação 'nefasta' dos que estavam à serviço da Prefeitura".

Na tribuna da Câmara, o vereador fez um contundente pronunciamento, mostrando que as atitudes dos fiscais da Prefeitura - quando do rapa - merecem o repúdio de toda população campinense e que o Prefeito Ronaldo Cunha Lima precisa, urgentemente, indenizar os que estavam pacificamente, vendendo frutas no centro da cidade.

D. da Borborema, 05.05.87, p.02

Ambulantes contra 'rapa'

Com o apoio da CGT, do PC do B e dos Sindicatos dos Comerciantes e Bancários, os vendedores ambulantes de frutas, realizaram ontem à tarde, no Calçadão da Cardoso Vieira, um Ato Público em protesto ao chamado "rapa" promovido pela Secretaria de Serviços Urbanos nas ruas centrais da cidade.

O protesto ocorreu em consequência da apreensão de frutas feita pelo "rapa" na última quinta-feira, e a mando do secretário Edvan Pereira Leite, foram todas trituradas pelo carro coletor de lixo, o que provocou não só a revolta dos vendedores, as prejuízos, vez que a mercadoria teve que ser paga aos fornecedores.

Durante o ato público, os vendedores levaram seus baldios vazios para o Calçadão. Na próxima quinta-feira, os comerciantes ambulantes de frutas estarão ocupando o espaço da Tribuna Livre da Câmara dos Vereadores para pedir apoio aos parlamentares. Eles tiveram ontem na Casa de Félix Araújo, entretanto não tiveram acesso à Tribuna, vez que o requerimento deveria ter sido entregue antes.

Os vendedores, liderados por José Aprígio Monteiro, afirmam que a medida do secretário Edvan Leite, deixou muitos em situação constrangedora, quando mandou triturar as frutas, vez que eles não tinham pago a mercadoria e só o fariam após a sua venda.

DB.05.05.87-p.8

"SINUCA"

A Secretaria de Serviços Urbanos tem, com relação aos camelôs, uma incômoda missão a desempenhar. Se deixa proliferar o comércio nas ruas centrais, é tachado de omissa; se apreende com o rapa, é chamada de desumana pela própria população que pede a desobstrução das calçadas.

D. da Borborema-05.05.87, p.4

11. COLEÇÃO... ed. 24.12.1984, p. 1
12. COLEÇÃO... ed. 05.06.1985, p. 1
13. COLEÇÃO... ed. 15.04.1985, pp. 1.2.
14. COLEÇÃO... ed. 15.04.1985, p. 2.
15. COLEÇÃO... ed. 15.04.1985, p.2.
16. COLEÇÃO... ed. 04.03.1985, p.8.
17. " O novo pacote econômico do governo pode ainda suscitar dúvidas para milhões, contudo para o ambulante José Ferreira da Silva, estabelecido na esquina da Car-

doso Vieira com a Venâncio Neiva, ele foi lucrativo" (o ambulante tinha máquina de plastificar, na rua) "O ambulante simplesmente recortou as tabelas divulgadas pelo Diário da Borborema... e instituiu o comércio de cópias, ao preço de 1 cruzado, e 7 cruzados plastificada. Aos gritos de 'orientem-se contra o roubo' ele atraiu centenas de pessoas... Houve até fila e ao meio dia 500 tabelas já tinham sido comercializadas, dando-lhe um lucro aproximado de 250 cruzados".

(COLEÇÃO)... ed. 05 Março. 1986, p. 1)

18. "A PF prendeu cerca de 10 pessoas, que na tarde de ontem vendiam tabelas de preços vencidos nas principais artérias centrais, por crime contra a economia popular" (COLEÇÃO... ed. 06. 03.1986, p. 1) Cerca de 600 tabelas foram apreendidas e incineradas, e, "depois de advertidos, os implicados foram libertados e prometeram que não mais iriam cair na reincidência" (Idem, idem, p. 8)
19. COLEÇÃO... ed. 22.06.1986.
20. Em levantamento direto, à mesma época, verificou-se a presença de 363 unidades ambulantes no centro da cidade (fev. 1986).
21. Sobre orçamento, ver SILVA, Luis A. Machado da. Mercados ... ob. cit.: "a unidade econômica básica não é o indivíduo, mas a família (HOUSEHOLD)" (p. 51); e CARVALHO, Inaiã de. A Produção não-capitalista... ob. cit. p.4.
22. MARIM, M. Cristina. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional.
IN: SILVA, L. M. da, e outros. Mudança social... ob. p. 155. Centralidade esta também aceita por SILVA, L. A. M. da, IN: Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. IN: _____; MARIM, M.C., e outras. Mudança... ob. cit. pp.179-194.

23. ROMANO, Jorge Oswaldo. Índios proletários em Manaus: o caso dos Saterê-Mauê citadinos ... ob. cit. pp. 121 - 129. Ver revisão bibliográfica. As especificidades no sistema urbano, no caso brasileiro, têm sido realçadas, entre outros, por:
- FARIA, Vilmar. Marginalidade... ob. cit. p.8.
- FARIA, Vilmar. Pobreza urbana... ob. cit. pp. 147-149.
- SANTOS, Milton. O Espaço dividido... ob. cit.
- PRANDI, Regionaldo. O Trabalhador por conta... ob. cit.
- JELIM, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador ob. cit. pp. 51 - 78.
24. O cadastro da prefeitura, contém informações sobre os responsáveis de direito pelo negócio ambulante; a pesquisa de campo realizou-se, no que tange às entrevistas, com o que se chamaria responsáveis de fato; i. é, pessoas que efetivamente, de maneira exclusiva ou em maior medida, tomam conta das unidades de comércio.
25. SINGER, P. Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não-desenvolvidos... ob. cit. p. 84.
26. Fato recorrente entre fiteiros, picolézeiros, p. exemplo.
27. Recolhem o isopor ou carrocinha às pequenas fábricas, onde após o trato das contas — e recebimento da comissão —, podem ser substituídas por outros. Essas sorveterias dispõem portanto de uma rede de crianças, jovens e adultos, para escoar o fundamental de sua produção, nas ruas; em muitos casos, produzem também gelo para venda a bares, caldos de cana, etc.
28. Ora na "ponta de calçada", ora encostada à parede: ver figura 01, logo abaixo, no texto.
29. Evidentemente, o "ir ficando" é conseguido com autorizações precárias, ora mediante taxa semanal, ora mediante ainda a interveniência da influência política. Raros conseguem uma licença legal, de forma que a insegurança da localização é geral.

30. Media aritmética de Cz\$ 11,37 por semana: agosto/1986
31. SILVA, Ivanize Alves da. Política habitacional para as classes de baixa renda na cidade de Campina Grande. C. Grande, Diss. de Mestrado UFPB, 1986, p. 102 (dados levantados em janeiro/março de 1984, pela Pref. Munic. de C. Grande).
32. FARIA, V. Pobreza urbana... ob. cit. p. 148. Acerca da mesma preocupação: PRANDI, R. O trabalhador por... ob. cit.
33. Ver a este respeito, as observações de J. R. Brandão ' LOPES, IN: O Ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. IN: HUTCHINSON, Bertram (org.) Mobilidade... ob. cit. p. 375, estudando migrantes nordestinos oriundos do sertão, trabalhando na cidade de São Paulo.
34. A intensidade das trocas no interior do nordeste, no século XIX, pode ser avaliada, entre outras, pelo exame de:
- SPIX, J. B. von; MARTINS, C. F. P. von. Viagem pelo Brasil: 1817 - 1820. 39 ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975 3 vol.
- CASAL, Manuel Aires do. Corografia brasílica: 1817 : Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1986
- São ainda significativas, sobre o mesmo aspecto, romances como:
- REGO, José Lins do. Pedra Bonita. 5 ed. Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1956
- _____. Cangaceiros. 7 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980.
- QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. 28 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio,, 1982.
- CARNEIRO, Caio Porfírio. O Sol da Terra. 2. ed. São Paulo, Ática, 1978.
- CONDÉ, José. Terra de Caruaru. 2. ed. Rio de Janeiro, Bloch editores, 1968.
- RAMOS, Graciliano. São Bernardo. 32 ed. Rio de Janeiro

Record, 1978.

Rachel de QUEIROZ, Narra o costume de ceder filhos a pessoas de melhores condições, que empregavam as crianças para vender bolo, café, frutas, nas estações do trem (O Quinze, ob. ut.). Caio CARNEIRO, relata sobre dono de venda de salina, que começou negociando bolo, doce, nos forrós e feiras (Sal da Terra, ob. cit.). E note-se, cujo personagem central é ambulante de origem rural em contexto metropolitano, a obra O Camelô São Joaquim: que vendia santos e histórias, S. Paulo, Ed. Atual, 1985, de Assis BRASIL.

35. Deve-se notar, formas particulares que envolve a migração, desses municípios, para C. Grande: criança trazida por irmão ou irmã; criança cedida a família para serviços domésticos; casamento; serviço militar; emprego conseguido, ou promessa; etc.
36. Profissões assinaladas pelos ambulantes, como tendo sido exercida durante a migração para grandes centros urbanos: pedreiro, garçons, ambulante, serviços domésticos, serviços de limpeza, operário em fábrica.
37. Sobre a articular negócio/campesinato, no agreste/brejo/sertão paraibanos, observem-se os estudos de:
GARCIA, M. France. Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. Boletim do Museu Nacional (Antropologia).
Museu Nacional UFRJ, Rio de Janeiro, [45]: 1 - 17, 1983.
GARCIA JR., Afrânio Raul. A Economia dos agricultores: agricultura, criação e negócio. IN: _____. O Sul: o caminho do roçado: estratégico de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado Museu Nacional U. FRJ, 1983, pp.90-125.
MENEZES, Marilda Aparecida. Da Paraíba prá São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho. C. Grande, Diss. de Mestrado UFPB, 1985.; "Procurei nas entrevistas verificar porque os migrantes na sua quase generalidade tem a expectativa de montar um comércio ... aparentemente o co

mércio significa uma opção por uma atividade não agrícola. No entanto, as entrevistas no campo e na cidade evidenciam que ele é uma alternativa de complementação da agricultura, principalmente para os pequenos proprietários. São vários os depoimentos onde os migrantes e seus pais declaram a total impossibilidade de sobreviver apenas da agricultura: por isto, "tem que tocá um comércio, prá um livrar o outro". É, também, uma atividade que pode permitir a compra da terra... Dos doze pequenos proprietários entrevistados, cinco adquiriram terra dessa forma. Portanto, o comércio é tanto uma estratégia de sobrevivência das pequenas unidades familiares quanto da reprodução de seus meios de produção" (p. 147). E acerca do agreste/sertão alagoano, as constatações de:

FERRARI, Onorina. O Papel da feira regional. IN: _____. A Organização espacial do agreste e do sertão de Alagoas: redefinição dos centros urbanos. Rio de Janeiro, Diss. de Mestrado Geog. UFRJ, 1985, pp. 91 - 94.

Ver revisão da bibliografia.

38. A este respeito: GEIGER, Pedro P. Expansão da classe média e do setor público e urbanização no Brasil. SIMPÓSIO A METRÓPOLE E A CRISE, Deptº. Geografia U. de São Paulo, São Paulo, 19 pgs. mimeo; particularmente p. 8.
39. SILVA, Ivanise Alves da Política habitacional para as classes de baixa renda. Ob. cit. p. 125
SILVA, Antonio Gomes da. Pólo de crescimento e marginalidade: Campina Grande. Recife, Diss. de Mestrado UFPE, 1979, p. 123.
40. LOPES, J. R. Brandão. O Ajustamento. ob. cit. pp. 375-6. Este autor enfatiza a tese, como já se viu na revisão da "inclinação para o comércio", como conta própria, pelo valor cultural de "valer-se da própria iniciativa e não se subordinar diretamente a ninguém".

(Idem, idem... pp. 375-6). Entende-se neste trabalho, que se poderia falar não só numa busca do terciário como autônomo, mas também como assalariado, desde que liberte da "enxada", entendida esta afirmação não no sentido do afastamento da lavoura no sentido estrito, mas do mundo do trabalho manual, inclusive urbano.

DURHAN, E. Ribeiro. A Caminho da cidade: a vida rural... ob. cit. p. 167.

MARIM, M. Cristina. Alternativas de trabalho... ob. cit. p. 155.

Observem-se as afirmações de Ana Lígia ARAUJO, que em pesquisa sobre egressas do ensino técnico agropecuário na Paraíba constatou que 11.3% as dedicavam a atividades autônomas: "A maior parte... faz transações comerciais" (Em Busca do trabalho: estudo sobre os egressos do ensino técnico agropecuário da Paraíba. (1974/1981). C. Grande, Dissertação de Mestrado Soc. UFPB, 1984, p. 122); e: MENEZES, Marilda Aparecida. Da Paraíba... ob. cit. p. 147.

41. Aqui, evidentemente, há um complexo de circunstâncias na motivação da força de trabalho, o que postula uma consideração que transcenda a racionalista do strictu homo oeconomicus, por uma consideração mais ampla e observadora.

42. SANTOS, Milton. Para uma tipologia da marginalidade. In. _____. O Espaço e sociedade... ob. cit. pp. 76-89.

43. Deve-se apenas em particular, observar, a exígua presença de — sobretudo vendedores de frutas regionais — ambulantes vindas do próprio município, ou de municípios vizinhos. Regra geral, não são presenças constantes diárias, mas sim episódico-sazonais. Ao que deve-se acrescentar o caso do milho verde, vendido assado ou cozido. Em estudo já referido de Antonio SILVA, chefes de família residindo em favelas na cidade de Campina Grande, pode-se verificar que 7.04% dos mesmos (amostragem) eram ligadas à agricultura, e 66,76%

destes como agricultores pequenos arrendatários, 16.62% como parceiro-meeiro, e ainda 16.62% com assalariado' (SILVA, A. Gomes. Polo de crescimento... ob. cit. p. 110). Na periferia da cidade, na faixa contacto paisagem rural/urbana, o que constata não raro é o misto de terrenos baldios em especulação, endentando-se com cultivos de milho, feijão, mandioca. É uma população, contudo, que conforme as possibilidades, ocupa-se em atividades rurais ou urbanas. É comum, um empregado regular assalariado, por um roçado, no início das chuvas, principalmente quando se julga que o "inverno se rá bom".

44. SILVA, Ivanise Alves da. A Política habitacional... ob. cit. 104.
45. MARIM, M. Cristina de Melo. Alternativas... ob. cit. p. 156.
46. MENEZES, Marilda A. de. Da Paraíba pra São Paulo... ob. cit. p. 147.
47. SILVA, I. A. da. A Política habitacional... ob. cit. p. 110: índice de 72.8%, favela Pedreira do Catolé, de habitação próprias; e em SILVA, Antonio Gomes, Polo de crescimento... ob. cit. o mesmo índice é de 49.40% (p.177).
48. SILVA, I. A. da. A Política habitacional... ob. cit. p. 111.
49. SILVA, A. Gomes da. Polo de crescimento... pp. 173 e 181.
50. SILVA, A. Gomes da. Polo de crescimento... ob. cit. p. 174.
51. A este respeito, ver: SILVA, Luis A. Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. IN: ____; e outros. Mudança social ... ob. cit. pp. 179-194.
52. Observe-se que a pesquisa de campo com entrevista se processou em agosto/setembro de 1986, período de quantidade — comparativamente aos meses finais do ano — mais reduzida de ambulantes, e certamente abrangendo'

o subconjunto mais permanente.

53. Sobre a atividade de produção de vestuário na cidade de Santa Cruz de Capibaribe (PE), ver: CAMPELO G. A Atividade de de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. Recife, Dissert. Mest. Geog. UFPE, 198.
54. SILVA, António Gomes da. Polo de crescimento... p. 114.
55. SILVA, Ivanise Alves. A Política habitacional... p. 131.
56. Trata-se de um aditamento à contribuição de SANTOS, M. acerca dos "dois campos de influência" (SANTOS, M. O Espaço dividido... ob. cit. pp. 276-281)
57. Estes dados foram obtidos em levantamento de campo realizado em fevereiro de 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, refletindo este trabalho, que o uso dos termos conta própria, pequeno comércio, atividade autônoma, condições de vida dos trabalhadores, mostrou-se para a investigação como mais capaz de permitir identificações mais objetivas dos caracteres do objeto de estudo.

Certamente são termos que têm suas ambiguidades, como os demais, contudo se mostram menos afluentes de sistema economicistas de interpretações totalizantes, sendo portanto sensivelmente descarregados de "sistemas". Todavia, são suficientemente abertos à identificação das contribuições teóricas sobre o objeto e similares, ao mesmo tempo em que para o empírico, e na re-construção ideal do estudado.

Termos como "refúgio", "resíduo", "disfarce", "marginais", evocam cenários e circunstâncias, que o exame da realidade neste estudo, não autoriza comprovações. Nenhum deles se presta a nominar um fenômeno tão onipresente na realidade urbana do nordeste e do Brasil como um todo. Neste sentido é que se os entende como possuidores de propriedade-obstáculo, particularmente se consideramos as pequenas atividades comerciais na formação histórico-espacial. "Informe" é uma palavra desconcertante em termos teórico-metodológicos; se por um lado é excessivamente abstrata, por outro tem servido a instrumentalizações mais técnico-científicas; seu encanto é de simplificação analítica, oposicional. "Exército industrial de reserva", enquanto elemento de uma simulação, algo laboratorial, do movimento econômico, uma abstração, é termo que encerra su gestividade; contudo, na realidade brasileira, examinando-a em seu conteúdo, a consideração da complexidade estrutural é mais produtiva, e requer, é verdade, cuidadosa observação.

Além disso, a atividade objeto desta investigação, no conjunto espacial brasileira, não pode ser ne-

gligenciada no que tange à comercialização final de mercadorias, a cuja produção se dedicam setores do grande capital, como bem final ou matéria-prima; indústria fumageira, açúcar, leite em pó, derivados de petróleo (fibras, resinas), etc.

Mas, do ponto de vista da organização burocrática da circulação de informações sobre as pequenas atividades, termos como setor informal, marginalidade, são fundamentais no acesso.

. . .

A investigação mostrou-se capaz de relativizar, des-entronizar, a pretensão de super-quadros teóricos. Sem dúvida, foi auxiliar poderoso o estado atual das "previsões" científicas no Brasil.

A busca da identificação do empírico, sem prevenções à multiversidade, ao plural, ao que se impõe da observação, à incorporação do acaso, certamente ajudou na dessacralização das postulações de "tendências fundamentais", de "ruína dos pequenos", de "necessidade histórica", das "inevitabilidades", de "degenerescências" (lumpen) em geral associadas a visão catastrófica, estatismo, interpretações totalizantes, e planejamento de estado. Foi preferenciado o oscilatório caminho da observação, e descurou-se de finalismos.

. . .

Julga-se aqui, que em consideração ao esperado, no que tange às generalizações e observações acerca do objeto e similares nos limites têmporo-espaciais da pesquisa, a Revisão mostrou suficiente. Há, sem dúvida, uma

bibliografia sólida sobre as pequenas atividades urbanas no contexto brasileiro, sendo possível captar nesta ampla literatura nítidas orientações diversas.

A consideração, no âmbito teórico-metodológico, da multiplicidade das pequenas atividades na formação urbana brasileira, parece da maior importância. Tal procedimento alarga a apreensão do fato contemporâneo, diminuindo possibilidades de abordagens apenas constatatativas, ou que reduza o pequeno comércio, p. exemplo, a simples efeito das condições técnicas de expansão do capital (visão de mecanismos). O exame da literatura realizado, permite a conclusão de que aquela maneira mais abrangente de enfoque é que é dominante, tanto em textos cronologicamente mais recuados, quanto em mais recentes.

. . .

O exame bibliográfico, e a observação, facultam considerar apressada a associação entre expansão econômica capitalista e decréscimo do pequeno terciário, ou, ao contrário, retração econômica e incremento do pequeno terciário. Neste último caso, talvez se verifiquem explicações estruturais convincentes. Contudo, à época do milagre - primeiro caso - o que se viu foi expansão do terciário referido. De forma que, se poderia mais propriamente referir, a um incremento do terciário mencionado, nos períodos de retração da atividade econômica global, forçado pelos níveis de desemprego; mas um incremento limitado pela redução do mercado (menor massa de salários). Por outro lado, nos períodos de expansão, se não opera em demasia a ação do desemprego, o que tenderia a propiciar não-estímulos, as atividades mencionadas sofreriam a excitação proporcionada pela expansão do consumo, portanto abertura de espaço econômico para seus negócios. Certamente tal enfoque, requer uma ampliação de observação para as di

ferenciações espaciais da complexidade estrutural da sociedade brasileira, e neste âmbito das origens/destinos dos fluxos de força de trabalho.

A numerosa presença do micro-comércio estudado poderia ser debitada a: 1. o rendimento da unidade ser adicionado a outro(s) ganho(s) pessoal/familiar(es), de maneira que isoladamente nenhum é bastante, sendo então levados à coexistência (articulação das pequenas formas/salariado na manutenção da população pobre); 2. possibilidades de remuneração mais elevada, que como assalariado regular nas atividades capitalistas; 3. vontade e possibilidade de, se não completamente, ter parte de seus rendimentos como autônomo ("não depender de patrão"); 4. possibilidade como assalariado de eventualmente obter um recurso adicional e abrir uma unidade de comércio; 5. herança e condições atuais simples das condições de vida da força de trabalho ligada à atividade; 6. pouca transparência no mercado nacional de força de trabalho; 7. vantagem locacional/operacional para a comercialização de certos bens (confeitos, cigarros, frutas, barbeadores e lâminas, bijouterias, etc); 8. possibilidade de adicionar rendimento do comércio, a aposentadoria; 9. utilização do "ponto" da unidade fixada para outras atividades; 10. tolerância da municipalidade; 11. oferta elevada de mercadorias nas fontes abastecedoras; 12. uma clientela sócio-ecologicamente envolvida no pequeno comércio.

. . .

O estudo das pequenas atividades comerciais, precedido de uma tipologia de cidades brasileiras, no sentido de se pré-auxiliar uma compreensão do sistema urbano no país, não se pode descurar da extraordinária complexidade que o fenômeno assume, em vista do elevado volume e detalhe espacial dos fluxos migratórios, de forma que,

nas cidades metropolitanas do núcleo urbano industrial (heartlands) (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte), serão encontrados quadros íntimos de cidades periféricas (Campina Grande, João Pessoa, Recife, Natal, etc.).

. . .

No que respeita ao caráter de política de emprego que acompanha os estudos do "setor informal", a orientação destes apontava para as atividades de transformação ou serviços. As relações, já sugeridas nestas conclusões, entre crescimento econômico e comportamento do comércio ambulante, conduz-nos à observação da in-substância de ver a atividade na perspectiva de ocupação, isto é, o comércio ambulante como meio de expansão da ocupação. O problema também precisa ser relacionado à pouca transparência no mercado de trabalho nacional, e os custos de deslocamento nas amplas condições territoriais brasileiras.

. . .

A economia urbana examinada requer, para sua melhor compreensão, num primeiro momento, a consideração analítica. Contudo, tal passo há que ser imediatamente enriquecido com uma abordagem integradora dos sub-sistemas, de maneira que se mostrem com clareza as relações mutuamente alimentadoras entre os dois sub-sistemas do sistema urbano. Observa-se não somente o fato de 2 zonas de influência diferentes (do circuito superior, e do circuito inferior), mas, no caso do circuito inferior, uma oscilação micro-temporal-cíclica, identificada semanalmente, e associada à expansão do micro-comércio (feira central) em cer

to dia semanal. Advirta-se, ainda, que a expansão do "urban field", para um elemento das pequenas atividades, nem sempre - e é o que se verifica para o objeto estudado - se vincula a maior movimento de vendas, podendo antes constatar-se declínio, em comparação com outros dias, de menor extensidade do "campo de influência". Portanto, o exame da área ou campo de influência do circuito inferior faz-se mais preciso quando se atenta para as oscilações micro-temporais-cíclicas da estrutura urbana em seu funcionamento.

Também para o pequeno comércio verifica-se o fenômeno denominado por SANTOS de curto-circuito a nível macro-espacial, com a aquisição - via facilidade de "encomendas" rodoviárias, e custo reduzido para mercadorias leves, que ocupam pouco espaço, e mais elevado valor, e articulação com familiares migrantes - de mercadorias no centro urbano industrial de São Paulo.

. . .

Embora não opinando no sentido de que isto sirva de divisor entre "economia tradicional", e "de mercado", entendeu-se que a explicação do comércio ambulante, ainda que se possa basear na avaliação que o pequeno comerciante faça, no mercado de trabalho - o mercado de trabalho real, contornado pelas diferenças nacionais de rendimentos, de custos dos itens de reprodução, das dificuldades de deslocamento num território amplo, da pouca transparência do mercado, dos deslocamentos afetivos, etc. - entre "vantagens" e "desvantagens", necessita ainda se suportar na consideração da valoração que se faz das graduações de prestígio, dos papéis sociais, etc. Torna-se, sem isso, difícil aspirar à compreensão do desejo disseminado, entre trabalhadores, de ser "por si", de não ser rebanho dos sistemas "industriais". Esta "inclinação" seria menos

de "sobrevivência cultural", que de caminhos postos por si tuações culturais contemporâneas. Mas, a contradição enun ciada, nem sempre se desencadeia em exclusões, mas também por coexistências, ao nível pessoal e da unidade básica do orçamento, a família. A situação mais usualmente persegui da, é de emprego regular que não prejudique os "negócios" adicionais.

Na situação específica estudada, o comércio ambulante precisa ser examinado em seu parentesco com for mas de pequeno comércio como as bancas de feira, os arma- rinhos, as barracas/bodegas, e mostra-se teoricamente elu cidativa a ponte compreensiva que se faça com a estreita vinculação entre pequena exploração rural/pequeno comér- cio, tanto presente, quanto preteritamente.

. . .

A área de contorno imediato do objeto estuda- do - o Agreste e Brejo, e o Sertão paraibano - é secular- mente submetida à emigração, que se intensificou, com os fluxos para o eixo Rio-São Paulo, nos meados deste século. Trata-se, portanto, de uma mão-de-obra, em geral, afeta ao mercado nacional e regional de trabalho, e des arraiga da pronunciadamente da rotina do lugar. As informações mi- gratórias de dados secundários - censitários -, e a biblio- grafia referente, indicam este seu caráter. E a grande mi gração que se processou para o Sudeste do país - eixo Rio /São Paulo -, se realizou como busca de oportunidades em economia de mercado, ou para escapar do pior, e teve des- tino urbano-metropolitano.

A população estadual vai, no conjunto da popu- lação do país, declinando, e a taxa(%) de pessoas ausen- tes, em comparação com as presentes no estado - todas na- turais da Paraíba -, é mais alta nesta unidade da federa-

ção que em Pernambuco, Ceará, ou Rio Grande do Norte, estados que lhe são limítrofes, isto para 1940, e para 1980. Da primeira, para a última data, a emigração se aprofundou mais ainda. Brasília também foi importante destino, particularmente na época da sua construção.

Observa-se, portanto, que um mundo de negócios - economia de semi-mercado - rural, com grande importância do pequeno comércio, do mercadejar, encontra-se mediante a migração com o dinamismo de mercado da economia metropolitana central do país (Sudeste). Além desta evasão extra-estadual, verifica-se um extraordinário movimento interno, e Campina Grande ainda que tenha em sua formação neste século, e particularmente a partir dos anos 30 e 40, o suporte ou dominância da grande intermediação comercial, desenvolveu-se também como cidade do pequeno mercador. Só recentemente, após meados da década de 1960, é que - e mesmo assim no âmbito de certos serviços - o Estado passou a ser significativo do ponto de vista do emprego. Campina Grande é a cidade que, por excelência, recebe a população das fazendas, sítios, e pequenos aglomerados do Agreste e Brejo e do Sertão da unidade da federação.

Para a grande massa da população trabalhadora do interior do estado a urbanização metropolitana faz-se para os migrantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A influência destas cidades centrais do sistema urbano do país projeta-se, e aprofunda-se, fazendo declinar progressivamente a influência da cidade do Recife. A penetração das metrópoles nacionais é acentuada, ainda que as estruturas de estado reiterem um quadro pretérito, o perfil federativo e regional.

Comparada às unidades da federação que lhe são limítrofes (CE, RN, PE), a Paraíba tem importância relativa menor da população urbana, e Campina Grande e João Pessoa, são as cidades por excelência no estado, em uma nítida bipolarização. O mais, são, em geral, modestas cidades plenas de ruralidade. A mesma conclusão se depreende do exame da participação da população setorialmente, ou, em

outras palavras, do exame da divisão do trabalho social no estado.

. . .

Verifica-se acentuado crescimento das explorações da cana-de-açúcar, e da pecuária, com comando característico das unidades maiores, associado à diminuição das possibilidades de reprodução camponesa. Há, portanto, um solapamento célere do arranjo sócio-estrutural tradicional no campo, devendo-se imaginar as mudanças espacialmente, se dando por "manchas". Isto impulsiona emigração.

No âmbito da economia urbana, a dominância dos pequenos estabelecimentos se dá com clareza. Se passa como se o que pudesse ser cada vez menos no campo, pudesse ser na cidade ainda, não submetida a dinamismo urbano-industrial. É a massiva dominância, dos estabelecimentos com 1 ou 2 pessoas ocupadas. Na atividade comercial se constata, como para as demais, por contraste a esta atomização, certas grandes unidades, configurando a complexidade estrutural.

Ao se observar os rendimentos, conclui-se a cerca do encontro compreensivo, entre a demanda de massa de baixo poder aquisitivo, e a estrutura do comércio e serviços.

. . .

O comércio ambulante nas ruas centrais da cidade de Campina Grande, é assunto reiteradas vezes abordado na imprensa local. Esta abordagem, embora temporalmente se verifique em pontos diversos do ano, é mais enfática nos meses finais deste período. Tal fato se verifica

porque a demanda por produtos do varejo se eleva, e processa-se a disputa entre lojistas e ambulantes; é a época, para certos itens - calçados, roupas, bolsas, bijouterias -, de maior movimento, verificando-se portanto, o atrito estrutural. Este, contudo, não é generalizado, posto que estabelecimentos atuando no varejo/atacado, em diversas casas, abastecem unidades ambulantes. Contudo, em geral, a pressão sobre o micro-comércio nas ruas centrais é extremamente nítida. A pecha de "invasores", os acompanha, assim como de que são "eterno desafio"; por vezes, de que são um "problema social".

O mencionado atrito estrutural não é simples, como possa aparentar. Dentro do âmbito das unidades ambulantes, notam-se colisões, por exemplo, entre unidades alinhadas, funcionando com barracas - tabuleiros, e às vezes cobertura -, e os que expõem as mercadorias sobre plásticos, no chão das calçadas; ou a disputa, entre unidades do mesmo gênero de comércio ou não, por um lugar julgado por ambos mais conveniente. Neste particular, um ambulante mais antigo pode empregar para um mais recente, o argumento de recusa a uma fiscalização, que ele mesmo, a rigor, não satisfaz. As contradições são, portanto, de grande riqueza de detalhes, e estes não se mostram com evidência.

Atribuir à "influência política", o "irrigando" de uma unidade em certo local, em geral associando a parlamentar, é também uma redução com alto grau de simplificação. Intervém no "localizar-se", a concessão de um estabelecimento de comércio ou serviço, privado ou estatal, o beneplácito de autoridade eclesiástica, a proteção eventual de grupos de discurso anti-clientilístico, etc.

. . .

Os responsáveis pelas unidades ambulantes nas

ruas da cidade são predominantemente de sexo masculino, num exame sem diferenciação por gênero, segundo a pesquisa direta; e para alguns gêneros, observa-se exclusividade masculina. O cadastro municipal indica também esta predominância. Este fato, visto ao lado da constatação de que 9/10 dos responsáveis efetivos pelas unidades, possuíam entre 18 e 45 anos sugere a consideração da referida atividade como empreendimento de força de trabalho em plena idade ativa, e mesmo - cerca de 3/4 com idade entre aquele mínimo e 34 anos - de força de trabalho jovem. O exame do registro municipal - os responsáveis de direito, no que se refere às unidades que fizeram registro na prefeitura, estando funcionando ou não as mesmas - faculta a mesma conclusão. Como ficou já referido, no capítulo III, pela elevada quantidade (relativa) de declarações de ambulantes de que nunca realizaram outro tipo de trabalho, senão comércio próprio (34% aproximadamente), e pelo nível de rendimento médio que a pesquisa aferiu, entre as unidades, entende-se aqui que, no contexto regional sob estudo, o comércio ambulante seria mal compreendido se se o considerasse atividade refúgio temporária ao desemprego, e não se fica advertido da sua natureza integrada, permanente e responsável - como partícipe da grande família de formas micro-comércio - pela inserção no sistema econômico de notável contingente de trabalho.

. . .

O ambulante campinense - salvo eventuais vendedores de frutas de época, vindos das áreas rurais do município de Campina Grande, e de municípios vizinhos - é habitante da própria cidade, de modo que a forma de comércio aqui examinada é uma forma de obtenção de rendimento da população trabalhadora urbana. Contudo, próximo a 40% dos responsáveis pelas unidades não são naturais do muni-

cípio de Campina Grande, e provém em quase totalidade das mesorregiões (IBGE) do Agreste/Brejo, e Sertão paraibanos, particularmente da própria microregião onde se encontra a cidade (microrregião do Agreste da Borborema). São migrações, a uma escala nacional, de curso curto, de âmbito intra-estadual. Em geral, vem sem etapas, diretamente, dos municípios de nascimentos para Campina Grande.

A cidade referida, é um ponto terminal de fluxos migratórios, advindos das mesorregiões já mencionadas. Os nascidos no próprio município, em geral, nunca haviam realizado migração (80%). Como hipótese, pode-se imaginar que a população trabalhadora nascida em Campina Grande está menos submetida ao circuito nacional de força de trabalho, que a nascida nos municípios de sua influência (do Agreste e Brejo, e Sertão do estado).

Do exame da origem geográfica dos pais/responsáveis pelos encarregados das unidades ambulantes conclui-se da ampla origem rural da específica população estudada, e estes pais/responsáveis, foram em maioria agricultores (pequenos proprietários e parceiros/arrendatários). Secundariamente, tiveram o comércio como atividade principal. O ambulante é, em geral, prolongamento de núcleos familiares de agricultores/pequenos comerciantes.

. . . .

A investigação leva à conclusão de que os responsáveis pelas unidades ambulantes apresentam um padrão de acesso a serviços e bens, no geral, mais elevado que a população favelada (alfabetização, condições habitacionais, e bens domésticos, e nível médio de rendimentos).

São, em maior medida, a partir de "economias" de salário, que se montam as unidades ambulantes, podendo-se hipotetizar que condições positivas de fazer "economias", auxiliam na criação de unidades. Contudo, pela usual coexistência no âmbito familiar de trabalho assalariado e trabalho autônomo, e se levando em conta que a unidade de orçamento básica é a família, certamente é mais realista não tomar a conclusão majoritária por viés exclusivo.

As instalações originam-se de construção própria, ou construtores-artesãos. Via de regra, necessitam comprar as mercadorias a vista, e o abastecimento predominantemente é feito no comércio.

Para as dimensões dos "negócios", a área de abastecimento - Campina Grande, Recife, Caruaru, S. Cruz do Capibaribe, as três últimas cidades no vizinho estado de Pernambuco - é bastante vasta, e reproduz no âmbito da pequena intermediação, certas relações tradicionais, comerciais (no caso, entre Campina Grande e Recife).

. . .

Não somente ao realizar a venda no varejo, de mercadorias produzidas no âmbito das grandes aplicações de capital - quer o bem acabado, ou insumos que o compõe -, ou também amparar-se em alguns casos, em crédito direto de fornecedores que na sequência mantém relações financeiras com grandes atacatistas/indústrias, estabelecimentos financeiros, o comércio ambulante transfere rendimentos auferidos de sua atividade para o mercado financeiro, através do mecanismo de captação popular denominado caderнета de poupança. São participações vinculadas às necessidades de dispor de reserva financeira para repor estoques, despesas eventuais, etc.

Os rendimentos médios das unidades, situando-

-se entre 1 e 3 salários-mínimo sobretudo, permite apenas este tipo de participação no grande circuito financeiro. Observa-se, também, o mecanismo de empréstimo - agiotagem - a juro, por algumas unidades de mais elevado rendimento. A participação no mercado financeiro, contudo, a rigor, não deve ser entendida como constando apenas de recursos advindos da unidade de comércio ambulante, pois se observou que 25% dos responsáveis por estas unidades, ouvidos, tinham outra atividade também, e em geral a família funciona como unidade de orçamento.

...

O comércio ambulante, em geral, não tem campo de influência próprio, cuja clientela lhe seja submetida. No âmbito da família de formas de micro-comércio, é a feira central que comanda o "específico urban field" do circuito inferior (SANTOS, M.), aparecendo a forma ambulante como captora de resíduos de clientela advinda do entorno rural da cidade, e dos bairros, para a feira mencionada. E, para o comércio ambulante, o dia de maior movimento de vendas não coincide com dia de feira-central, e a clientela neste dia é majoritariamente empregados e conta própria urbanos (2ª feira); tal constatação, pode sustentar a hipótese de que recursos obtidos pelo micro-comércio ou outras atividades na sexta/sábado (feira), sejam em parte poder aquisitivo que se orienta como clientela do comércio ambulante na segunda-feira.

Há, portanto, certa justeza, se não se faz a afirmação com ótica exclusivista, de interconexão e intimidade no conjunto de formas de micro-comércio, formando em "âmbito" ou "esfera".

Observa-se para certos gêneros de comércio ambulante - Ferragens, Vestuário, Calçados, Bolsas e Cintos, Bijouterias - uma localização preferencial por ruas onde o comércio estabelecido também apresente gêneros de comercio similares, como que acompanhando e corroborando a especialização funcional dos estabelecimentos por ruas. Assim, conclui-se que a especialização funcional não é propiciada apenas pelo comércio em lojas - casas de comercio -, mas que é propiciada também pelo comércio ambulante, numeroso. A investigação permite a conclusão - que corrobor a afirmação anterior - de que parte substancial da clientela ouvida - no momento do ato de compra à unidade ambulante - comprava também em lojas.

LISTA DE CARTAS/CARTOGRAMAS (CART.)

PÁG.

CART. 1 - LOCALIZAÇÃO DA PARAÍBA NO BRASIL	67
CART. 2 - ESTADO DA PARAÍBA. BRASIL. NATURAIS DO E. DA PARAÍBA SEGUNDO PRESENÇA EM ÁREAS DIVERSAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. 1940, 1980.	75
CART. 3 - ESTADO DA PARAÍBA. MICRORREGIÕES, E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E CIDADE DE CAMPINA GRANDE NO TERRITÓRIO ESTADUAL.	80
CART. 4 - ESTADO DA PARAÍBA. CIDADES COM MAIS DE 20.000 HABITANTES, COM INDICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO. 1980.	84
CART. 5 - CIDADE DE CAMPINA GRANDE: ESPACIALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO: 1937-1983	119
CART. 6 - PLANTA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-1986.	134
CART. 7 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, NATURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA, NÃO-NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE C. GRANDE, SEGUNDO MICRORREGIÕES DE NASCIMENTO. 1986.	173

- CART. 8 - C. GRANDE-PB. PAIS/RESPONSÁVEIS DOS
AMBULANTES, NATURAIS DO ESTADO DA
PARAÍBA E NÃO-NASCIDOS NO MUNICÍPIO
DE C. GRANDE, SEGUNDO MICRORREGIÃO
DE NASCIMENTO. 1986. 174
- CART. 9 - C. GRANDE-PB. ÁREA DE COMPRAS DE A
BASTECIMENTO DAS UNIDADES DE COMÉR-
CIO AMBULANTE. 1986. 229
- CART.10 - C. GRANDE-PB. ÁREA CENTRAL DA CIDA
DE DE CAMPINA GRANDE. 1986. 257
- CART.11 - C. GRANDE-PB. ÁREA CENTRAL DA CIDA-
DE DE C. GRANDE: ÍNDICES DE CONCEN -
TRAÇÃO DAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBU
LANTE POR RUAS. 1986. 258

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS (GRAF.)

	<u>PÁG.</u>
GRÁF. 1 - IMPORTÂNCIA RELATIVA(%) DA POPULAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA NA POPULAÇÃO DO BRASIL: 1940-1980.	69
GRÁF. 2 - TAXAS DE CRESCIMENTOS DECENNAIS(%) DA POPULAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA E NO BRASIL: 1940/50-1970/80.	69
GRÁF. 3 - TAXAS DE AUSÊNCIAS DE NATURAIS DOS ESTADOS DA PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO G. DO NORTE, CEARÁ: 1940,1980.	76
GRÁF. 4 - ESTADO DA PARAÍBA. PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS POR SETOR DE ATIVIDADE: 1980.	76
GRÁF. 5 - ESTADO DA PARAÍBA: PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR: 1976-1984.	90
GRÁF. 6 - ESTADO DA PARAÍBA E MESORREGIÕES DO ESTADO. REBANHO BOVINO: 1970 , 1975, 1980.	90
GRÁF. 7 - ESTADO DA PARAÍBA. NORDESTE DO BRASIL. PRODUÇÃO DE ALGODÃO: 1974/5 - 1982/3.	94
GRÁF. 8 - ESTADO DA PARAÍBA. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS, E INDUSTRIAIS, SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO: 1980.	99

	<u>PÁG.</u>
GRÁF. 9 - ESTADO DA PARAÍBA. FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR FAIXA DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR EM S. MÍNIMOS: 1980.	109
GRÁF.10 - CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB. TAXAS DECENAIS (?) DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO: 1940/50-1970/80.	113
GRÁF.11 - C. GRANDE-PB. CALENDÁRIO DO COMÉRCIO AMBULANTE. 1986.	132
GRÁF.12 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE DE SEGUNDO MOBILIDADE. 1986.	138
GRÁF.13 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS RUAS CENTRAIS DA CIDADE, SEGUNDO GÊNERO DE COMÉRCIO.1986.	138
GRÁF.14 - C. GRANDE-PB. TIPOS DE LOCALIZAÇÃO DE UNIDADES FIXADAS.	154
GRÁF.15 - C.GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES NATURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA, SEGUNDO MICRORREGIÃO DE NASCIMENTO. 1986.	159
GRÁF.16 - C.GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES AMBULANTES, SEGUNDO QUADRO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL DE NASCIMENTO . 1986.	159

PÁG.

- GRÁF. 17 - C.GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS
UNIDADES AMBULANTES NÃO-NATU -
RAIS DO MUNICÍPIO DE C. GRANDE,
SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ETAPA NA
MIGRAÇÃO MUNICÍPIO DE NASCIME-
TO/MUNICÍPIO DE C. GRANDE.1986. 159
- GRÁF. 18 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PE
LAS UNIDADES AMBULANTES,SEGUNDO
EXPERIÊNCIA DE MIGRAÇÃO PARA O
SUL/SUDESTE/DISTRITO FEDERAL .
1986. 159
- GRÁF. 19 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PE
LAS UNIDADES AMBULANTES,SEGUNDO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE NASCI -
MENTO. 1986. 160
- GRÁF. 20 - C. GRANDE-PB. PAIS/RESPONSÁVEIS
PELAS UNIDADES AMBULANTES, SE -
GUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE
NASCIMENTO. 1986. 160
- GRÁF. 21 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PE
LAS UNIDADES AMBULANTES, COM IN
DICAÇÃO DO SEXO SEGUNDO GÊNERO
DE COMÉRCIO. 1986. 178
- GRÁF. 22 - C. GRANDE-PB. FILHOS DOS RESPON
SÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉR-
CIO AMBULANTE, COM RENDIMENTO ,
SEGUNDO SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSI
ONAL 1986. 184

- GRÁF. 23 - C. GRANDE-PB. ESPOSA(o)/COMPANHEIRA (o) DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, COM RENDIMENTO, SEGUNDO SITUAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL. 1986. 184
- GRÁF. 24 - C. GRANDE-PB. PROFISSÃO PRINCIPAL DO PAI/RESPONSÁVEL PELO AMBULANTE, ENQUANTO ESTE DEPENDEU DAQUELE. 1986. 184
- GRÁF. 25 - C. GRANDE-PB. NÍVEIS DE ESCOLARIDADE: COMPARAÇÕES ENTRE AMBULANTES E HABITANTES DE FAVELAS. 1986, 1984, 1979. 190
- GRÁF. 26 - C. GRANDE-PB. MEIOS DE DESLOCAMENTO: AMBULANTES/HABITANTES DA FAVELA PEDREIRA DO CATOLÉ. 1986, 1984. 201
- GRÁF. 27 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO SITUAÇÃO DA HABITAÇÃO ONDE RESIDE (PRÓPRIA/ALUGADA). 1986. 207
- GRÁF. 28 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS U. AMBULANTES, RESIDENTES EM DOMICÍLIO PRÓPRIO, SEGUNDO FORMA DE OBTENÇÃO DO MESMO. 1986. 207
- GRÁF. 29 - C. GRANDE-PB. FAMÍLIAS DOS RESPONSÁVEIS, PRESTAMISTAS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH) OU RESIDENTES EM CASA ALUGADA: COMPARAÇÃO DE PRESTAÇÃO E ALUGUEL (VALOR). 1986. 208

	<u>PÁG.</u>
GRÁF. 30 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO ORIGEM DE RECUR- SOS PARA ABERTURA DO NEGÓCIO. 1986.	222
GRÁF. 31 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO OBTENÇÃO DAS INS- TALAÇÕES. 1986.	222
GRÁF. 32 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO FUNCIONAMENTO DU- RANTE O ANO. 1986.	222
GRÁF. 33 - C. GRANDE-PB. UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE SEGUNDO FONTES USUAIS DE COMPRAS DE ABASTECIMENTO, E SEGUNDO FORMAS USUAIS DE COMPRAS DE ABASTE- CIMENTO. 1986.	228
GRÁF. 34 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS U- NIDADES AMBULANTES SEGUNDO DISPONI- BILIDADE DE CONTA BANCÁRIA E TIPO DA MESMA. 1986.	239
GRÁF. 35 - C. GRANDE-PB. RESPONSÁVEIS PELAS U- NIDADES AMBULANTES COM INDICAÇÃO DA FONTE USUAL DE CRÉDITO. 1986.	239
GRÁF. 36 - C. GRANDE-PB. RENDIMENTO MÉDIO MEN- SAL DE CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES NA FAVELA PEDREIRA DO CATOLÉ, C. GRAN- DE (PB), EM S. MÍNIMOS. 1984.	242

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.